

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO SEMESTRE PERÍODO DE 01/01/2026 A 30/06/2026

1. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

N.º do Termo de Colaboração: 26/2025

Nome do serviço conforme tipificação: SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL — PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE.

Endereço de execução: Rua Ceará, 1261-Jardim Bueno Franca-SP

Público: Crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias em situação de risco pessoal e social que utilizam espaços públicos como sobrevivência.

Ciclo etário: Geral (crianças a idosos).

Meta cofinanciada: Abordagem Social- 150 atendimentos por mês e Moradia Primeiro- 200 atendidos.

Região de abrangência territorial: Municipal

Unidade Estatal de Referência: CREAS e CENTRO POP.

Coordenadores: Gabriel Campos, Gabriela Vilione e Karina Marques

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO SERVIÇO

Nome: Pastoral do Menor e Família da Diocese de Franca

Endereço: Rua Leandro Fernandes Martins, 1949-Jardim Aeroporto III

CNPJ: 56.885.262/0002-16

Endereço eletrônico: <https://www.pastoralmenorfranca.com.br>

Telefone para contato: (16) 3704-6086

Representante legal: Ovídio José Alves de Andrade

Coordenadora: Lindsay Lemos Gonçalves Ferreira

Técnicos responsáveis: **Abordagem Social:** Cintia Thomazini Seixas -assistente social e Weverson Pedro de Melo Leite — psicólogo; **Moradia Primeiro:** Thaís Arrigucci Duellberg- assistente social- até 14/05- está de licença maternidade, substituição Giovanna Rosine da Silva, a partir de 18/05, Júlia Barbosa Guilherme- assistente social, Ana Beatriz Sousa Alves- assistente social, Joaquim Francisco Napoletano dos Santos- psicólogo, Juliana Maria Rabelo Firmino- psicóloga e Wendrel de Souza Rodrigues- psicólogo.

3. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ABORDAGEM SOCIAL E AEPETI

JANEIRO- POP RUA

No início do semestre, o Serviço Especializado em Abordagem Social (SEAS) deu continuidade à execução das ações previstas na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, promovendo os ajustes necessários conforme as demandas do município. O serviço funciona de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, realizando ações de busca ativa organizadas alternadamente em diferentes regiões da cidade. Paralelamente, são realizados atendimentos às demandas espontâneas, encaminhadas tanto por munícipes quanto pela própria população atendida. De maneira estratégica, o SEAS também atua aos sábados, 08h às 14h, priorizando locais com maior concentração de pessoas em situação ou vivência de rua, além de situações de trabalho infantil, com o objetivo de assegurar maior efetividade nas ações de abordagem social. É importante mencionar que a equipe sempre realiza reuniões com a coordenação para discussão dos casos e em alguns momentos grupos de estudo com as temáticas desenvolvidas no serviço.

Ainda no início do semestre, no mês de janeiro, a concessão de passagens sociais voltou a ser realizada pela equipe de abordagem social. A assistente social Paola comparece à Rodoviária de Franca de segunda a sexta-feira, das 10h às 16h, e aos sábados, das 9h às 12h.

Desde o ano anterior, tem sido recorrente o acionamento da equipe em decorrência de denúncias envolvendo pessoas perdidas no município de Franca, especialmente pessoas idosas. Em uma dessas ocorrências, a equipe foi acionada por um munícipe que relatou a presença de uma idosa com falas desconexas em uma residência localizada na região leste da cidade. No local, foi atendida a Sr.^a M.A.F., que informou ter se perdido durante o trajeto até o banco, apresentando sinais de confusão mental. A idosa demonstrou preocupação com possíveis descontos indevidos em seu benefício previdenciário e relatou sofrer agressões verbais e abuso patrimonial por parte de seu filho de criação, expressando medo por sua integridade física. Foi ofertado acolhimento em abrigo provisório, o qual foi recusado. A Sr.^a M.A.F. também solicitou acompanhamento até a instituição bancária, o que não foi autorizado por envolver dados pessoais e procedimentos bancários. Diante disso, foi realizado seu transporte até a residência, após orientações e escuta qualificada. Foi constatada situação de vulnerabilidade social, com indícios de insegurança alimentar, bem como abuso psicológico e patrimonial. Sr.^a M.A.F foi contrarreferência ao CREAS I, serviço no qual já possui acompanhamento. Ressalta-se que a equipe tem recebido frequentemente denúncias relacionadas a pessoas perdidas, principalmente idosos. Contudo, o Serviço de Abordagem Social possui como objetivo específico o atendimento à população em situação de rua e ao trabalho infantil, não dispondo de manejo técnico nem competência legal para atendimento de casos de pessoas perdidas. Nesses casos, o procedimento correto é o acionamento da Polícia Militar, da Polícia Civil ou SAMU, órgãos competentes para tal atendimento.

Ainda na primeira semana, a equipe realizou acompanhamento de B.G.R., mulher trans, ao serviço de Cadastro Único. O acompanhamento tem como finalidade a inclusão no Cadastro Único, visando a solicitação do benefício Bolsa Família. Ressalta-se que a equipe já havia realizado agendamentos prévios junto ao serviço de Cadastro Único em outras ocasiões, contudo, sem êxito. Nesta intervenção, foi realizado o transporte de B.G.R até o serviço, onde o cadastro foi efetivado. O prazo informado para análise e retorno do benefício é de 30 a 45 dias.

No decorrer da segunda semana, a equipe de abordagem social recebeu comunicação

da assistente social do ambulatório de saúde do NGA, via WhatsApp, relatando a presença de uma pessoa deitada na calçada em frente ao NGA e solicitando atendimento. A equipe deslocou-se até o local e realizou abordagem de P.O.F, homem trans, que se encontrava em frente ao NGA. Em relato, o atendido manifestou desejo de retornar à sua residência, localizada nas proximidades da Avenida Brasil, e solicitou que a equipe providenciasse transporte. Ao ser questionado sobre como havia chegado ao local, informou ter ido a pé para fazer uso de substâncias psicoativas. Quando indagado sobre a possibilidade de retornar sozinho, afirmou não se sentir capaz. A equipe esclareceu ao atendido que a realização de transporte não se enquadra nas atribuições da equipe de abordagem social; contudo, o transporte é autorizado para encaminhamentos à rede socioassistencial. Diante disso, foi realizada orientação e encaminhamento ao serviço de acolhimento noturno, com possibilidade de inclusão na lista de atendimento. O atendido aceitou a proposta, ficando acordado que poderia se dirigir ao serviço às 17h30.

No início da terceira semana, a equipe acompanhou o Sr. J.E.S. ao Poupatempo, com o objetivo de solicitar o documento CIN (Carteira de Identidade Nacional). O Sr. J.E.S. é uma pessoa idosa que se encontra em situação de rua há aproximadamente três anos, em decorrência de conflitos familiares e do uso de substâncias etílicas. Durante as abordagens realizadas pela equipe, ele relatou que teve seus pertences e documentos roubados. Em razão da perda dos documentos, não consegue sacar sua aposentadoria. Informou ainda que, ao regularizar a situação e voltar a receber o benefício, pretende alugar um espaço para morar ou residir em um rancho que afirma possuir. A equipe reforça continuamente a importância do autocuidado, da garantia de um local adequado para moradia e do direito de usufruir da velhice com dignidade.

O Consultório na Rua entrou em contato com a equipe da Abordagem Social, solicitando atendimento para uma mulher em situação de rua no centro da cidade. No local, foi atendida S.P.C., com o objetivo de avaliar a possibilidade de inseri-la no Programa Moradia Primeiro. A equipe já realizou diversas tentativas de atendimento, porém sem sucesso, uma vez que S.P.C. não adere a nenhum tipo de encaminhamento, principalmente no que se refere à regularização de documentação. A equipe da Abordagem Social chegou a solicitar a certidão de nascimento; entretanto, não foi possível dar continuidade ao andamento do processo. Para a continuidade da inserção no programa, a documentação é obrigatória, contudo S.P.C. não aceita realizar esse procedimento. Diante disso, a equipe tem trabalhado a estratégia de redução de danos, com a entrega de cobertor.

Na última semana do mês, a assistente social que atua na rodoviária de Franca atendeu Sr C.J.S, que havia chegado ao município acompanhado de sua genitora, M.L.S., idosa de 84 anos, em busca de melhores condições de vida, com intenção de trabalhar na revenda de frutas adquiridas no CEASA. O Sr. C.J.S solicitou auxílio financeiro para custeio de aluguel, informando que a única renda familiar era a aposentadoria da mãe. Foram prestadas orientações sobre os serviços socioassistenciais disponíveis, incluindo acolhimento institucional, proposta recusada devido à presença de três cães. A possibilidade de concessão de passagem foi apresentada, porém, o usuário manifestou desejo de se estabelecer em Franca. Também foi orientado a procurar o CRAS e o CREAS para inclusão em benefícios sociais, demonstrando resistência por receio de separação da genitora. Apesar dos riscos informados sobre a permanência na rodoviária, manteve-se irredutível. No dia seguinte, solicitou passagens para São Paulo. Após esclarecimento das regras do benefício, foi articulada, em caráter excepcional, a concessão de passagem até Ribeirão Preto, considerando a situação familiar e as condições para transporte dos animais, autorizada pela empresa São Bento. Posteriormente, relatou que interrompeu a viagem em Batatais, retornou a Franca por falta de recursos e decidiu permanecer

no município. Diante da impossibilidade de permanência na rodoviária com os animais, foi articulada vaga em acolhimento para pernoite e avaliada a possibilidade de nova concessão de passagem social.

Também ocorreu, nesta semana, a reunião de referenciamento com a equipe do Centro POP, na qual foram discutidos casos relacionados à população em situação de rua atendida no município. Dentre os casos apresentados, destacou-se o da Sra. H.G.D.M., 76 anos, pessoa idosa que se encontra em situação de rua juntamente com seu neto.

Em decorrência do falecimento de sua filha, a Sra. H.G.D.M. relatou à equipe que possui residência fixa; entretanto, informou que a porta do imóvel havia sido danificada, motivo pelo qual pretendia adquirir outra para, posteriormente, retornar ao local. Ressalta-se que a equipe foi informada de que o imóvel teria sido invadido por terceiros, supostamente traficantes, devido ao fato de o neto ser usuário de substâncias psicoativas, o que contribuiu para a situação de rua vivenciada por ambos.

A equipe compareceu ao endereço da residência, mas não localizou ninguém; o imóvel aparentava estar abandonado. Um vizinho relatou que a Sra. H.G.D.M. frequenta a casa ocasionalmente, porém retorna para a rua. Ressalta-se que, embora o imóvel seja de propriedade da Sra. H.G.D.M., ela não atende aos critérios para inserção no Programa Moradia Primeiro, por já possuir residência.

Além disso, durante o mês de janeiro, foram enviados ofícios por meio dos Correios e por e-mail, acompanhados da Declaração de Hipossuficiência devidamente assinada pelos usuários e pela equipe técnica, com o objetivo de solicitar a segunda via da Certidão de Nascimento. Ressalta-se que essa atividade integra a rotina diária da equipe, sendo realizada sempre que surgem demandas dos atendidos relacionadas à regularização documental. Após o recebimento da Certidão, a equipe realiza o agendamento no Poupatempo para a emissão do CIN — Carteira de Identidade Nacional. No mesmo período, também houve a concessão de passagens, totalizando, em média, 110 passagens no referido mês.

No mês de janeiro, a equipe participou da reunião intersetorial realizada na região oeste. Não houve participação da equipe nas regiões sul, centro, leste e norte/nordeste, tendo em vista que não foram definidas datas para a realização das respectivas reuniões. A seguir, apresenta-se o relato referente à região oeste.

- **Intersectorial Oeste:**

Foi realizada reunião com o tema “Boas Práticas em Ação: experiências que inspiram novas práticas”, com o objetivo de promover o compartilhamento de experiências exitosas, fortalecer o diálogo intersectorial e oportunizar trocas entre os serviços da rede, além de repasses de comunicados gerais.

Serviços que realizaram apresentações:

- UBS São Sebastião ● SCFV Bloco 09 e 10 ● Pastoral do Menor ● CRAS Oeste
- CREAS II ● SCFV Casa Sebastiana ● Abordagem Social ● Moradia Primeiro
- Projeto Estrelinhas ● Berçário Dona Nina – Fundação Espírita Legionárias do Bem

● Educação Bloco 11 ● CAPS AD III ● ADEFI ● SPSBD APAE ● Desenvolvimento da Reunião

O momento inicial foi conduzido com boas-vindas, apresentação do objetivo do encontro e alinhamentos sobre a dinâmica da reunião. Na sequência, ocorreu o momento. “Compartilhando Boas Práticas”, no qual cada setor/serviço teve entre 10 a 15 minutos para apresentar uma experiência exitosa desenvolvida em seu contexto de atuação.

As apresentações destacaram: o contexto da ação desenvolvida; as estratégias utilizadas; os resultados alcançados; os desafios enfrentados e aprendizados obtidos.

Foram utilizadas diferentes metodologias para dinamizar o momento, como:

Dinâmicas interativas; exibição de vídeos e fotos; discussão de casos; relatos técnicos das equipes. O encontro fortaleceu a integração entre os serviços, possibilitou reflexões sobre práticas replicáveis e incentivou a construção coletiva de novas estratégias de atuação.

JANEIRO- AEPETI

Durante o mês de janeiro, o Serviço Especializado em Abordagem Social realizou ações de busca ativa em várias regiões de Franca, em horários diversos (segunda a sexta, das 08h às 20h, e aos sábados, das 08h às 14h), visando identificar situações de trabalho infantil.

O mês iniciou com diversos atendimentos e denúncias de trabalho infantil. Durante os atendimentos, foi identificado que as crianças realizam vendas de doces, balas, paçocas e praticam mendicância com o objetivo de conseguir dinheiro para ajudar financeiramente em casa, além de obter itens pessoais. Observa-se que, no período de férias, o trabalho infantil apresentou um aumento significativo.

A equipe recebeu várias denúncias, em diferentes dias, de munícipes relatando que crianças estavam em trabalho infantil em via pública, especificamente na Avenida João Gonçalves, nas proximidades do Posto Astro, no bairro Jardim Vera Cruz. Em várias ocasiões, ao chegar ao local, as crianças já haviam se evadido, até que, em um determinado dia, a equipe conseguiu realizar a abordagem. No local, encontrava-se o menor J.V.F.O, 9 anos e mais dois menores, sendo que apenas J.V.F.O dialogou com a equipe. O mesmo relatou que a venda dos doces tinha como objetivo arrecadar recursos para o conserto de sua bicicleta, informando ainda que o valor necessário não havia sido alcançado. Declarou estar em período de férias escolares e que estuda na Escola Professora Maria Brizabela Zinader. Durante a abordagem, J.V.F.O relatou que sofre ameaças e agressões físicas por parte de seu irmão mais velho em razão de estar nas ruas vendendo doces. Demonstrou mágoa em relação ao irmão e, ao ser questionado se as agressões ocorriam com frequência, afirmou que sim, relatando que “sempre está apanhando” e que sua mãe apoia tais agressões (sic). A equipe realizou orientações quanto aos riscos de permanência nas ruas, bem como sobre a proibição do trabalho infantil. Após as orientações, J.V.F.O evadiu-se do local, afirmando que estaria indo embora. Posteriormente, Geovani, assistente social do CREAS II, entrou em contato com a equipe de abordagem social, informando que a mãe de J.V.F.O havia lhe enviado mensagem relatando que o filho saiu de casa sem autorização e demonstrando preocupação com a situação, solicitando apoio da equipe. Foi informado ao assistente social que J.V.F.O havia sido atendido recentemente e que, durante a abordagem, afirmou que estaria retornando para casa. Diante do exposto, ficou acordado que, caso a equipe de abordagem social realize novo atendimento ao referido menor, as informações serão repassadas ao CREAS II para as providências cabíveis.

Outro caso com recorrência de denúncias envolve A.L.B.F., 10 anos, localizado no estacionamento da Farmácia Droga Raia, no Jardim Dermínio. A criança encontrava-se realizando a venda de salgadinhos aos munícipes que transitavam pelo local, situação que caracteriza trabalho infantil. Em escuta qualificada, A.L.B.F. relatou que realiza as vendas com o objetivo de contribuir financeiramente para a renda familiar. Informou que sua mãe é usuária de cadeira de rodas, em decorrência de um AVC e aneurisma, necessitando de cuidados constantes, os quais são prestados por ele e por sua tia. Relatou ainda manter contato esporádico com o pai, que contribui com pensão alimentícia no valor de R\$ 100,00 mensais. Ao ser questionado sobre as despesas da residência, A.L.B.F. informou que a mãe recebe um salário mínimo, sendo aproximadamente R\$ 800,00 destinados ao pagamento do aluguel e R\$ 500,00 para honorários advocatícios, o que evidencia situação de insegurança alimentar e de renda. A equipe orientou A.L.B.F. acerca das recorrentes denúncias realizadas por munícipes em razão de sua permanência no local, bem como sobre os riscos aos quais está exposto ao permanecer em via pública. Diante das informações levantadas, do acompanhamento registrado no GESUAS e considerando que a família já é acompanhada pelo serviço especializado, o caso foi encaminhado ao CREAS II para a continuidade do acompanhamento.

Ainda durante o mês de janeiro, a equipe continuou recebendo denúncias envolvendo trabalho infantil e realizou deslocamentos até os endereços informados com o objetivo de efetuar os atendimentos e proceder aos devidos encaminhamentos aos serviços competentes. Em alguns casos, as crianças e/ou adolescentes não aceitaram o atendimento, apresentando comportamento ríspido, com xingamentos, gestos obscenos e uso de palavras de baixo calão. Em outras situações, ao chegar ao local, a equipe constatou que os envolvidos já haviam se evadido.

FEVEREIRO-POP RUA

No início do mês registrou-se atendimento na sede do Serviço de Atendimento ao usuário a E.S., oriundo de encaminhamento da Delegacia de Polícia Civil, que foi responsável pela condução do atendido até a sede da abordagem. Ressalta-se que, anteriormente, a escritã entrou em contato com a equipe solicitando vaga para E.S. nos serviços de acolhimento e, posteriormente, informou que E.S. gostaria de passagem social, sendo orientada pela equipe sobre como proceder.

Posteriormente, o delegado entrou em contato com a equipe de forma ríspida e autoritária, afirmando que levaria E.S. até a Sede da Abordagem Social, onde a equipe realizaria o atendimento. O transporte foi realizado até a sede, e E.S. demonstrou resistência em utilizar serviços destinados a pessoas em situação de rua, como o Centro POP, devido à presença de drogas no local (sic).

A equipe realizou escuta qualificada, forneceu orientações e colocou-se à disposição para acompanhamento e novos encaminhamentos, caso E.S. manifeste interesse.

Ainda na semana, foi realizada busca ativa na região Leste com o objetivo de informar o usuário W.L.O.A acerca de atendimento agendado na Defensoria Pública. Registraram-se atendimentos na rodoviária, com posterior transporte do usuário G.R.S., ao programa de apoio a rua (PAR). No período vespertino, realizou-se busca ativa na região Central, ocasião em que foi atendido o usuário J.P., bem como efetuada a entrega de ofícios no Centro POP. No período matutino, a equipe realizou busca ativa na região Sul e procedeu à entrega de cestas básicas.

Posteriormente, houve atendimento a A.M.F., G.H.S., na região central. Ao entardecer, foi registrada ocorrência na região Oeste, relacionada à demanda proveniente de ação de saúde, envolvendo pessoa idosa M.A.R., com diagnóstico de Alzheimer em situação de desorientação espacial.

Foram realizados acompanhamentos junto ao usuário W.L.O.A. na Defensoria Pública, com o objetivo de solicitar a correção da certidão de nascimento, uma vez que consta o nome incorreto da genitora. Ainda no mesmo dia registrou-se ainda atendimento de ocorrência na região Central, não sendo localizado público-alvo no momento da ação.

No último dia da primeira semana do mês de fevereiro, a equipe do Serviço Especializado em Abordagem Social foi demandada em razão do aumento significativo de ocorrências no território. Durante as ações de campo realizadas nas proximidades do Lanchão, foi efetuado atendimento a A.D., a partir de abordagem social, com escuta qualificada e orientações conforme a situação apresentada no momento da intervenção. Ainda no decorrer das ações realizadas pela equipe de abordagem social, foram efetuados encaminhamentos para acolhimento institucional provisório, considerando a situação de vulnerabilidade social identificada durante a escuta qualificada e avaliação técnica dos casos. Após análise das demandas apresentadas, foi providenciada a efetivação do transporte dos atendidos A.A e J.V até o serviço de abrigo provisório, garantindo deslocamento seguro e acompanhamento adequado até a unidade de acolhimento. A medida teve como objetivo assegurar proteção social imediata, oferta de pernoite em ambiente seguro, acesso à alimentação, higiene pessoal e demais atendimentos ofertados pela rede socioassistencial.

Ressalta-se que os encaminhamentos foram realizados de forma articulada com os serviços da rede, observando os fluxos estabelecidos e a disponibilidade de vagas, visando garantir a continuidade do acompanhamento e a inserção dos atendidos nos serviços pertinentes à sua realidade. As intervenções realizadas no período evidenciam a relevância da atuação contínua, estratégica e territorializada da equipe de abordagem social, especialmente em áreas com maior incidência de vulnerabilidade e risco social. Tais ações demonstram a importância da presença ativa da equipe no território para identificação precoce de demandas emergenciais, construção de vínculo, oferta de orientações e encaminhamentos adequados, assegurando a efetivação dos direitos socioassistenciais.

A segunda semana iniciou-se com diversas ocorrências comunicadas por munícipes e funcionários do Pronto-Socorro Janjão e pelo Secretário de Ação Social, referentes à presença de pessoas em situação de rua dormindo na porta do Pronto-Socorro. A equipe deslocou-se até o local, onde foram identificados P.K., R.M.S., P.A.L.S., J.S.S. e outras pessoas que não aceitaram atendimento. Os abordados relataram que estão pernoitando no serviço de acolhimento noturno. Durante a escuta, questionaram as regras dos serviços de acolhimento, demonstrando indignação quanto ao funcionamento, uma vez que, no período diurno, é necessário permanecer nas ruas. Informaram ainda que estavam na porta do Pronto-Socorro como forma de proteção contra a chuva e para uso dos banheiros.

No local também se encontrava L.A.R., que se apresentava desorientado, com discurso desconexo, dificuldade de comunicação e indícios de comportamento agressivo. Durante a abordagem, não foi possível estabelecer diálogo efetivo, considerando a limitação momentânea de compreensão e interação do referido usuário. Ressalta-se que L.A.R. encontra-se suspenso dos serviços de acolhimento, em decorrência de tentativa de agressão a funcionários. A equipe destacou ainda que realiza atendimentos diários na porta do Pronto-Socorro, enfrentando limitações quanto às possibilidades de encaminhamento e manejo das situações apresentadas.

Após o atendimento e as devidas orientações aos demais presentes, a abordagem foi finalizada.

A equipe realizou agendamentos no Poupatempo para emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN), entregando aos atendidos os respectivos protocolos e, em alguns casos, a certidão de nascimento necessária para o atendimento.

O atendido G.H.C.S. solicitou agendamento e foi acompanhado pela equipe até a porta do Poupatempo, onde recebeu o protocolo e a certidão. Destaca-se a importância do fortalecimento da autonomia e da superação das dificuldades de convívio social, sendo que G.H.C.S. conseguiu realizar sozinho a emissão do documento CIN.

Durante a semana, a assistente social Cíntia acompanhou o usuário D.S.S. à Defensoria Pública para solicitar a emissão de nova certidão de nascimento, em razão de erro no nome da genitora no documento anteriormente expedido.

Na Defensoria, o assistente social informou que o pedido será realizado por via judicial e solicitou a emissão de ofício ao Poupatempo para obtenção da segunda via do documento de identidade, visando à conferência dos dados cadastrais. Contudo, foi informado que o RG foi substituído pela Carteira de Identidade Nacional (CIN), cuja emissão requer a apresentação da certidão de nascimento atualizada.

Em consulta ao sistema do Poupatempo, constava o nome da genitora de forma divergente. Entretanto, o cartório de registro civil confirmou o nome correto, alterado após o casamento. As informações foram repassadas ao assistente social, que realizará contato com o cartório para verificar a melhor alternativa de regularização e solicitar a nova certidão.

Durante a terceira semana, a equipe intensificou a busca ativa em todas as regiões da cidade, com o objetivo de realizar atendimentos, orientações socioassistenciais, articulações intersetoriais e encaminhamentos para acolhimento institucional.

Em continuidade ao fluxo de trabalho, a equipe preparou e enviou ofícios pelos Correios, anexando a Declaração de Hipossuficiência devidamente assinada pelos usuários e pela equipe técnica, com a finalidade de requerer a segunda via da certidão de nascimento ou de casamento.

Destaca-se que essa ação integra a rotina da equipe, sendo realizada sempre que surgem demandas relacionadas à regularização de documentos civis. Após o recebimento da certidão, é realizado o agendamento no Poupatempo para a emissão da CIN — Carteira de Identidade Nacional, garantindo a efetivação do processo de regularização documental dos usuários atendidos.

Na última semana do mês, a assistente social Cíntia acompanhou C.R.G. à Defensoria Pública, com o objetivo de tratar de pendências relacionadas ao pagamento de pensão alimentícia de seus dois filhos menores de idade.

A psicóloga, da Defensoria Pública, informou que o nome de C.R.G. consta em um processo judicial movido por sua ex-companheira. Contudo, não soube precisar se há um mandado de prisão expedido em seu desfavor. Foi esclarecido que existem duas possibilidades: aguardar o andamento processual ou solicitar o acompanhamento de advogado por meio da própria Defensoria Pública. Diante das orientações recebidas, C.R.G. optou por requerer acompanhamento jurídico. Em contato com o escritório de advocacia, ficará responsável por

sua representação. O atendimento foi devidamente agendado, e C.R.G. está ciente de todas as informações prestadas, tendo afirmado que comparecerá na data marcada.

Conforme mencionado anteriormente no caso de D.S.S., referente à emissão de nova certidão de nascimento em razão de erro no nome da genitora, o pedido será realizado por via judicial. Entretanto, o assistente social da Defensoria Pública, informou que não foi possível localizar as certidões de nascimento dos genitores, o que tem dificultado o andamento da solicitação.

Diante disso, a equipe da abordagem social esteve no Poupatempo, onde conversou com a líder. Na ocasião, foi informado que seria encaminhado e-mail à Polícia Civil, com o objetivo de solicitar autorização para a emissão da segunda via do RG (documento anteriormente emitido, atualmente substituído pela CIN — Carteira de Identidade Nacional).

Caso a autorização seja concedida, será possível dar continuidade ao fluxo para emissão do RG provisoriamente, até que a situação documental seja regularizada e seja viabilizada a emissão da nova CIN. Posteriormente, a líder do PoupaTempo entrou em contato informando que a solicitação foi efetivada e que poderia acompanhar D.S.S. ao Poupatempo. A equipe acompanhou o atendido até o serviço e efetivou a solicitação.

Finalizando a última semana, a equipe realizou atendimento a M.J.S., na região central, o qual relatou ser portador de HIV. Durante o atendimento, manifestou interesse em dar entrada no benefício BPC (Benefício de Prestação Continuada), porém informou não possuir laudos médicos atualizados.

A equipe orientou que M.J.S. se dirija ao CTA (Centro de Testagem e Aconselhamento) para realizar a triagem com a equipe técnica e proceder com o agendamento de consulta médica. Após a emissão dos laudos e relatórios necessários, haverá a possibilidade de solicitação do benefício BPC.

Também ocorreu, na última semana, reunião de referenciamento com a equipe do Centro POP, na qual foram discutidos casos relacionados à população em situação de rua, com ênfase nas principais demandas do mês.

Entre os casos debatidos, destaca-se o de J.G.F., pessoa idosa, que relata estar em situação de rua há aproximadamente quatro anos. É beneficiário do BPC, porém afirma que o benefício estaria sendo recebido por terceiros. Durante os atendimentos, J.G.F. apresenta discurso desconexo.

Em contato com o Cadastro Único, foi informado que J.G.F. possui endereço fixo registrado e, na última atualização cadastral, não declarou estar em situação de rua. Diante das informações divergentes, a equipe realizará visita ao endereço informado, a fim de averiguar a situação apresentada e compreender o contexto relatado pelo usuário.

Em fevereiro, também houve a concessão de passagens, totalizando, em média, 112 passagens no referido mês.

No mês de fevereiro, a equipe participou das reuniões intersetoriais realizadas nas regiões Centro e Norte/Nordeste. Não houve participação nas reuniões das regiões Sul, Leste e Oeste, em razão das demandas do serviço, que impossibilitaram o comparecimento.

Abaixo, seguem as atas das reuniões realizadas:

- **Intersetorial Centro:**

A reunião aconteceu no Auditório do Parque Fernando Costa, situado na Av. Dr. Flávio Rocha, n.º 500, Residencial São Tomaz. Realizou-se reunião intersetorial com a participação de profissionais das áreas da Saúde, Assistência Social e Educação, com o objetivo de fortalecer a articulação entre os serviços e promover o trabalho em rede.

A reunião teve como pauta o diálogo e o planejamento de ações conjuntas entre os setores. O encontro iniciou-se com uma dinâmica de interação conduzida pela equipe do CRAS Centro, com a finalidade de promover a integração entre os participantes e incentivar a troca de experiências.

Na sequência, foram discutidos diversos temas relevantes para serem abordados nas próximas reuniões. Os participantes elencaram sugestões e, posteriormente, foi realizada votação para definição das prioridades. Ficou acordado que a coordenadora do CRAS Centro, ficará responsável por repassar, no próximo encontro, os temas mais votados para organização da pauta.

- **Intersetorial Norte/Nordeste:**

Realizou-se o Encontro Intersetorial da Região Norte, Centro Comunitário do Jardim Portinari, com a participação de profissionais das áreas de Saúde, Assistência Social e Educação. O encontro teve como objetivo fortalecer a articulação entre os serviços do território e promover o trabalho em rede. Inicialmente, foram informadas aos participantes as próximas datas previstas para as reuniões intersetoriais. Em seguida, discutiu-se a elaboração de um possível cronograma, bem como a definição de temas relevantes para as áreas envolvidas. Foi proposta a organização e divisão das ações comunitárias, com o intuito de avançar da dimensão formativa para a dimensão prática, buscando efetivar o trabalho intersetorial e ampliar as respostas às demandas da população.

Durante as discussões, destacou-se o crescimento da demanda por informações e suporte relacionados à saúde mental no território. Evidencia-se a sobrecarga enfrentada pelos cuidadores e a necessidade de um olhar mais atento ao bem-estar familiar. Também foi abordada a questão da evasão escolar, sendo apontadas como possíveis causas: violência doméstica, falta de apoio emocional e suporte familiar, dificuldades de aprendizagem e reprovações. Após levantamento de sugestões e realização de votação para definição das prioridades, ficaram estabelecidos os seguintes temas:

- Primeiro encontro: Saúde Mental — Sobrecarga do Cuidador;
- Segundo encontro: Evasão Escolar — Causas, Consequências e Possíveis Soluções.

FEVEREIRO-AEPETI

As ações tiveram como objetivo identificar possíveis situações de trabalho infantil, por meio de observação direta, diálogo com a comunidade, comerciantes e transeuntes, além de monitoramento de espaços públicos, áreas comerciais e pontos estratégicos já mapeados em

atendimentos anteriores. Durante as diligências, a equipe manteve postura preventiva e orientativa, reforçando informações sobre os direitos da criança e do adolescente e os canais de denúncia disponíveis no município.

Ao longo da semana, foram realizadas ações de busca ativa nas regiões previamente mapeadas do município, não sendo identificados, até então, indícios de crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil. A equipe manteve-se atenta a possíveis sinais de violação de direitos, realizando observação sistemática dos pontos estratégicos e registrando todas as intervenções efetuadas, reforçando o compromisso com a proteção integral de crianças e adolescentes, conforme preconiza a legislação vigente. Contudo, no final de semana, durante a continuidade das ações de monitoramento, foram realizados atendimentos envolvendo crianças em situação que demandou intervenção da equipe, sendo adotadas as orientações e encaminhamentos cabíveis conforme cada caso identificado. As ações de busca ativa e acompanhamento permanecem contínuas, assegurando vigilância permanente e atuação preventiva no município.

Durante o plantão, a equipe do Serviço Especializado em Abordagem Social recebeu ocorrência informando haver crianças comercializando doces nas proximidades de um supermercado localizado na Av. Antônio Barbosa Filho, em Franca, sob um pontilhão caracterizado por intenso fluxo de veículos, configurando situação de risco iminente de acidentes. Ao chegar ao local, a equipe realizou aproximação cautelosa e abordagem acolhedora, prezando pela escuta qualificada e pela preservação da integridade das crianças. Foi constatado que se encontravam desacompanhadas de responsável legal no momento da intervenção, transitando entre os veículos e oferecendo doces aos motoristas. Durante a escuta ativa, M.R.A. relatou estar realizando a venda com o objetivo de arrecadar recursos para consertar um aparelho celular que compartilha entre seus irmãos. Informou, ainda, que haviam saído da residência da avó, situada no bairro Jardim Luiza. A equipe procedeu com orientações quanto aos riscos da permanência no local, especialmente em razão do tráfego intenso sob o pontilhão, destacando a possibilidade de atropelamentos e outros acidentes, bem como reforçando informações acerca dos direitos da criança e do adolescente e os prejuízos decorrentes da exposição a atividades laborais precoces. No decorrer da abordagem, relatou que já estava se retirando do local, inclusive em virtude da forte chuva que se aproximava no momento. A situação foi devidamente registrada para acompanhamento e monitoramento, permanecendo a equipe atenta a possíveis reincidências e à necessidade de articulação com a rede de proteção socioassistencial para avaliação e providências cabíveis.

Durante ação de busca ativa realizada na região central do município de Franca, a equipe do Serviço Especializado em Abordagem Social identificou a adolescente T.C.R. comercializando doces em praça pública, em espaço de grande circulação de pessoas. Foi realizada aproximação acolhedora, com escuta qualificada e abordagem orientativa, visando compreender o contexto familiar e social da adolescente. Em relato, T.C.R. informou que reside com sua mãe de criação e que a atividade de venda de doces ocorre com a finalidade de contribuir para a complementação da renda familiar. Durante o atendimento, demonstrou-se comunicativa e receptiva às orientações fornecidas pela equipe. A adolescente relatou interesse em participar do programa Jovem Aprendiz, manifestando desejo de inserção formal no mercado de trabalho, de maneira protegida e adequada à sua faixa etária. Informou, ainda, que sua família é acompanhada pelo CRAS Sul e que frequenta regularmente a Escola Lydia Rocha, não havendo, segundo seu relato, evasão escolar. Foram prestadas orientações acerca dos direitos assegurados à criança e ao adolescente, especialmente no que se refere à proteção contra o trabalho infantil e à importância da permanência e do bom desempenho escolar. O caso foi

devidamente registrado para monitoramento e possível articulação com a rede socioassistencial, a fim de avaliar a necessidade de encaminhamentos complementares e fortalecimento do acompanhamento familiar.

Em busca ativa realizada na região Norte, Jardim Luiza, a equipe localizou inicialmente as crianças C.S.R., é sua irmã M.E.S.R. e o amigo E., que estavam realizando venda de doces na porta do supermercado Rilu. Ao serem abordadas, as crianças inicialmente evadiram-se do local, permanecendo apenas M.E.S.R., que dialogou com a equipe. M.E.S.R. informou, em um primeiro momento, que era filha única e que era “mimada” pelos pais. Relatou realizar a venda de doces para obter seu próprio dinheiro, a fim de comprar itens de uso pessoal. Disse ainda que sua mãe tinha ciência da atividade e autorizava a venda de doces no local, por ser próximo de sua residência. Informou também que estuda no período da manhã.

Após algum tempo, as demais crianças retornaram e se aproximaram da equipe, relatando terem corrido por pensarem que se tratava do Conselho Tutelar. Durante a abordagem, foi observado que C.S.R. e E. utilizavam linguagem inadequada para a faixa etária, fazendo uso frequente de palavrões. Posteriormente, chegaram ao local G. e outra adolescente, que se juntaram ao grupo. Enquanto a equipe realizava a escuta das crianças, uma pessoa, possivelmente mãe de C.S.R. e M.E.S.R, aproximou-se do local e chamou as crianças para irem embora com ela. A referida pessoa apresentou postura ríspida ao se dirigir às crianças, que a acompanharam imediatamente. Não foi possível realizar diálogo com a responsável, uma vez que não houve abertura para conversa com a equipe. Foram realizadas orientações acerca da prática que estavam desempenhando, bem como sobre os riscos e perigos envolvidos. As crianças mostraram-se relutantes às orientações, afirmando que permaneceriam realizando a venda dos doces, por necessitarem de dinheiro e que, segundo elas, essa seria a única forma de obtê-lo. Durante a abordagem, observou-se resistência em fornecer informações pessoais, como nome completo e nome dos responsáveis. Sempre que questionadas, as crianças se esquivavam de responder e perguntavam o motivo da solicitação dos dados, aparentando estarem orientadas a não repassar tais informações.

Durante ação de busca ativa realizada pela equipe do Serviço Especializado em Abordagem Social, em ponto previamente mapeado no município de Franca, foi identificado o adolescente Í.M.B.C. em situação caracterizada como trabalho infantil. No momento da abordagem, o mesmo encontrava-se desacompanhado de responsável legal, transitando entre veículos em via pública e comercializando balas aos motoristas, expondo-se a riscos físicos, especialmente em razão do fluxo intenso de automóveis. A equipe realizou aproximação de forma ética e acolhedora, prezando pela escuta qualificada e pela garantia de direitos. Em relato espontâneo, o adolescente informou que a atividade exercida tinha como finalidade a aquisição de um aparelho celular, bem como contribuir com a complementação da renda familiar.

Durante o atendimento, foram prestadas orientações acerca dos riscos do trabalho infantil, dos prejuízos ao desenvolvimento físico, emocional e educacional, e sobre os direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Considerando que a família já se encontra em acompanhamento pela rede socioassistencial, será realizado encaminhamento ao CRAS Nordeste, equipamento responsável pelo acompanhamento familiar, para ciência da situação, adoção das providências cabíveis e fortalecimento das estratégias de acompanhamento socioassistencial. O registro foi devidamente formalizado para monitoramento e acompanhamento do caso, permanecendo a equipe atenta a novas ocorrências e à articulação com a rede de proteção.

Em acompanhamento das ações do AEPETI, a equipe manteve a rotina de

monitoramento e buscas ativas nos pontos estratégicos previamente mapeados no município de Franca. Durante todo o decorrer da semana, registra-se que não houve novas ocorrências relacionadas ao caso anteriormente mencionado, tampouco identificação de outras situações caracterizadas como trabalho infantil nas abordagens realizadas.

MARÇO- POP RUA

No início da primeira semana, a equipe acompanhou o atendido D.M.R ao Poupatempo para dar andamento à emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN). O atendimento anterior havia ficado pendente devido à impossibilidade de coleta das impressões digitais, considerando que o usuário apresentava ferimentos nos dedos. Dessa forma, foi possível realizar a coleta biométrica e concluir a efetivação do documento.

Ainda no mesmo dia, a equipe se deslocou até o Terminal Ayrton Senna, atendendo a ocorrências reportadas pelo Secretário da Ação Social, referentes a pessoas em situação de rua que permaneciam no local, atrapalhando o fluxo de pedestres.

No local, a equipe abordou S.G.S.P, G.H.C.S, F.A.R e outras pessoas que não aceitaram atendimento. A usuária S.G.S.P relatou ter tido uma recaída de substâncias psicoativas, informou que estava no local e que retornaria à casa da filha. G.H.C.S solicitou vaga no abrigo provisório; como não havia vagas disponíveis no momento, foi articulada a inclusão no acolhimento noturno. E F.A.R, beneficiário do Programa Moradia Primeiro, relatou estar apenas de passagem e que retornaria à pensão. Ressalta-se que todos os presentes foram orientados quanto à ocorrência recebida.

No início da segunda semana, a equipe realizou busca ativa nas regiões da cidade, com o objetivo de entregar os agendamentos do Cadastro Único e do Poupatempo aos atendidos.

Na mesma semana, a equipe também realizou o agendamento na Defensoria Pública para J.C.G., com o objetivo de resolver pendências judiciais. Diante disso, foi entregue o protocolo de agendamento ao referido atendido. Ressalta-se que a equipe trabalha com os usuários o desenvolvimento da autonomia na organização e acompanhamento dos encaminhamentos realizados.

No decorrer da semana, mediante solicitação do Secretário de Ação Social, foi realizado abordagem no Pronto-Socorro Municipal. No local, encontrava-se V.F.M., que estava dormindo. Ao ser abordado, relatou que perdeu seus pais e, situação que o deixou fragilizado, desde então, encontra-se em situação de rua.

Informou ainda possuir problemas psiquiátricos, os quais lhe causam esquecimentos e episódios de convulsão. Declarou não possuir documentos pessoais; diante disso, a equipe providenciará a solicitação da segunda via da certidão de nascimento. Foram realizadas as devidas orientações quanto à permanência no local, e foi articulada vaga em abrigo provisório. Assim, efetuou-se o transporte de V.F.M. até o referido serviço. Ressalta-se que V.F.M. trata-se de um caso de saúde mental, sendo o mesmo encaminhado para acompanhamento junto ao Inter Saúde.

Finalizando a semana, foi registrado ocorrência recorrente em uma concessionária de veículos localizada na Av. Ismael Alonso. A equipe se deslocou até o endereço informado e, no local, encontrou G.P.S. dormindo na calçada do estabelecimento. Ressalta-se que a equipe

já esteve diversas vezes no local, realizando orientações e tentativas de encaminhamento para os serviços de acolhimento; contudo, G.P.S. raramente aceita as intervenções, retornando posteriormente à porta da concessionária. Novamente, a equipe o orientou quanto às ocorrências recebidas e à permanência no local, a qual tem prejudicado o fluxo de clientes. Durante a abordagem, G.P.S. apresentou comportamento ríspido com a equipe e se evadiu do local.

Ao final da segunda semana, foi realizada a reunião de referenciamento com a equipe do Centro Pop. O objetivo do encontro foi identificar novos casos, bem como acompanhar situações recorrentes envolvendo a população em situação de rua.

Na ocasião, foram discutidos os casos já acompanhados pela equipe, com a finalidade de avaliar a possível concessão de benefícios eventuais e outras demandas provenientes do Centro Pop. Observou-se que a maioria dos casos apresenta demandas relacionadas à saúde mental.

Diante disso, ficou definido que, na próxima reunião da Inter Saúde, os casos serão apresentados para discussão e encaminhamentos necessários.

Na terceira semana, em continuidade com ações de busca ativa, observou-se como demanda recorrente entre os usuários a solicitação de inclusão ou atualização no Cadastro Único. O agendamento tem sido realizado pelo Centro Pop, sendo solicitado pela equipe de Abordagem Social por meio do WhatsApp ou ligação, com o objetivo de identificar as pessoas que de fato se encontram em situação de rua. Dessa forma, os agendamentos foram realizados e posteriormente entregues aos respectivos atendidos.

Além disso, ao longo da semana, a equipe manteve a continuidade dos atendimentos e dos encaminhamentos à rede socioassistencial voltada à população em situação de rua, com destaque para os direcionamentos ao Abrigo Provisório e ao serviço de Acolhimento Noturno, realizado diariamente.

No encerramento do mês, a última semana teve início com uma denúncia realizada por munícipes. A equipe deslocou-se até o local, situado na região oeste.

No endereço informado, foi localizada a Sra. M.A.P., pessoa idosa de 70 anos, que se encontrava na calçada, em frente à sua residência, onde reside com seu irmão, Sr. L.P., também idoso, de 73 anos. A idosa apresentava sinais compatíveis com surto psicótico, incluindo discurso desconexo, possíveis alucinações, ausência de autocuidado e permanência frequente na via pública, inclusive sob condições climáticas adversas, como chuva. O irmão relatou dificuldades significativas no cuidado da Sra. M.A.P., destacando que ela não faz uso regular de medicação, costuma sair de casa sem supervisão e que ele, em razão da idade avançada, encontra-se sobrecarregado e sem apoio familiar.

Diante da situação, a equipe acionou o SAMU, sendo orientada a realizar o encaminhamento da idosa por meio de um familiar a um serviço de saúde. O Sr. L.P. recebeu orientações da coordenação da equipe quanto aos procedimentos a serem adotados. O caso foi encaminhado ao CREAS II, que já realiza acompanhamento da família, para as devidas providências. Em resposta, o CREAS II indicou a necessidade de discussão conjunta do caso com a equipe do CAPS Florescer.

Após avaliação, foi definido que, diante do quadro apresentado, a idosa deve ser encaminhada ao Pronto-Socorro para avaliação médica, com possibilidade de internação em ala

psiquiátrica e, se necessário, posterior encaminhamento ao Hospital Allan Kardec.

Segundo a equipe do CAPS Florescer, a paciente encontra-se em surto psicótico, com ideação persecutória, alucinações, ausência de autocuidado, recusa alimentar, ausência de uso regular de medicação e relato de hematoma em face. De acordo com o médico psiquiatra presente na discussão, faz-se necessária a internação para estabilização do quadro clínico e reorganização medicamentosa, sendo posteriormente avaliada a necessidade de acolhimento em Residência Terapêutica.

Durante a semana, a equipe realizou atendimento a W.J.A., nas proximidades da Av. Chico Júlio. Durante a escuta ativa, o usuário solicitou encaminhamento para vaga em abrigo provisório. Foi realizada articulação com o serviço responsável, sendo informado que o mesmo se encontra na 18ª posição da fila de espera. Ao ser comunicado sobre a situação, o usuário não apresentou reação positiva, passando a adotar postura ríspida em relação à equipe, o que inviabilizou a continuidade do atendimento. Diante do exposto, o atendimento foi encerrado.

Em março, também houve a concessão de passagens, totalizando, em média, 139 passagens no referido mês.

Neste mês, a equipe esteve presente nas reuniões intersetoriais realizadas nas diferentes regiões. Na região Oeste, porém, não houve encontro, devido às demandas do serviço que impediram a participação da equipe. A seguir, são apresentados os relatos das demais regiões:

- **Intersetorial Centro:**

Realizou-se reunião intersetorial com a participação de profissionais das áreas da Saúde, Assistência Social e Educação, com o objetivo de fortalecer a articulação entre os serviços e promover o trabalho em rede. A reunião teve como temática o atendimento e acompanhamento de mulheres vítimas de violência doméstica no âmbito da Política de Assistência Social do município de Franca. A apresentação foi conduzida pelas equipes do Núcleo Reconhecer e do Serviço de Acolhimento para Mulheres.

A abertura do encontro ocorreu com a leitura da poesia “Hoje Recebi Flores”, de Paulette Kelly, proporcionando um momento de reflexão sobre a realidade vivenciada por mulheres em situação de violência doméstica. Na sequência, foi apresentado o trabalho desenvolvido pelo Núcleo Reconhecer e pelo Serviço de Acolhimento para Mulheres. Informou-se que o Núcleo Reconhecer foi implantado no ano de 2022, com meta de 150 acompanhamentos mensais, contando com equipe multiprofissional composta por assistentes sociais, psicólogos, orientadores sociais e advogado. Foram detalhados o fluxo de atendimento e os encaminhamentos realizados.

Também foram abordadas as redes de proteção e defesa intersetorial, destacando a importância da articulação entre os diversos serviços e órgãos, tais como CRAS, CREAS, Delegacia de Defesa da Mulher (DDM), Centro de Referência de Atendimento à Mulher, Núcleo de Atendimento à Vítima (NAV), Defensoria Pública, além das políticas de Saúde, Educação e o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres. Durante a reunião, foram apresentados os índices de casos de violência contra mulheres registrados no município de Franca, sendo: 856 casos no ano de 2024, 746 casos no ano de 2025 e 110 casos no período de janeiro a março de 2026. Ao final, abriu-se espaço para esclarecimento de dúvidas e contribuições dos participantes.

- **Intersetorial Norte/Nordeste:**

Na reunião da Inter Norte/Nordeste foi discutido o funcionamento das escolas segue a BNCC e o Currículo Paulista, com avaliações como SARESP, Fluência Leitora e SAEB para acompanhar desempenho e qualidade do ensino. O atendimento escolar começa aos 4 anos, com 200 dias letivos, priorizando a permanência da família na mesma unidade e garantindo o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. Os professores participam das REPs para planejamento pedagógico, e a escola conta com equipe gestora, corpo docente, administrativos e núcleo operacional.

O trabalho pedagógico envolve planejamento, replanejamento, acompanhamento, avaliação e formação continuada, considerando acolhimento, habilidades socioemocionais, apoio à aprendizagem e integração com educação especial.

Psicólogos e Assistentes Sociais atuam coletivamente, organizam reuniões com famílias e apoiam o planejamento pedagógico. Reuniões de pais, avaliações diagnósticas, mapeamento escolar e o Conselho de Classe permitem ajustar ações e estratégias para o desenvolvimento integral dos alunos.

- **Intersetorial Sul:**

A ação comunitária tem como objetivo principal criar e apresentar um mapa da região sul, reunindo os serviços disponíveis e orientando a população sobre como acessá-los. O evento busca informar e engajar a comunidade, além de oferecer atividades culturais e recreativas.

Foi definida uma programação inicial, com início às 9h, incluindo apresentação de maracatu com cortejo para mobilização do público, recepção com lanche e atrações culturais, seguida da apresentação do mapa e dos serviços. Também será realizada uma dinâmica sobre o território, além de apresentações temáticas como violência digital e masculinidade. Haverá ainda atividades recreativas para o público, especialmente infantil, e oferta de lanches no início e no encerramento.

Discutiu-se a necessidade de apoio da SEDAS para recursos, alimentação e materiais, bem como a busca de parcerias com instituições de ensino para oferta de atendimentos e orientações nas áreas da saúde. Por fim, questões estruturais, como equipamentos de som, serão definidas em reuniões futuras, junto à confirmação das parcerias.

- **Intersetorial Leste:**

Inicialmente, todos os presentes se apresentaram, informando nome, cargo e local de atuação. Em seguida, foi proposta a reflexão sobre a questão: “De que forma o seu serviço impacta na saúde mental do usuário atendido?”, sendo as respostas compartilhadas em formato de roda de conversa, promovendo a escuta e a troca de experiências entre os participantes.

Dando continuidade, foi abordada a pauta referente ao planejamento intersetorial para o ano de 2026, com foco na temática da saúde mental. Nesta reunião, deu-se prosseguimento às discussões iniciadas anteriormente, possibilitando a construção coletiva de propostas e metodologias para os próximos encontros intersetoriais. Entre as sugestões apresentadas, destacam-se o envolvimento de alunos das escolas em ações comunitárias, a participação de familiares como representantes dos usuários atendidos, a apresentação de um caso real por serviço para discussão, com o objetivo de alcançar resultados, especialmente na perspectiva de

redução de danos, o estudo contínuo da temática da saúde mental e a elaboração de apresentações por cada serviço da rede, visando demonstrar o fluxo de seus atendimentos.

Também foi discutida a realização de uma ação comunitária relacionada à Campanha de Saúde Mental, ficando definido que a atividade ocorrerá no dia 20 de junho de 2026, no período da manhã. O local ainda será definido oportunamente, bem como será verificada a disponibilidade de transporte para a população. Na ocasião, foram distribuídas as funções entre os participantes para a organização da referida ação.

MARÇO-AEPETI

Nos períodos monitorados, o Serviço Especializado em Abordagem Social executou o cronograma de busca ativa e vigilância territorial nas regiões prioritárias do município, previamente georreferenciadas por apresentarem indicadores de vulnerabilidade social e fluxos acentuados de circulação pública. As diligências pautaram-se na observação sistemática e no monitoramento de pontos estratégicos, com o objetivo precípuo de identificar situações de trabalho infantil (AEPETI) ou quaisquer outras formas de violação de direitos que comprometam o desenvolvimento biopsicossocial do público infantojuvenil.

Paralelamente às buscas ativas planejadas, a equipe técnica prontamente atendeu a demandas e denúncias efetuadas por munícipes via canais de comunicação. Tais diligências concentraram-se nas regiões Central e Norte, com relatos de mulheres acompanhadas de crianças realizando o comércio ambulante de gêneros alimentícios (balas e doces). Adicionalmente, houve o acionamento para verificação de suposta situação de trabalho infantil em frente a um estabelecimento supermercadista na região Norte. Contudo, após o deslocamento imediato e a varredura minuciosa nos perímetros informados, constatou-se a improcedência momentânea das denúncias, uma vez que os referidos grupos não foram localizados durante as incursões.

No decurso da semana, a equipe técnica do Serviço de Abordagem Social participou de uma reunião de alinhamento e referenciamento técnico junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). O encontro teve como objetivo central a consolidação da matricialidade socioassistencial, visando o aperfeiçoamento dos protocolos de atendimento e a otimização dos fluxos de referência e contrarreferência entre os serviços. Durante a agenda, foram estabelecidos novos direcionamentos metodológicos e estratégias de intervenção conjunta, priorizando a celeridade nas respostas institucionais e a assertividade nos encaminhamentos de casos de alta complexidade. Este processo de planejamento coletivo permitiu a reestruturação de pensamentos críticos sobre a prática em campo, fomentando a qualificação da escuta e a construção de Planos Individuais de Atendimento (PIA) mais robustos. Tais medidas buscam assegurar que os usuários do sistema recebam um acompanhamento integral, pautado na resolutividade e na garantia de direitos, fortalecendo a rede de proteção social especial do município.

Foi realizado contato com a família de J.V.B.S. e sua genitora, N.E.N.S., que já possuem histórico de acompanhamento pela nossa rede socioassistencial. O objetivo primordial do contato, além de monitorar, foi apresentar uma proposta colaborativa desenvolvida em conjunto pelo setor de Comunicação e pela Secretaria de Desenvolvimento de Assistência Social (SEDAS) de Franca.

A proposta consiste na produção de um vídeo institucional e educativo focado no fluxo de atendimento a crianças em situação de trabalho infantil. A ideia central do projeto surgiu após reuniões de referenciamento, onde identificou-se a necessidade de tornar mais transparente e compreensível para a sociedade como ocorrem os manejos técnicos, os acolhimentos e os encaminhamentos realizados pela rede de proteção. O vídeo visa exemplificar, de forma humanizada, o percurso que uma família percorre ao ser integrada aos serviços socioassistenciais, destacando o papel das equipes multidisciplinares na garantia dos direitos da criança e no suporte ao núcleo familiar para a superação dessa vulnerabilidade. Durante a abordagem, explicamos à Sra. N.E.N.S. que a participação da família seria fundamental para dar rosto e voz à realidade atendida, servindo como um modelo de superação e engajamento. Após a explicação detalhada sobre o uso da imagem e o caráter pedagógico da ação, a família demonstrou plena compreensão e aceitou prontamente o convite para colaborar com a gravação.

No período matutino, a equipe de Abordagem Social realizou o transporte do núcleo familiar do endereço de residência até o local da gravação, assegurando a viabilidade da participação. A intervenção inicial contou com a atuação direta da técnica responsável pela abordagem social C.T.S. e do orientador social R.P., além da colaboração de outros setores municipais. O escopo da participação da Abordagem Social concentrou-se na simulação e registro do primeiro atendimento e fluxos de encaminhamento, visando ilustrar o protocolo de recepção da rede de proteção. Encerrada a etapa matutina das gravações, a equipe de Abordagem Social efetuou o transporte de retorno da família à sua residência. Ficou estabelecido que a continuidade das atividades ocorreria no período vespertino, na sede do CREAS, sob a responsabilidade logística e técnica da referida unidade, que assumiu o suporte e a locomoção da família para a segunda etapa do projeto. Ao finalizar a colaboração da Abordagem Social, reiterou-se o agradecimento à Sra. N.E.N.S. pela disponibilidade e engajamento, ressaltando a importância de seu protagonismo para o fortalecimento das ações educativas de combate ao trabalho infantil no território.

ABRIL-POP RUA

No mês de abril, a equipe de Abordagem Social deu continuidade aos atendimentos voltados à população em vivência e em situação de rua, atuando em diversas regiões do município de Franca-SP. Durante as abordagens, são realizadas escutas qualificadas, com o objetivo de identificar as demandas específicas de cada pessoa.

Entre as principais demandas identificadas, destaca-se a solicitação para a confecção da Carteira de Identidade Nacional (CIN), documento fundamental para o acesso a diversos direitos e serviços. Para a emissão da CIN, é exigida a apresentação da Certidão de Nascimento original.

Diante disso, a equipe realiza contato com os cartórios das cidades de naturalidade das pessoas atendidas, a fim de obter as informações necessárias para a emissão do referido documento. Após o levantamento dessas informações, a equipe técnica elabora o ofício de solicitação e a declaração de hipossuficiência, que são encaminhados via correio.

A equipe também realiza solicitações junto aos cartórios de registro do município, considerando que a grande maioria dos atendidos é natural de Franca. Nesses casos, os técnicos elaboram os ofícios e os entregam presencialmente nos cartórios. Nos cartórios de Franca, não é obrigatória a apresentação da declaração de hipossuficiência.

Logo na primeira semana a equipe segue recebendo ocorrências relacionadas à permanência de pessoas em situação de rua na porta do Pronto Socorro. Ressalta-se que são realizadas busca ativa diariamente no local, com o objetivo de prevenção e oferta de orientações às pessoas presentes. São disponibilizados serviços de acolhimento; entretanto, observa-se que enquanto alguns usuários aderem às propostas, outros recusam e, em determinadas situações, apresentam comportamento ríspido em relação à equipe.

Diante desse cenário, a equipe mantém-se atuante, realizando de forma contínua atendimentos e orientações quanto à permanência dessas pessoas na entrada da unidade.

Conforme mencionado nos meses anteriores, permanecem recorrentes os casos de pessoas perdidas, sobretudo idosos. A equipe foi acionada por meio de contato telefônico de um munícipe, que informou sobre a presença de uma idosa desorientada em via pública, solicitando apoio para identificação e localização de familiares. Foi informado o nome da senhora C.L.D., 70 anos.

Em consulta ao sistema da assistência social, verificou-se que a referida usuária se encontra acolhida em serviço de acolhimento institucional (Abrigo Provisório). Em contato com a unidade, fomos informados de que a idosa havia se evadido do CAPS durante atividade externa, sendo solicitado apoio para seu retorno ao serviço.

A equipe deslocou-se até a região oeste, onde localizou a senhora C.L.D. No momento da abordagem, a mesma encontrava-se sob os cuidados de funcionários de um supermercado que, ao identificarem sinais de desorientação, prestaram auxílio imediato e acionaram a equipe de abordagem. Diante da situação, foi realizado o transporte da idosa, conduzindo-a com segurança de volta ao Abrigo Provisório.

Iniciando a segunda semana, e conforme mencionado no mês de fevereiro, a equipe acompanhou W.L.O.A. até a Defensoria Pública com o objetivo de solicitar a correção da certidão de nascimento, tendo em vista que constava o nome incorreto da genitora. Posteriormente, a certidão foi emitida; a equipe realizou a retirada do documento, efetuou o agendamento no Poupatempo e acompanhou o atendido até o local para a solicitação do CIN.

Ainda durante a segunda semana, a equipe realizou atendimento com W.P.S., que manifestou interesse na concessão de uma nova passagem social. Foi-lhe informado que o benefício é concedido apenas uma vez ao ano e que ele já havia usufruído do mesmo no período vigente. Orientou-se, ainda, que procurasse a assistente social responsável na rodoviária para esclarecimento de demais dúvidas.

Durante busca ativa na região nordeste, a equipe tentou oferecer serviços ao E.M.B.M, que apresentava sinais claros de intoxicação por substâncias psicoativas, com desorientação, fala excessiva, irritabilidade e instabilidade de humor. Na abordagem, o paciente mostrou comportamento hostil e agressivo, recusando atendimento, proferindo insultos e se trancando no veículo, onde permaneceu em atitude de confronto. Apesar das tentativas de diálogo e oferta de encaminhamento para serviços de saúde e assistência, ele não aderiu a nenhuma proposta. Diante da agitação, recusa e risco à equipe, a abordagem foi encerrada de forma segura, sem intercorrências, permanecendo o usuário no local por decisão própria.

Na terceira semana, a equipe foi acionada após contato do Secretário de Ação Social, informando sobre um homem em situação de vulnerabilidade encontrado na Praça 9 de Julho, região central, em decúbito dorsal. Munícipes que passavam pelo local acionaram

atendimento diante da condição do indivíduo. No local, foi identificado o Sr. M.A.S, já conhecido na região, apresentando dificuldade de verbalização, apatia, sinais de hipotermia leve e dispneia. Segundo populares, ele estaria naquela condição há cerca de três dias, sendo também uma pessoa conhecida e auxiliada por comerciantes locais.

Um comerciante relatou ter prestado ajuda com água e alimentos e informou que já havia acionado o SAMU anteriormente, porém sem resolução. Também foram relatadas supostas condutas inadequadas por parte de um socorrista, com falas consideradas desrespeitosas em relação à situação do atendido.

Diante dos fatos, foi realizado novo acionamento do SAMU, após orientação da coordenação e do Secretário. Inicialmente, houve avaliação de não urgência pelo médico regulador, sendo posteriormente enviada uma viatura após insistência. No local, também foram relatados novos episódios de conduta inadequada por parte de profissional do atendimento, com falas consideradas desrespeitosas pelos presentes. Ao final, o Sr. M.A.S foi encaminhado ao Pronto Socorro Municipal de Franca para atendimento.

Conforme mencionado anteriormente, no dia seguinte M.J.S. conversou com a equipe e relatou que seu irmão, M.A.S., encontra-se com suspeita de pneumonia. Entretanto, M.A.S. não aceitou aguardar vaga para internação hospitalar.

A equipe reforçou junto a M.J.S. a importância de que seu irmão se comprometa com o cuidado em saúde, bem como a necessidade de seguir os encaminhamentos indicados. Foi informado que todas as medidas cabíveis no âmbito da assistência social já foram realizadas. Contudo, no que se refere às demandas de saúde, não há atribuição ou manejo direto por parte da assistência social para essa situação específica.

Na última semana do mês, mediante solicitação de munícipe, realizamos atendimento a P.H.M., que se encontrava dormindo em um colchão na região central.

Durante a abordagem, foram prestadas orientações quanto à permanência no local, considerando que a equipe tem recebido reclamações de moradores da região. Foi ofertado acolhimento institucional, visando sua segurança e bem-estar; no entanto, P.H.M. não demonstrou interesse, informando que buscaria outro local para permanecer. Na ocasião, solicitou apenas agendamento no CadÚnico para atualização cadastral, sendo o pedido devidamente encaminhado.

Ressalta-se que a equipe também orientou a munícipe que realizou a solicitação, esclarecendo que o serviço de abordagem social não realiza remoção de pessoas em situação de rua dos locais onde se encontram. O objetivo do trabalho é realizar orientação, escuta qualificada e encaminhamentos para a rede de acolhimento. Entretanto, quando há recusa por parte do usuário em aderir às ofertas disponibilizadas, a atuação da equipe se restringe às orientações e registros cabíveis.

Ainda na última semana, foi realizada uma reunião de referenciamento intersetorial em saúde, com a discussão de casos acompanhados pela rede socioassistencial e de saúde mental, além da definição de encaminhamentos e pactuações junto aos serviços especializados.

Alguns casos foram debatidos em rede, destacando-se a possibilidade de atendimento pelo CAPS aos usuários Sr. S.A.S. e Sr. C.M., atualmente residentes na República dos Idosos. A coordenadora do CAPS informou que irá verificar a viabilidade e, posteriormente, confirmar

uma data específica para a realização dos atendimentos, a qual será compartilhada para alinhamento entre os serviços envolvidos.

Além disso, o serviço de acolhimento noturno e abrigo retomou a pauta discutida na reunião anterior, referente à possibilidade de os médicos do CAPS realizarem atendimentos periódicos no local, com frequência mensal ou quinzenal. O objetivo é viabilizar a emissão de laudos dos acolhidos, facilitando encaminhamentos para serviços como o SAMU, bem como subsidiar respostas técnicas diante de demandas e reclamações da população, com base em comprovações clínicas sobre o estado de saúde dos usuários.

Durante o mês de abril, foram encaminhados ofícios pelos Correios e por e-mail, acompanhados da Declaração de Hipossuficiência devidamente assinada pelos usuários e pela equipe técnica, com a finalidade de solicitar a segunda via da Certidão de Nascimento. Destaca-se que essa ação faz parte da rotina diária da equipe, sendo realizada sempre que surgem demandas dos atendidos relacionadas à regularização de documentos.

Após o recebimento da Certidão de Nascimento, a equipe efetua o agendamento no Poupatempo para a emissão da CIN (Carteira de Identidade Nacional). Dependendo do grau de autonomia do atendido, a equipe também realiza o acompanhamento presencial ao Poupatempo.

A equipe do Serviço Especializado em Abordagem Social participou também da produção de material de gravação, voltado à sensibilização da sociedade acerca da realidade vivenciada pela população em situação de rua e à divulgação dos fluxos de atendimento executados pela política de Assistência Social. As gravações tiveram início na sede do serviço, contemplando a apresentação das atribuições da equipe, dos instrumentais utilizados, dos protocolos de atendimento e da metodologia de intervenção territorial adotada pelo serviço. Posteriormente, foi realizada gravação em campo, reproduzindo as etapas do atendimento socioassistencial junto aos usuários K.F.S.P. e R.B.S., após a formalização do Termo de Autorização de Uso de Imagem, garantindo o consentimento livre e esclarecido dos participantes e observando os princípios éticos, legais e o direito à preservação da imagem. Mediante aplicação dos procedimentos técnicos de aproximação, acolhida, escuta qualificada, identificação das demandas e avaliação das vulnerabilidades apresentadas. Na sequência, foram registrados os procedimentos de orientação socioassistencial, construção do plano de intervenção e articulação com a rede de proteção social. Dando continuidade às filmagens, a equipe realizou o acompanhamento dos usuários até o serviço de acolhimento institucional, demonstrando o fluxo de encaminhamento, a articulação intersetorial e o processo de referenciamento, assegurando a continuidade do atendimento. A produção buscou retratar, de forma ética, humanizada e tecnicamente fundamentada, as práticas desenvolvidas pela equipe de Abordagem Social, evidenciando a complexidade das intervenções, a garantia de direitos, a preservação da dignidade dos usuários e a importância do trabalho em rede para a efetivação da proteção social especializada.

No mesmo período, também houve a concessão de passagens, totalizando, em média, 127 passagens no referido mês.

No mês de abril, a equipe participou da reunião intersetorial realizada na região centro. Não houve participação da equipe nas regiões sul, leste, oeste e norte/nordeste, tendo em vista que não foram definidas datas para a realização das respectivas reuniões. A seguir, apresenta-se o relato referente à região centro.

- **Intersetorial Centro:**

Realizou-se reunião intersetorial com a participação de profissionais das áreas da Saúde, Assistência Social e Educação, com o objetivo de fortalecer a articulação entre os serviços e promover o trabalho em rede.

A reunião teve como temática “Manejo no atendimento ao paciente com transtorno mental e usuário de álcool e outras drogas”, sendo conduzida pelas equipes do CAPS AD III Renascer e do CAPS III Florescer.

Os trabalhos foram iniciados com uma dinâmica de integração entre os participantes, na qual foram utilizados dois rolos de papel higiênico. Os presentes foram organizados em duas fileiras, formando um corredor, ficando uma pessoa de frente para a outra. Os rolos de papel foram desenrolados interligando os participantes em formato de zigue-zague, simbolizando os usuários dos serviços. A atividade consistiu na passagem cuidadosa do papel entre todos, sem que fosse rompido, representando o cuidado necessário no atendimento aos usuários. Na sequência, os coordenadores dos serviços, realizaram apresentação sobre o funcionamento dos respectivos serviços, destacando suas especificidades e diferenças.

O CAPS AD III Renascer é um serviço aberto e comunitário do Sistema Único de Saúde (SUS), ofertado pela Prefeitura Municipal de Franca e gerenciado pela Fundação Allan Kardec, sendo referência para o atendimento de pessoas que fazem uso de substâncias psicoativas, com ou sem transtornos mentais associados. Atua com foco na redução de danos, reinserção social e fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de atendimento voluntário realizado por equipe multidisciplinar. O CAPS III Florescer é um serviço de saúde aberto e comunitário voltado ao atendimento de pessoas com transtornos mentais, oferecendo atividades terapêuticas, tratamento medicamentoso e suporte à ressocialização.

Foi ressaltado que ambos os serviços são de portas abertas, não centrados exclusivamente no atendimento médico e não destinados a atendimentos de urgência e emergência, sendo estes encaminhados ao Pronto Socorro Municipal. Têm como finalidade evitar internações psiquiátricas em regime fechado. Informou-se que o CAPS AD III Renascer dispõe de 08 leitos de acolhimento noturno destinados a adultos, enquanto o CAPS III Florescer possui 06 leitos para acolhimento noturno, indicados para pacientes em situação de desorganização psíquica, com permanência de até 07 dias, salvo exceções.

O primeiro atendimento em ambos os serviços é realizado pela equipe técnica por meio de escuta qualificada, com elaboração do Projeto Terapêutico Singular (PTS). Os serviços atendem tanto pacientes quanto familiares, oferecendo também grupos de apoio. Destacou-se o projeto “CAPS em Ação”, que consiste na realização de ações externas em instituições para divulgação dos serviços e orientação aos profissionais e à população.

Equipe Técnica Multidisciplinar: Coordenação; Psicólogos; Assistente social; Terapeuta ocupacional; Agentes redutores de danos; Educadores físicos; Oficineiro/artesão; Médicos psiquiatras; Médico clínico geral; Farmacêutico; Enfermeiros; Técnicos de enfermagem.

ABRIL- AEPETI

No período inicial do mês de abril, a equipe de abordagem social intensificou o mapeamento territorial no município de Franca, percorrendo setores estratégicos com maior fluxo de crianças e adolescentes e presença de riscos sociais latentes. O cronograma operacional foi executado conforme planejamento da unidade, com atuação em turnos estendidos durante os dias úteis e regime especial aos sábados.

As ações tiveram como foco central a detecção precoce de situações de trabalho infantil, por meio de busca ativa presencial, aliada à articulação com munícipes e serviços locais, que subsidiaram a realização de diligências.

Paralelamente, deu-se início ao cronograma de visitas domiciliares voltado ao acompanhamento do público infantojuvenil prioritário. A partir da etapa de inteligência e cruzamento de dados, os relatórios técnicos indicaram que parte dos assistidos já se encontra vinculada à rede intersetorial, enquanto outros permanecem em situação de desassistência. Diante disso, foram priorizadas as visitas às famílias sem acompanhamento prévio, visando ao diagnóstico do contexto familiar, identificação de demandas e encaminhamentos para garantia de direitos e acesso a benefícios socioassistenciais.

Nesse contexto, foi realizada articulação com o núcleo familiar do adolescente R.M.L., representado pela genitora E.M., por meio de visita domiciliar. A intervenção possibilitou a elaboração de diagnóstico sociofamiliar, resultando no encaminhamento da família à rede de saúde mental para acompanhamento psiquiátrico e psicológico, bem como ao CRAS de referência para inclusão no Cadastro Único, com vistas ao acesso a benefícios socioassistenciais.

Ainda nesse período, foram realizadas tentativas de articulação com novos núcleos familiares para agendamento de visitas domiciliares. Contudo, verificaram-se intercorrências, como indisponibilidade da genitora em razão de jornada de trabalho e incompatibilidade de horários dos responsáveis, que exercem atividades laborais após o período de funcionamento do serviço. Nesses casos, foram disponibilizados os canais de contato da equipe a vizinhos, a fim de viabilizar posterior agendamento.

Na continuidade das ações, a equipe intensificou a busca ativa em diferentes regiões do município, com foco estratégico no entorno do Supermercado Rilu, em resposta a denúncias recorrentes de trabalho infantil. As intervenções tiveram caráter preventivo, com sensibilização e orientações ao público infantojuvenil em situação de vulnerabilidade. Em relação ao núcleo familiar de M.E.S.R., identificou-se, por meio de análise técnica, acompanhamento já realizado pela rede intersetorial. Diante da reincidência da violação de direitos, o caso foi encaminhado para discussão em reunião técnica intersetorial, visando ao alinhamento de estratégias e fortalecimento da rede de proteção.

Em momento subsequente, foram realizadas ações contínuas de busca ativa nas regiões previamente mapeadas, não sendo identificados, até então, indícios de crianças ou adolescentes em situação de trabalho infantil. A equipe manteve observação sistemática dos pontos estratégicos e registro das intervenções, reafirmando o compromisso com a proteção integral, conforme a legislação vigente.

No decorrer desse período, foi realizada reunião de referenciamento junto ao CREAS, com o objetivo de alinhar metodologias de atendimento e qualificar as estratégias de

intervenção da rede socioassistencial. Na ocasião, foram discutidas ações relacionadas a datas estratégicas do calendário de proteção infantojuvenil, com destaque para a campanha Maio Laranja (Lei nº 9.970/2000), alusiva ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, e para o dia 12 de junho, instituído como Dia Mundial e Nacional contra o Trabalho Infantil (OIT, 2002; Lei nº 11.542/2007).

Ainda nesse período, foram recebidas denúncias, por meio de municípios, acerca de possível ocorrência de trabalho infantil nas imediações de agências bancárias da região central do município. Foi realizada busca ativa no local indicado, não sendo possível localizar as crianças mencionadas até o momento, permanecendo as diligências em andamento.

Em outra etapa das ações, as atividades foram marcadas pela intensificação das buscas ativas. Foi realizado atendimento ao caso de J.P.A.J., identificado em situação de trabalho infantil na região nordeste do município. Também foram efetuadas diligências com base em denúncias de municípios; contudo, não foi possível localizar os casos indicados, mantendo-se o monitoramento contínuo.

No mesmo período, foram atendidos I.F.S.S. e Y.F.S.S., identificados em situação de mendicância e trabalho infantil na região central. Os atendidos receberam orientações quanto à legislação vigente e aos riscos do trabalho infantil, sendo os casos encaminhados para visita domiciliar, visando à análise aprofundada do contexto familiar e definição de intervenções adequadas.

Ao término do mês de abril, foram registradas diversas demandas para averiguação. Em uma das diligências, identificou-se a recorrência de situação de trabalho infantil envolvendo C.S.R. Após contato com a genitora, foi agendada visita domiciliar com o objetivo de aprofundar o diagnóstico do contexto familiar e, a partir das demandas apresentadas, viabilizar intervenções que contribuam para o afastamento da criança dessa situação.

A assistente social e o psicólogo realizaram visita domiciliar à família de M.C.S.O, com o objetivo de compreender o contexto familiar e identificar vulnerabilidades sociais e emocionais. A família possui renda mensal aproximada de R\$ 2.300,00, a qual é majoritariamente destinada ao pagamento de aluguel, sendo complementada por trabalho informal, sem estabilidade financeira. Observou-se a presença de adoecimento psíquico nos responsáveis, que fazem uso de medicação e acompanhamento em saúde mental, o que impacta na supervisão dos filhos.

Destaca-se a situação da adolescente Y.R.S., que apresenta episódios graves de ansiedade e depressão, com relato de risco à própria vida, ainda aguardando atendimento especializado. A família também refere necessidade de acompanhamento psicológico para os filhos, dificuldades de acesso à rede de serviços e interesse em programas socioeducativos e de qualificação profissional.

Foram identificadas situações de risco, como possível evasão escolar, trabalho infantil, fragilidade na supervisão e comportamentos de risco, incluindo episódio envolvendo a criança M.E.R.S. fora do domicílio sem supervisão adequada.

A equipe realizou orientações sobre direitos e deveres, com ênfase na proibição do trabalho infantil e na importância da frequência escolar. Conclui-se que a família se encontra em situação de vulnerabilidade social, necessitando de acompanhamento contínuo e articulação com a rede de proteção.

MAIO- POP RUA

O mês de maio deu continuidade aos atendimentos em todas as regiões do município, com o objetivo de realizar busca ativa, escuta qualificada e encaminhamentos para a rede socioassistencial. Também foi prestado auxílio na solicitação da segunda via da certidão de nascimento e, posteriormente, no agendamento junto ao Poupatempo.

A equipe também auxilia no agendamento para o Cadastro Único, possibilitando a inserção dos atendidos em benefícios sociais, como o Bolsa Família.

No início da primeira semana, uma família composta por quatro integrantes chegou à Rodoviária de Franca. A família relatou à assistente social que residia em São Paulo e havia se deslocado para Patos de Minas-MG após receber promessa de emprego garantido. No entanto, ao chegarem ao local, o combinado não foi cumprido.

Posteriormente, solicitaram ajuda e conseguiram passagem para Araxá e, em seguida, para Franca. Foi articulada uma vaga em abrigo provisório para acolhimento da família, e a equipe da abordagem social realizou o transporte até o local.

Na sequência, a família decidiu retornar para São Paulo, com o objetivo de buscar melhores condições de vida. Embora a distância até o destino ultrapassasse o limite de quilometragem previsto pelo benefício, a solicitação foi autorizada em caráter excepcional, considerando a justificativa apresentada. Após serem devidamente orientados sobre as regras do benefício de passagem social, os bilhetes foram concedidos para o destino solicitado.

Durante a semana, a equipe atendeu ocorrência encaminhada pelo Secretário de Ação Social, referente a uma pessoa em situação de rua que estava dormindo e utilizando a água da fonte localizada na Rua Major Claudiano, região central da cidade.

No local, foi realizada abordagem ao indivíduo identificado M.S.S. Este relatou estar em Franca desde janeiro de 2026, sendo natural de Itaú de Minas-MG, e manifestou intenção de permanecer no município. Informou que receberá o benefício BPC, com o qual pretende custear estadia em uma pensão. Foi orientado quanto à permanência no local, considerando as reclamações recebidas. Posteriormente, mencionou a intenção de solicitar passagem social, sendo devidamente orientado a comparecer à Rodoviária no horário informado para os devidos encaminhamentos.

Relatou ainda que possui consulta médica agendada para o dia seguinte, com objetivo de imobilização (engessamento) da perna, apresentando dificuldades de locomoção em decorrência de agressões sofridas. Ressalta-se que, durante o atendimento, M.S.S demonstrou indecisão em relação às informações prestadas à equipe, sendo reforçada a importância de organização e definição quanto aos seus próximos passos.

Ainda nesta semana, foi realizada a reunião Intersetorial Saúde, reunindo diversos serviços da rede, como Centro Pop, CAPS AD, Consultório na Rua, Moradia Primeiro e outros para alinhar o acompanhamento de casos complexos em Franca. O foco central foi a resolução de gargalos de saúde, como o reagendamento de exames perdidos por falhas de comunicação e a gestão de leitos estabilizadores para casos de dependência e vulnerabilidade extrema.

Discutiu-se a busca ativa de atendidos em locais críticos, a reintegração de indivíduos a programas habitacionais e a proteção de idosos em risco. Além disso, avançou-se na identificação de vínculos familiares interestaduais para usuários debilitados e no

monitoramento de suspeitas de doenças infectocontagiosas. O encontro encerrou-se com a pactuação de uma capacitação conjunta com o SAMU e o reforço da necessidade de prontuários compartilhados e comunicação ágil entre as equipes.

No início da segunda semana, a equipe recebeu ocorrências de munícipes relatando que uma pessoa em situação de rua estava pernoitando em frente a um ponto de cultura, acumulando grande quantidade de lixo e realizando necessidades fisiológicas no local. Diante da solicitação, a equipe se dirigiu até o endereço informado, onde realizou atendimento a U.N.M.O, que relatou estar no local há alguns meses.

O usuário foi orientado quanto à permanência no espaço e recebeu oferta de articulação de vaga em abrigo provisório ou acolhimento noturno, porém recusou os serviços, alegando não conseguir se adaptar a esse tipo de atendimento. U.N.M.O. também solicitou auxílio para emissão da segunda via de sua documentação e um cobertor, demandas que serão providenciadas pela equipe. Relatou ainda que, no momento, não poderia se retirar do local, pois trabalha com montagem de barracas e permanecer próximo ao espaço facilitaria seu deslocamento para a atividade laboral. Ressalta-se que U.N.M.O. era beneficiário do Programa Moradia Primeiro, contudo foi desligado do serviço após permanecer por 60 dias sem ser localizado pela equipe responsável pelo acompanhamento do programa.

Importante ressaltar que o SEAS – Serviço Especializado de Abordagem Social – não realiza a retirada compulsória de pessoas em situação de rua, tampouco de seus pertences pessoais. Frequentemente, a população entra em contato com o serviço solicitando a retirada dessas pessoas dos locais públicos; contudo, a atuação da equipe ocorre por meio de abordagem social, escuta qualificada, orientação e encaminhamentos à rede socioassistencial. Durante os atendimentos, a equipe oferta serviços como acolhimento institucional, acolhimento noturno, encaminhamento para emissão de documentos, acesso à alimentação, higiene pessoal, atendimento de saúde, inclusão em programas sociais e articulação com serviços de trabalho e renda, respeitando sempre a autonomia e o direito de escolha do usuário.

Como exemplos de atuação, a equipe pode:

- ofertar encaminhamento para abrigo provisório, acolhimento noturno e passagem social;
- auxiliar na emissão de segunda via de documentos pessoais;
- realizar encaminhamento para atendimento no CAPS, UBS, SAMU ou serviços de saúde;
- viabilizar acesso a benefícios eventuais, como cobertores;
- orientar sobre acesso a programas habitacionais e serviços da assistência social;
- promover articulação com familiares, quando autorizado pelo usuário.

Durante a segunda semana, a equipe realizou atendimento a D.R.P., J.J.S.L. e P.S.S. na porta do Laboratório Clóvis Ribeiro, local que também tem sido alvo recorrente de reclamações da população. Os atendidos encontram-se pernoitando no espaço. A equipe realiza abordagens diárias, orientando quanto à permanência no local e ofertando os serviços disponíveis na rede socioassistencial.

Os usuários não aceitam acolhimento institucional. J.J.S.L. e P.S.S. relatam que somente deixarão o local caso sejam inseridos no Programa Moradia Primeiro. Informam ainda

que permanecem no espaço principalmente em razão do frio e que, durante o dia, permanecem nos semáforos. A equipe realizou orientações quanto à permanência no local e esclareceu os critérios para inserção no Programa Moradia Primeiro.

No início da terceira semana, ocorreu a reunião de referenciamento com a equipe do Centro Pop e da Abordagem Social. Na ocasião, foram discutidos os casos que acompanhados pela equipe, com objetivo de avaliar concessão de benefícios eventuais e demais demandas oriundas do Centro Pop.

A equipe de abordagem social realizou atendimento à usuária S.P.C., já acompanhada há anos pela rede socioassistencial na região central. Durante as abordagens, a usuária apresentou falas desconexas da realidade, sendo observado agravamento progressivo em seu estado de saúde mental. Foram ofertados acolhimento institucional, emissão de documentação e demais encaminhamentos, porém sem adesão por parte da usuária.

O caso foi articulado com o assistente social do Consultório na Rua, em atendimento conjunto com CAPS AD. Segundo o profissional, S.P.C apresentou o mesmo comportamento durante o atendimento. Informou ainda que o caso será encaminhado ao CAPS Florescer para acompanhamento em saúde mental.

Ainda no decorrer da terceira semana, a equipe de Abordagem Social participou da ação intersetorial realizada nas proximidades do Acolhimento Noturno, na avenida Flávio Rocha. O objetivo principal foi promover a desocupação organizada de barracas instaladas naquele local, considerado espaço público, por pessoas em situação de rua, assegurando abordagem humanizada, proteção social, garantia de direitos e encaminhamento qualificado à rede de serviços socioassistenciais, visando a redução das vulnerabilidades sociais e a construção de possibilidades de saída das ruas. A ação contou com a participação da Polícia Militar, Guarda Civil Municipal, Secretaria de Obras, Secretaria de Ação Social- Centro POP e serviços para população em situação de rua executados pela OSC Pastoral do Menor- Abordagem Social, Abrigo Provisório, Acolhimento Noturno e PAR, bem como da Secretaria de Saúde por meio do Consultório na Rua, CAPS AD Renascer e CAPS Florescer.

A ação teve como objetivos específicos:

- Realizar abordagem social de forma ética, respeitosa e não violenta, preservando a dignidade das pessoas atendidas.
- Identificar demandas imediatas relacionadas à documentação, alimentação, higiene, saúde, acolhimento e vínculos familiares.
- Orientar e encaminhar os atendidos para os serviços da rede socioassistencial, saúde, trabalho e demais políticas públicas.
- Incentivar a adesão voluntária aos serviços de acolhimento institucional e demais ofertas da assistência social.
- Garantir a articulação intersetorial entre assistência social, saúde, segurança pública, limpeza urbana e demais órgãos envolvidos.
- Reduzir situações de risco social, exposição à violência, insalubridade e vulnerabilidade nos espaços ocupados.
- Preservar pertences pessoais essenciais dos atendidos, respeitando os direitos humanos

e os princípios da dignidade da pessoa humana.

- Fortalecer o acompanhamento socioassistencial continuado das pessoas abordadas após a retirada das barracas.
- Promover ações que contribuam para a construção de autonomia, acesso à renda e reinserção social dos atendidos.
- Sensibilizar os usuários quanto às possibilidades de acesso à rede de proteção social e superação da situação de rua.

Finalizando a terceira semana, a equipe de abordagem social recebeu ocorrência referente à permanência de pessoas em situação de rua em frente ao NGA. Durante o atendimento, foram ofertadas vaga em acolhimento noturno e encaminhamento para abrigo provisório; contudo, G.R.S recusou ambas as alternativas apresentadas.

O atendido informou não possuir interesse em deslocar-se para outro local, alegando estar utilizando o espaço como abrigo diante das baixas temperaturas. Foram realizadas orientações quanto à permanência no local, bem como orientações socioassistenciais pertinentes. Ressalta-se que a equipe recebe, com recorrência, denúncias de que o atendido estaria pernoitando na porta de estabelecimento de saúde e não aderindo aos encaminhamentos realizados pela equipe.

Na última semana, a equipe recebeu reclamações de munícipes referentes à permanência de pessoas em situação de rua na Praça do Coreto, localizada no Bairro Estação. Diante da situação, foram realizados diversos atendimentos no local, com orientações socioassistenciais aos abordados, enfatizando as questões relacionadas à permanência e à importunação no espaço público. Durante as abordagens, foram atendidos G.R.S., J.P.F., L.R.B., V.O.C. e J.D.B., todos devidamente orientados pela equipe quanto aos serviços ofertados e às possibilidades de encaminhamento.

Destaca-se que J.D.B., pessoa idosa presente no local, apresentou queixa de dispneia, sinais de debilidade física, diminuição aparente de força nos membros superiores, além de lesões/feridas nos braços. O atendido relatou que, caso decida aderir ao acolhimento institucional, entrará em contato com a equipe, motivo pelo qual foi disponibilizado o contato do serviço. Ressalta-se que o atendido não tem aderido aos encaminhamentos ofertados, apresentando agravamento do quadro de saúde. Diante da situação, a equipe realizou encaminhamento ao Consultório na Rua para avaliação e atendimento médico.

Ainda durante a semana, a equipe de abordagem social recebeu ocorrência referente à permanência do casal Sr^a R.C.C.S. pessoa idosa e seu companheiro W.C.B. em uma praça próxima ao Parque de Exposições (Expoagro). Durante o atendimento, Sr^a R.C.C.S. informou possuir transtornos mentais e síndrome do pânico. Relatou, ainda, não dispor de documentação pessoal, esclarecendo que já se encontra em andamento a articulação para emissão de novos documentos junto ao Centro POP. Sr^a R.C.C.S. manifestou interesse no abrigo provisório. Contudo, no momento da abordagem, não havia vagas disponíveis. Diante disso, foram ofertadas e articuladas vagas em serviço de acolhimento noturno para ela e seu companheiro, W.C.B.; entretanto, ambos recusaram o encaminhamento.

Finalizando o mês de maio, foram realizadas ações de abordagem social, com atendimentos, orientações e encaminhamentos para os serviços da rede socioassistencial e

demais políticas públicas, conforme as demandas identificadas. As atividades desenvolvidas contribuíram para o acesso a direitos, fortalecimento da rede de apoio e acompanhamento das situações de vulnerabilidade social.

Além disso, em maio, foram concedidas, em média, 81 passagens sociais.

No mês de maio, a equipe participou das reuniões intersetoriais realizadas nas regiões Leste, Sul e Norte/Nordeste. Não houve participação nas reuniões das regiões Centro e Oeste, em razão das demandas do serviço, que impossibilitaram o comparecimento. A seguir, são apresentados os relatos referentes às demais regiões:

- **Intersectorial Leste:**

Na intersectorial Leste estiveram presentes representantes dos serviços da rede socioassistencial da Região Leste. A reunião foi conduzida pela coordenadora do CRAS Leste, contando também com palestra ministrada por Michele, Orientadora Social da VOSF, com o tema: “Educação, Respeito e Prevenção ao Abuso”.

No início da intersectorial, foi apresentado o vídeo “Vozes da Leste”, o qual reforçou a importância do brincar para crianças e adolescentes, destacando a mensagem: “Brincar é urgente!”.

Na sequência, Michele realizou uma palestra alusiva ao mês de Maio, reforçando a importância da conscientização sobre o abuso e a exploração sexual de crianças e adolescentes, abordando os seguintes pontos principais:

Os três “S” do perigo:

- Sedução- Segredo- Silêncio.
- Perfil do abusador: pessoa conhecida ou querida;
- A importância da escuta qualificada.

Após o encerramento da palestra, foram discutidos e articulados os preparativos para a ação voluntária em conscientização ao combate do trabalho infantil, prevista para ocorrer no dia 20/06/2026, às 09h00, em local ainda a ser definido. Até o presente momento, ficaram alinhados os seguintes pontos: lanches, transporte, barracas, divisão de grupos, apresentações culturais, convites, bem como definição de data e horário. O local permanece pendente, aguardando retorno da Prefeitura quanto à liberação dos banheiros públicos.

- **Intersectorial Sul:**

Durante a reunião, ficou definido que a ação comunitária será realizada no segundo semestre do ano, em razão da indisponibilidade dos locais anteriormente verificados. Caso as tratativas ocorram conforme o esperado, o evento será sediado na E.E. Prof. Sérgio Leça Teixeira, com previsão de realização nos meses de julho ou setembro de 2026.

Na sequência, os serviços participantes foram divididos em grupos de trabalho com o objetivo de reunir informações referentes às regiões e bairros contemplados pela ação. Cada grupo ficou responsável pelo levantamento das potencialidades do território, dos serviços

existentes que atendem a população local, dos principais problemas enfrentados pela comunidade e das demandas e serviços ainda inexistentes na região.

O grupo composto por Larissa, da Abordagem Social; Débora, da Educação; Juliana, da Educação; Renata, do Centro DIA; e Mayara, do CRAS Sul, ficou responsável pelo levantamento de informações referentes aos bairros designados durante a reunião.

Ficou acordado que, no próximo encontro, todos os grupos apresentarão e compararão as informações coletadas, a fim de definir, em conjunto, os conteúdos que irão compor o mapa territorial e o folder informativo da rede de serviços da região sul. Também foi definido que será elaborado, em breve, um folder informativo contendo os serviços ofertados pela rede e os atendimentos disponibilizados à população da região sul da cidade de Franca.

- **Intersetorial Norte/Nordeste:**

Inicialmente, foram apresentados os principais serviços e fluxos de atendimento da rede municipal, com esclarecimentos acerca do funcionamento dos encaminhamentos e da articulação entre os diferentes equipamentos de saúde e assistência. Em seguida, foram conceituadas as redes de atendimento e os serviços ofertados, destacando-se a RAPS – Rede de Atenção Psicossocial de Franca, a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência e a RAS – Rede de Atenção à Saúde, entre outras estruturas de apoio e cuidado existentes no município.

Durante a reunião, também foram discutidas estratégias de escuta qualificada, ressaltando a importância do acolhimento humanizado e do trabalho interdisciplinar no atendimento às demandas de saúde mental. Foram abordadas ainda as contribuições da psicologia no contexto da educação básica, enfatizando a atuação preventiva e o suporte às equipes escolares e aos estudantes.

Posteriormente, foi realizada uma discussão de caso, proporcionando reflexão prática sobre os fluxos de encaminhamento e as possibilidades de intervenção conjunta entre os setores envolvidos.

Ao final, os participantes receberam orientações sobre os serviços especializados CAPS AD III “Renascer” e CAPS III “Florescer”, destacando suas especificidades. O CAPS AD III “Renascer” foi apresentado como serviço voltado ao atendimento de pessoas com sofrimento psíquico decorrente do uso de álcool e outras drogas, oferecendo acolhimento integral e acompanhamento especializado. Já o CAPS III “Florescer” foi descrito como serviço destinado ao atendimento de pessoas com transtornos mentais severos e persistentes, funcionando com suporte intensivo e atendimento contínuo para situações de maior complexidade.

MAIO- AEPETI

O mês iniciou com diversos atendimentos e denúncias de trabalho infantil. Apesar do alto índice de denúncias no início do mês, enfrentamos o desafio da mobilidade dos envolvidos. Recebíamos o chamado e iniciávamos o deslocamento imediato, mas, pela natureza itinerante do trabalho infantil de rua, muitas vezes o local já estava vazio quando chegávamos para a abordagem.

Durante os atendimentos, foi identificado que as crianças realizam vendas de doces, balas, paçocas e praticam mendicância com o objetivo de conseguir dinheiro para ajudar financeiramente em casa, além de obter itens pessoais.

No decorrer das diligências na região leste de Franca, realizou-se a abordagem de J.M.M.O. Em escuta qualificada, a criança referiu que a atividade de comercialização visava a complementação da renda familiar. Diante do cenário de vulnerabilidade, a equipe procedeu com as orientações pertinentes acerca da irregularidade do trabalho infantil, bem como sobre os riscos psicossociais e de integridade física a que estava exposta no logradouro.

Na região nordeste, a equipe realizou a abordagem das crianças L.E.S.A de 04 anos e H.S.A de 02 anos em uma quadra poliesportiva, em resposta a reiteradas notificações de munícipes via canal de denúncias. A preocupação da comunidade fundamentava-se na elevada vulnerabilidade social do território, marcado por índices de criminalidade e tráfico de entorpecentes. Em contato com a genitora, a Sra. I.C.S.A de 20 anos presente no local, foi informado que as crianças não estavam exercendo atividades laborais, mas apenas em momento de lazer, justificando a presença naquele horário devido à perda do período escolar.

Ainda na mesma semana, a equipe realizou novo atendimento ao adolescente J.M.M.O em um posto de combustíveis, durante ação de busca ativa. Na ocasião, os orientadores identificaram o mesmo sentado no local manuseando uma caixa de fósforos. A equipe realizou orientação imediata quanto aos riscos de brincar com fogo naquele ambiente, bem como efetuou contato com a família, solicitando o comparecimento de um responsável para acompanhamento e retorno do adolescente ao convívio familiar. Posteriormente aos fatos, foi realizado novo contato com a família, visando melhor compreensão do contexto familiar e social apresentado. Após avaliação técnica, o caso foi encaminhado ao CREAS I para continuidade do acompanhamento especializado, considerando que o adolescente possui diagnóstico de Transtorno do Espectro Autista (TEA).

Inclusive durante a semana, em ação de busca ativa motivada por diligências recebidas, a equipe se deslocou até a região Nordeste do município de Franca, onde foi identificada a adolescente B.S.F, de 17 anos, localizada nas dependências demolidas de uma chácara da região. O local apresentava condições precárias, com grande quantidade de mato e difícil acesso. Após abordagem inicial, foi possível realizar atendimento e escuta qualificada da adolescente. O caso encontra-se em acompanhamento prioritário pela equipe, com foco na construção e fortalecimento de vínculo, objetivando a reinserção da adolescente na rede de serviços socioassistenciais e comunitários. Conforme informações levantadas, o pai da adolescente é falecido e a mãe encontra-se reclusa.

A equipe vem realizando visitas frequentes ao local, praticamente diárias, visando fortalecimento do vínculo e adesão da adolescente aos acompanhamentos ofertados pela rede. Os serviços do CREAS I e Conselho Tutelar foram devidamente acionados e informados acerca da situação, porém, segundo relato dos órgãos, em algumas diligências realizadas a adolescente não foi localizada no endereço indicado.

Ainda no decorrer do mês de maio, foi realizado atendimento a P.F.S.S e A.V.T localizado na Av. Dr. Flávio Rocha (proximidades da SABESP), em situação de comércio informal de balas e doces. A equipe realizou abordagem social no território, efetuando escuta qualificada e levantamento das demandas apresentadas. Durante o atendimento, foram prestadas orientações socioassistenciais pertinentes à situação identificada, visando à garantia de direitos e ao acesso à rede de serviços. Após compreensão do contexto sociofamiliar e das vulnerabilidades apresentadas, foi realizado agendamento junto a seus familiares para uma visita domiciliar, para melhor compreensão do contexto familiar e a realização de seus devidos encaminhamentos.

Posteriormente, foi realizado atendimento ao usuário identificado pelas iniciais P.S.A na região sul do município. A equipe efetuou abordagem social no território, realizando escuta qualificada e levantamento das demandas apresentadas. Durante o atendimento, o usuário relatou estar desenvolvendo atividade informal de venda de doces com o objetivo de obter recursos financeiros para aquisição de figurinhas ilustrativas referentes à Copa do Mundo de 2026. Diante da situação identificada, foram realizadas orientações socioassistenciais pertinentes, considerando a proteção integral e a prevenção de situações de vulnerabilidade social.

Após compreensão das orientações repassadas pela equipe, foi realizado contato com os familiares, ocasião em que foram apresentados os serviços ofertados pela SEAS e proposta realização de atendimento/agendamento para melhor compreensão do contexto familiar e acompanhamento técnico. Contudo, a família optou pela recusa da visita e do acompanhamento naquele momento. Diante do exposto, foram efetuados os devidos encaminhamentos à unidade CREAS I de referência territorial, para conhecimento e acompanhamento da situação, conforme avaliação técnica.

Durante atendimentos realizados na região norte do município, foram abordados os adolescentes identificados pelas iniciais M.H.S e K.K.S, ambos em situação de comércio informal de balas e doces em via pública. A equipe realizou abordagem social no território, promovendo escuta qualificada e levantamento das demandas apresentadas por ambos os usuários. No decorrer do atendimento, M.H.S, relatou que a atividade de venda estava sendo realizada com o objetivo de aquisição de itens de uso pessoal, tais como roupas, calçados e produtos de higiene. Já K.K.S informou que desenvolvia a atividade visando obtenção de recursos financeiros para manutenção e substituição de peças de sua bicicleta.

Diante da situação identificada, foram realizadas orientações socioassistenciais, com ênfase nos riscos relacionados à permanência em via pública de intenso fluxo de veículos, considerando a exposição a situações de vulnerabilidade e perigo. A equipe técnica encontra-se em processo de contato com os familiares, visando melhor compreensão do contexto sociofamiliar e posterior definição dos encaminhamentos necessários junto à rede de proteção e garantia de direitos, conforme avaliação técnica.

No decorrer do mês, foram recebidas diversas diligências relacionadas a adolescentes e famílias acompanhadas pela rede de proteção social. Parte dos casos já se encontrava em acompanhamento e referenciamento junto ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS I e II); contudo, sempre que identificada a necessidade, a equipe realizou deslocamento até os respectivos locais para efetuar orientações, escuta qualificada e demais encaminhamentos pertinentes, visando a garantia dos direitos e a prevenção de situações de vulnerabilidade social.

Entre os atendimentos realizados, destaca-se o caso do adolescente identificado pelas iniciais P.H.M, que foi localizado às margens da rodovia, caminhando em uma área de risco, entre as hastes de proteção e a pista. Ao ser abordado pela equipe, o adolescente apresentou comportamento colaborativo, demonstrando compreensão das orientações fornecidas e postura respeitosa durante todo o atendimento. Após a intervenção, o mesmo concordou em retornar à sua residência.

Posteriormente, foi realizado contato com a família para melhor compreensão do contexto familiar e social. Durante a escuta, os responsáveis informaram que o adolescente havia saído de casa com a finalidade de frequentar a escola, não tendo conhecimento de que ele

estaria realizando atividade de venda de doces. Considerando os elementos identificados durante o atendimento, foi efetuado agendamento para realização de visita domiciliar, com o objetivo de aprofundar a avaliação sociofamiliar, identificar possíveis fatores de vulnerabilidade e orientar a família quanto às medidas de proteção necessárias. Até o presente momento, a equipe aguarda retorno para confirmação da data previamente proposta.

Adicionalmente, observa-se que o mês de maio de 2026 apresentou aumento no número de situações identificadas relacionadas ao trabalho infantil quando comparado ao mesmo período do ano de 2025. Embora os dados não configurem, neste momento, um cenário considerado alarmante, verifica-se um crescimento que demanda atenção, monitoramento contínuo e acompanhamento sistemático por parte da rede de proteção.

Ressalta-se que a maior incidência observada refere-se à participação de adolescentes em atividades laborais informais, tornando necessária a intensificação das ações de orientação, sensibilização familiar, busca ativa e articulação intersetorial, com vistas à prevenção e erradicação do trabalho infantil.

JUNHO-POP RUA

O mês iniciou com o atendimento de ocorrências encaminhadas por funcionários e pelo Secretário de Ação Social. A equipe deslocou-se até o NGA (Núcleo de Gestão Assistencial), onde realizou abordagem a J.D.O.R. Durante o atendimento, o mesmo informou que está acolhido no serviço de Acolhimento Noturno, porém, em razão da necessidade de deixar a unidade durante o período diurno, dirigiu-se ao NGA para permanecer em descanso por algumas horas.

O atendido foi orientado quanto às reclamações recebidas pelo serviço referentes à permanência de pessoas em situação de rua nas dependências e entorno do local, sendo esclarecida a importância de respeitar as normas dos espaços públicos.

Ainda durante a primeira semana, a equipe de Abordagem Social deu continuidade aos atendimentos das ocorrências recebidas por municípios, serviços da rede socioassistencial e demais órgãos públicos. Foram realizadas buscas ativas em diferentes regiões do município, com identificação e atendimento de pessoas em situação de rua, oferta de orientações, encaminhamentos para os serviços da rede de proteção social, articulação de acolhimento institucional e acesso à alimentação.

Aconteceu também nesta semana a reunião Intersetorial Saúde, realizada entre os serviços socioassistenciais e a rede de saúde de Franca, buscou-se fortalecer a articulação intersetorial por meio da discussão de casos em acompanhamento, alinhamento de fluxos de atendimento e definição de encaminhamentos junto aos serviços especializados. O encontro concentrou-se na análise de situações de maior complexidade, bem como na construção de estratégias conjuntas para qualificar as intervenções e ampliar a corresponsabilização entre os equipamentos da rede. A prioridade foi o aprimoramento dos processos de referência e contrarreferência, visando respostas mais efetivas e integradas às demandas apresentadas pelos atendidos.

Foram discutidas possibilidades de acolhimento institucional, encaminhamentos para acompanhamento em saúde e a necessidade de construção de protocolos específicos para situações que envolvam múltiplas demandas e indefinições de responsabilidades entre os

serviços. Ao final, estabeleceu-se o compromisso com a continuidade das discussões intersetoriais, o monitoramento dos casos referenciados e o fortalecimento da comunicação entre os equipamentos envolvidos.

- Exemplos Práticos das Ações Discutidas:

- Gestão de Casos: discussão do caso do Sr. A.D.F, atualmente em clínica de reabilitação, com pactuação para possível acolhimento por vaga emergencial na Casa de Apoio Dom Pedro, mediante disponibilidade institucional.

- Fluxos de Trabalho: debate ampliado sobre o caso da Sra. K.M, identificando fragilidades nos processos de referência e contrarreferência e a necessidade de definição mais clara das responsabilidades entre os serviços envolvidos.

- Encaminhamentos: pactuação para construção de protocolo e fluxo intersetorial específico para demandas complexas semelhantes à apresentada pela usuária, visando maior efetividade e integração da rede

- Articulação em Saúde: referenciamento de usuários acompanhados pelo Serviço Especializado em Abordagem Social ao Consultório na Rua, para avaliação,

- Acompanhamento e definição de condutas relacionadas às demandas de saúde identificadas.

- Monitoramento: definição de continuidade do acompanhamento dos casos discutidos, aguardando os retornos dos serviços envolvidos e mantendo o monitoramento conjunto das ações pactuadas para qualificação da intervenção intersetorial.

Durante busca ativa no município, a equipe de Abordagem Social foi procurada por A.C.M, a usuária relatou encontrar-se em situação de vulnerabilidade. Informou ainda fazer uso de substâncias psicoativas (crack), não possuir documentação pessoal e não ser beneficiária de nenhum programa assistencial.

Em atendimento à demanda apresentada, foi acordado que será providenciada a emissão da segunda via de seus documentos pessoais. Posteriormente, será realizado o agendamento para inscrição e atualização no Cadastro Único, a fim de verificar a possibilidade de inclusão no Programa Bolsa Família.

No início da segunda semana recebemos uma ocorrência referente a uma pessoa em situação de rua que teria adentrado um terreno, onde estaria construindo barracas e acumulando grande quantidade de resíduos. Deslocamo-nos até o local e realizamos atendimento com T.P, já conhecido pela equipe e com histórico de comportamento acumulador.

Durante a escuta qualificada, T.P informou que pretende permanecer no referido local, pois a praça onde permanecia anteriormente, situada a poucas quadras dali, deixou de ser uma opção em razão de constantes reclamações de moradores da região sobre sua permanência e sobre os objetos que mantinha no local. Segundo o próprio usuário, tais objetos fazem parte de sua atividade de coleta de materiais para posterior revenda em ferro-velho.

Orientamos T.P quanto à permanência no terreno e informamos sobre as novas reclamações apresentadas pelos vizinhos. No entanto, ele relatou que acredita não estar causando transtornos a terceiros. Foi ofertada articulação para vaga em acolhimento noturno ou abrigo provisório, proposta que foi recusada prontamente pelo usuário, que alegou não conseguir se adaptar a esses espaços.

Conforme mencionado em relatórios anteriores, a atendida S.P.C. vem sendo acompanhada pela equipe de Abordagem Social de forma recorrente, porém sem adesão às intervenções e encaminhamentos ofertados. Durante os atendimentos, apresenta falas desconexas da realidade, sendo observado agravamento progressivo de seu estado de saúde mental.

Na segunda semana do presente mês, S.P.C. compareceu à sala de concessão de passagens da Rodoviária de Franca, manifestando interesse em deslocar-se para o município de São Carlos/SP, alegando possuir rede de apoio naquela localidade. Diante da solicitação e após avaliação da situação apresentada, foi concedida passagem social para o referido destino. Entretanto, constatou-se posteriormente que a usuária não realizou a viagem, permanecendo na região central do município.

No decorrer da semana foram realizadas intervenções voltadas ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, bem como ações de sensibilização e orientação quanto à utilização dos serviços disponíveis no município, visando à garantia de direitos e à superação das situações de vulnerabilidade social identificadas.

Na terceira semana, durante busca ativa na região norte, a equipe realizou atendimento com G.S.T que se encontrava deitada na calçada do supermercado Big Compras. Durante a abordagem, a atendida relatou que residia com sua mãe e seus filhos no bairro Jardim Luiza, porém encontra-se em situação de rua há aproximadamente um mês, em decorrência do uso de substâncias psicoativas, especialmente crack. Informou que o uso da substância tem gerado conflitos familiares, o que contribuiu para o rompimento dos vínculos e sua permanência nas ruas. Foram ofertados os serviços de acolhimento institucional, bem como o Programa de Apoio à Rua (PAR) para acesso à alimentação e higiene pessoal, os quais foram aceitos pela atendida.

Realizamos o transporte de G.S.T até o Programa de Apoio à Rua (PAR), ocasião em que recebeu orientações sobre o funcionamento do serviço. Seu nome também foi incluído na lista do Acolhimento Noturno para pernoite. A atendida manifestou interesse em iniciar tratamento em comunidade terapêutica para enfrentamento da dependência química. Diante disso, foi orientada a buscar atendimento junto ao CAPS para avaliação e encaminhamentos pertinentes.

Ainda na região norte, a equipe atendeu E.W.O, que reside em uma barraca próxima a uma área de mata no Jardim Guanabara. Durante a escuta qualificada, o usuário relatou ser natural de Goiânia e estar residindo no município de Franca há mais de cinco anos. Informou ainda ser beneficiário do auxílio-doença. Foi ofertada vaga em serviço de acolhimento institucional e também em abrigo provisório, porém E.W.O não demonstrou interesse em aderir a nenhuma das alternativas apresentadas. Como demanda imediata, solicitou um cobertor, que foi prontamente concedido pela equipe.

Na última semana do mês, a equipe de Abordagem Social realizou atendimento com A.L.O e seu companheiro A.S.S, que atualmente se encontram pernando na Praça da Bíblia. Durante a abordagem, A.L.O questionou a equipe acerca de sua possível contemplação pelo programa Moradia Primeiro. Relatou que foi contatada por uma profissional identificada como Giovana, a qual teria informado que ela havia sido contemplada pelo referido programa. Informou ainda que já havia articulado uma moradia no valor de R\$ 630,00 mensais e que aguardava retorno da equipe responsável para prosseguimento dos encaminhamentos. Diante da informação apresentada, foi esclarecido que a equipe verificaria a veracidade dos fatos junto aos setores competentes e retornaria posteriormente com os devidos esclarecimentos.

Na ocasião, foram ofertados diversos serviços da rede socioassistencial, incluindo

acolhimento institucional, os quais foram recusados pelo casal. Aceitaram apenas o recebimento de um cobertor, que foi prontamente disponibilizado em razão das baixas temperaturas. Também foi colhida sua assinatura na Declaração de Ciência e Recusa de Acolhimento Institucional, formalizando sua decisão quanto aos serviços ofertados.

Após contato com a equipe técnica e a coordenação do Programa Moradia Primeiro, verificou-se que a informação de que A.L.O teria sido contemplada pelo benefício não procede, não havendo, até o presente momento, registro de sua contemplação no referido programa. Portanto, a informação repassada à atendida carece de veracidade e não foi confirmada pelos responsáveis pela execução do serviço.

Ainda durante a última, a equipe abordou A.J.N em frente ao Pronto-Socorro. Foi realizada escuta qualificada, ocasião em que o usuário relatou ter retornado à situação de rua há aproximadamente três meses, em decorrência do rompimento do relacionamento com sua esposa.

A.J.N informou que exercia a função de manobrista, porém afirmou que há vários meses não comparece ao trabalho. Relatou também fazer uso abusivo de álcool e reconheceu ter dificuldades para abandonar o vício. Declarou que essa condição tem causado diversos prejuízos em sua vida, mas demonstrou esperança e confiança de que conseguirá superar essa situação. O usuário solicitou vaga em serviço de acolhimento noturno. A equipe realizou a articulação com o serviço, obtendo a concessão da vaga. Em seguida, foi realizado o transporte do atendido até a unidade de acolhimento.

Durante o mês a equipe da abordagem social intensificou a entrega de cobertores em razão da queda das temperaturas e do aumento da vulnerabilidade das pessoas em situação de rua. Além da distribuição dos cobertores, foram ofertados abrigo provisório e acolhimento noturno para garantir maior proteção, conforto e segurança durante o período de frio. Nos casos em que o usuário não aceita o encaminhamento para o acolhimento, é solicitada a assinatura de uma declaração de comprovação de recusa, registrando formalmente a oferta do serviço e a decisão do atendido.

Em junho, foram concedidas, em média, 90 passagens sociais.

Neste mês, a equipe participou das reuniões intersetoriais realizadas nas diversas regiões. Não houve reunião na região Sul/Centro e leste em razão das demandas do serviço, que impossibilitaram a participação da equipe. A seguir, apresenta-se o relato referente às demais regiões:

- **Intersetorial Norte/Nordeste:**

A reunião teve como objetivo apresentar o cronograma das próximas ações comunitárias e iniciar o planejamento das atividades de cada setor. Ficou definida a realização da primeira ação em 29 de agosto de 2026, nas proximidades do Ginásio do Parque Vicente Leporace, e da segunda em 19 de setembro de 2026, no bairro Miramontes, com local ainda a ser definido.

As equipes das áreas de Saúde, Educação e Assistência Social discutiram as necessidades dos territórios e definiram como tema da primeira ação "Território Cuidado, População Protegida". Também foram apresentadas propostas de oficinas, ações educativas, atividades culturais e serviços à população, incluindo quiz educativo, participação do FUSOL, Fanfarra do CITI Lions, exposição de artesanato, projeto Música em Todos os Cantos, Núcleo

Reconhecer e equipes do CAPS AD e CAPS Renascer.

Ao final, ficou acordado que cada setor dará continuidade ao planejamento das atividades sob sua responsabilidade, visando à organização e execução das ações comunitárias.

- **Intersetorial Oeste:**

Deu-se início às discussões referentes ao planejamento da Ação Comunitária. Foram promovidas reflexões acerca do papel de cada serviço na construção coletiva da ação, destacando-se os elementos essenciais para o êxito do evento, as atividades prioritárias, as estratégias para mobilização e participação da comunidade, o fortalecimento das parcerias intersetoriais, a articulação da rede socioassistencial, bem como aspectos relacionados à organização, ao acolhimento e à execução das atividades propostas.

Posteriormente, os participantes foram divididos em quatro grupos de trabalho, responsáveis pela elaboração de propostas de micro ações intersetoriais com potencial para o fortalecimento da rede de atendimento e futura consolidação como micro ações do território.

Durante as discussões, foram definidos os seguintes eixos temáticos: prevenção e enfrentamento da exploração sexual de crianças e adolescentes; valorização e promoção da saúde dos trabalhadores da rede, por meio da temática "Cuidar de Quem Cuida"; reflexão acerca da negligência do poder público em relação aos bairros em situação de maior vulnerabilidade social; e estratégias para o fortalecimento da participação comunitária nas reuniões e demais espaços de discussão do território.

Os grupos debateram cada temática a partir das dificuldades enfrentadas no território, identificando os serviços da rede que podem contribuir para o enfrentamento das demandas apresentadas, bem como as potencialidades existentes na comunidade que podem ser mobilizadas para o fortalecimento das ações intersetoriais e da participação social.

JUNHO- AEPETI

O mês de junho iniciou recebendo algumas diligências relacionadas à presença de mulher acompanhada de criança de colo, descalça, em estacionamento comercial, bem como à permanência solicitando recursos financeiros em frente ao supermercado. Em atendimento no local, constatou-se tratar de família pertencente à comunidade cigana, já identificada e atendida por este serviço no ano de 2025, com referência ao município de Ibiraci/MG. À época, foram realizados contatos com os serviços da rede local, bem como elaborados e encaminhados relatórios técnicos pela coordenação. Durante os atendimentos atuais, houve baixa adesão ao fornecimento de informações, sendo possível identificar apenas a genitora, M.F de 22 anos e sua filha, J de 06 anos, onde as mesmas não gostam de aderir os serviços fornecidos.

Também no início do mês foi realizado atendimento com L.C.F e I.C.F. foram identificadas realizando venda de doces no semáforo da Avenida Moacir Vieira Coelho, com o objetivo de arrecadar recursos para participação na Jornada Mundial da Juventude (JMJ), na Coreia do Sul. Deliberou-se pela elaboração de documento informativo à Diocese de Franca, visando orientar sobre a caracterização do trabalho infantil e os direitos assegurados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

A equipe da abordagem social vem realizando acompanhamento com frequência de B.S.F localizada na região nordeste da cidade, em cumprimento ao acompanhamento

previamente pactuado em atendimento anterior, a equipe realizou deslocamento ao local de permanência da atendida B.S, com a finalidade de acompanhá-la ao atendimento junto ao Consultório na Rua. Mas a mesma manifestou recusa ao comparecimento, verbalizando que possui receio de atendimentos médicos desde a infância, o que motivou sua decisão de não participar da consulta. Diante da manifestação expressa de vontade, a equipe respeitou sua autonomia, realizando as orientações cabíveis e mantendo a oferta do serviço para futuras oportunidades.

Na mesma ocasião, B.S.F foi cientificada acerca do agendamento para emissão da Carteira de Identidade Nacional (CIN) junto ao Poupatempo, marcado para o dia 09/07/2026, às 10h. Foi informado que a equipe realizará o acompanhamento e suporte necessários para o comparecimento ao referido atendimento.

Ainda no decorrer do mês durante busca ativa nas proximidades do pontilhão sentido a região Sul da cidade, a equipe localizou P.H.M, caminhando pelo acostamento da rodovia e posteriormente abordado na Rua José Peixoto, Jardim Alvorada, em situação de risco e realizando venda de paçocas e de um aparelho receptor de TV. Informando que buscava adquirir um celular. Relatou residir com a avó e a tia responsável legal, tendo o pai em situação de reclusão, e soube informar apenas nome e data de nascimento. Foram realizadas escuta qualificada e orientações sobre os riscos da circulação desacompanhada, trabalho infantil, direitos previstos no ECA e serviços da rede socioassistencial, onde o mesmo demonstrou interesse em participação no SCFV, sendo realizado os devidos encaminhamentos para participação do programa.

No decorrer do mês dia 12 de junho, em alusão ao Dia Mundial e Nacional de Combate ao Trabalho Infantil, a equipe de Abordagem Social participou de ação intersetorial voltada à sensibilização e conscientização da população sobre a erradicação do trabalho infantil realizada na Praça da Juventude no jardim Redentor, junto com os serviços da proteção básica e especial da assistência social. A atividade teve como objetivo fortalecer a divulgação dos direitos de crianças e adolescentes, enfatizando a importância da proteção integral e do acesso às políticas públicas. A participação da Abordagem Social contribuiu para a identificação de possíveis situações de vulnerabilidade e para o encaminhamento adequado aos serviços da rede de proteção. A iniciativa reforçou o compromisso institucional com a prevenção e o enfrentamento do trabalho infantil, em conformidade com as diretrizes do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente.

Durante o mês de junho, a equipe de Abordagem Social recebeu diversas diligências relacionadas a situações de trabalho infantil envolvendo os adolescentes M.R.A., K.R.A., localizados na região norte, nas proximidades da Avenida Chico Júlio, bem como C.S.R. Os casos já são acompanhados sistematicamente pela equipe de Abordagem Social e foram previamente discutidos em reunião de referenciamento com o CREAS I, em razão da recorrência das notificações e da situação de vulnerabilidade identificada. Considerando o aumento das diligências registradas no período, foi elaborado Relatório Informativo contendo o histórico dos atendimentos, intervenções realizadas e encaminhamentos efetuados. O documento foi compartilhado com todos os serviços da rede socioassistencial que já acompanham os referidos adolescentes, com o objetivo de fortalecer a articulação intersetorial e intensificar as ações de acompanhamento, proteção e garantia de direitos.

Após a ampla repercussão de vídeo divulgado na rede social Instagram por influenciador digital do município, a equipe de Abordagem Social passou a receber diversas diligências relacionadas à possível exposição e incentivo ao trabalho infantil, uma vez que as

crianças eram filmadas durante a comercialização de produtos sem observância dos direitos assegurados à criança e ao adolescente. A equipe após a repercussão passou a intensificar atendimento na região.

Em uma das buscas ativas foram identificados os irmãos A.R.C. e M.A.C., localizados na Avenida Moacir Vieira Coelho, nas proximidades da Escola Samaritano, exercendo atividade de venda de doces em via pública. No momento da abordagem, encontrava-se juntamente com eles a criança J.L.P.O. Durante o atendimento, os envolvidos relataram que a comercialização dos produtos tinha como finalidade a obtenção de recursos financeiros para uso próprio. A equipe realizou orientações quanto à caracterização da atividade como situação de trabalho infantil, destacando os aspectos relacionados à proteção integral e à garantia de direitos. As famílias foram devidamente identificadas sendo adotados os encaminhamentos necessários junto à rede de proteção para acompanhamento, monitoramento e intervenções cabíveis.

No mês de junho de 2026, observou-se um aumento significativo no número de atendimentos relacionados às diligências envolvendo situações de trabalho infantil. Verificou-se que, com a aproximação do período de férias escolares, houve um crescimento na incidência dessas ocorrências, comportamento que não costuma ser observado durante os meses letivos.

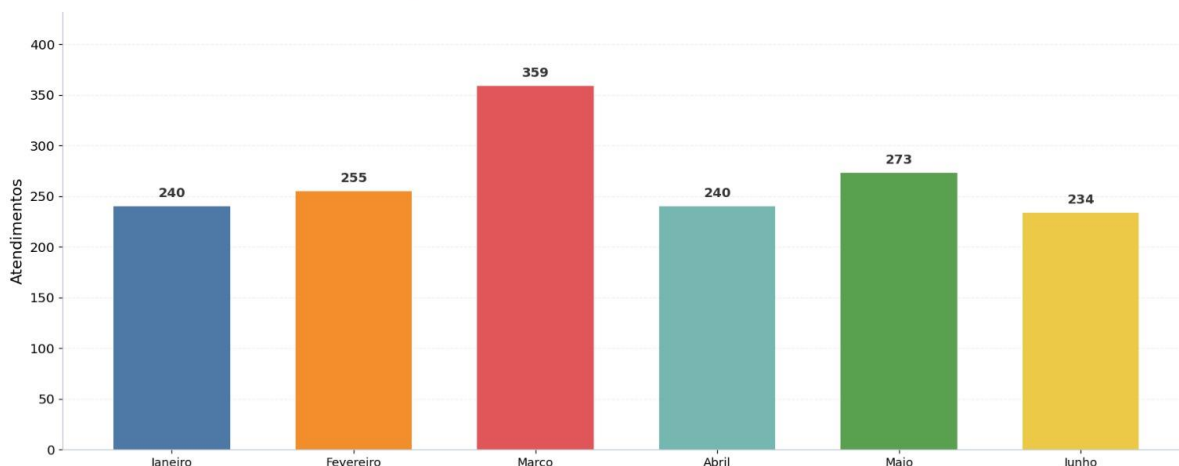
Diante dessa demanda, a equipe de Abordagem Social manteve a execução de suas atividades de forma contínua, realizando atendimentos nos locais indicados, efetuando orientações às crianças, adolescentes e seus responsáveis, bem como promovendo, quando necessário, os devidos encaminhamentos à rede socioassistencial, especialmente aos serviços do CRAS e do CREAS.

Paralelamente, a equipe técnica deu continuidade às visitas domiciliares, com o objetivo de aprofundar a compreensão do contexto familiar das pessoas acompanhadas, identificar vulnerabilidades e potencialidades, monitorar as situações já atendidas e acompanhar os encaminhamentos realizados, garantindo a articulação com os demais serviços da rede de proteção.

A seguir apresentamos dados quantitativos do serviço de abordagem social, os dados apresentados são com base nos relatórios quantitativos enviados no semestre ao setor de vigilância socioassistencial da SEDAS.

O gráfico 1 apresenta a quantidade de atendimentos realizada no semestre, sendo 1.601 atendimentos e 983 pessoas atendidas.

Registros de atendimento por mês



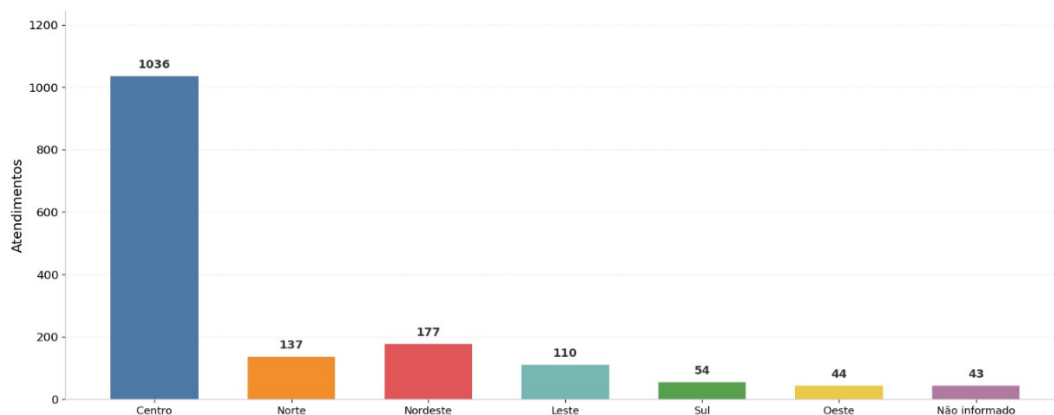
Fonte: Relatório Quantitativo Abordagem Social.

O Gráfico 2 apresenta informações referentes à distribuição dos atendimentos realizados pelo Serviço Especializado em Abordagem Social por região do município. Observa-se que a maior concentração de atendimentos ocorreu na região Central, totalizando 1.036 registros. Em seguida, destacam-se as regiões Nordeste, com 177 atendimentos, e Norte, com 137 atendimentos.

Historicamente, a região Central concentra um número mais expressivo de pessoas em situação de rua, em razão da maior oferta e facilidade de acesso a serviços públicos, oportunidades de obtenção de renda, comércio, alimentação e demais recursos disponíveis no território.

As regiões Norte e Nordeste também apresentam demanda significativa de atendimentos, uma vez que nelas estão localizados importantes serviços destinados à população em situação de rua, como o Abrigo Provisório, o Acolhimento Noturno e o Programa de Atendimento e Reinserção (PAR). Além disso, essas regiões possuem áreas marcadas por elevados índices de vulnerabilidade social, o que contribui para a ocorrência de situações que demandam acompanhamento e intervenção da equipe de abordagem social.

Região de atendimento



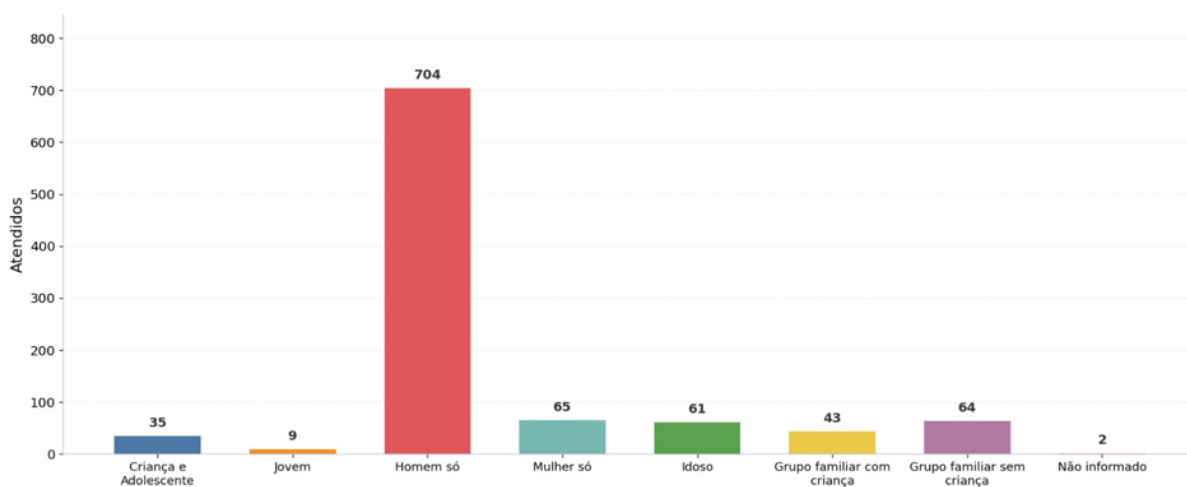
Fonte: Relatório Quantitativo Abordagem Social.

O Gráfico 3 apresenta a caracterização do público atendido pelo Serviço Especializado em Abordagem Social durante o semestre. Observa-se que a maior parte dos atendimentos foi destinada a homens desacompanhados, totalizando 704 pessoas. Em seguida, destacam-se os atendimentos a mulheres desacompanhadas, com 65 registros, e a grupos familiares sem crianças, com 64 atendimentos.

No período analisado, também foram atendidos 35 crianças e adolescentes, que, em sua maioria, encontravam-se em situação de trabalho infantil, demandando intervenções articuladas com a rede de proteção e garantia de direitos.

Os dados evidenciam que o perfil predominante da população em situação de rua atendida pelo serviço continua sendo composto por homens desacompanhados, realidade observada historicamente nesse público e que reflete as múltiplas vulnerabilidades sociais, econômicas e familiares que contribuem para o rompimento de vínculos e a permanência nas ruas.

Público

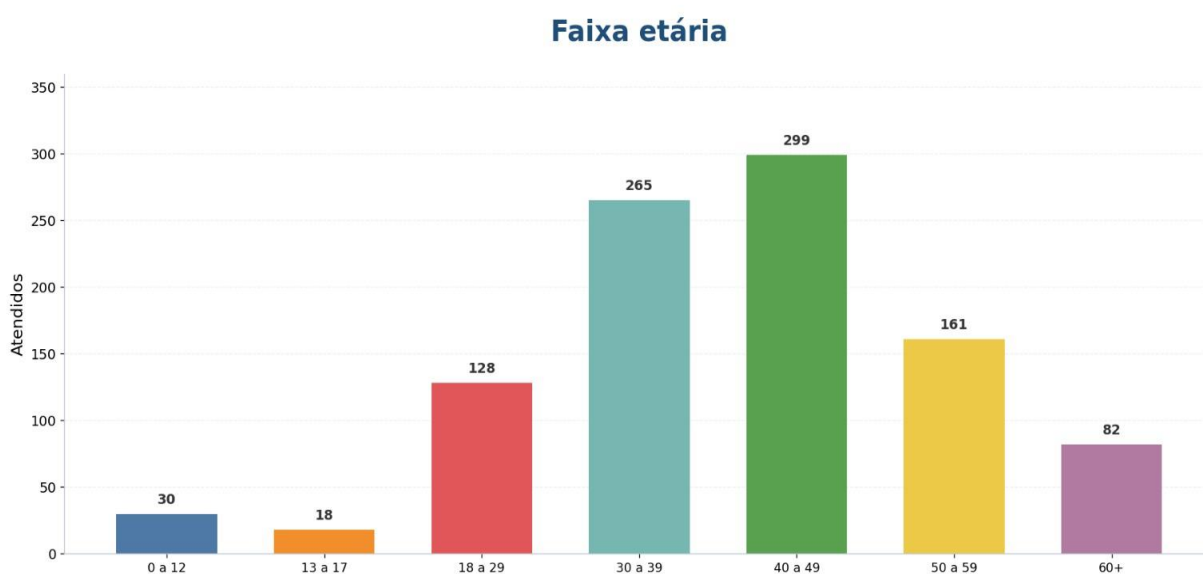


Fonte: Relatório Quantitativo Abordagem Social.

O Gráfico 4 apresenta dados referentes à faixa etária do público atendido pelo Serviço Especializado em Abordagem Social durante o semestre. Observa-se que a maior concentração de atendimentos ocorreu na faixa etária de 40 a 49 anos, totalizando 299 pessoas, seguida pela faixa de 30 a 39 anos, com 265 atendidos.

Os dados também evidenciam um aumento da presença de pessoas idosas entre o público atendido, tendência que vem sendo observada nos últimos anos. Esse fenômeno pode estar relacionado a diversos fatores, como o envelhecimento da população, o uso prolongado e abusivo de substâncias psicoativas, o enfraquecimento ou rompimento dos vínculos familiares e comunitários, além das dificuldades de acesso a condições adequadas de moradia, renda e cuidados.

Tal cenário reforça a necessidade de ações intersetoriais voltadas à proteção social, à promoção da saúde e à garantia de direitos da população idosa em situação de vulnerabilidade e risco social.

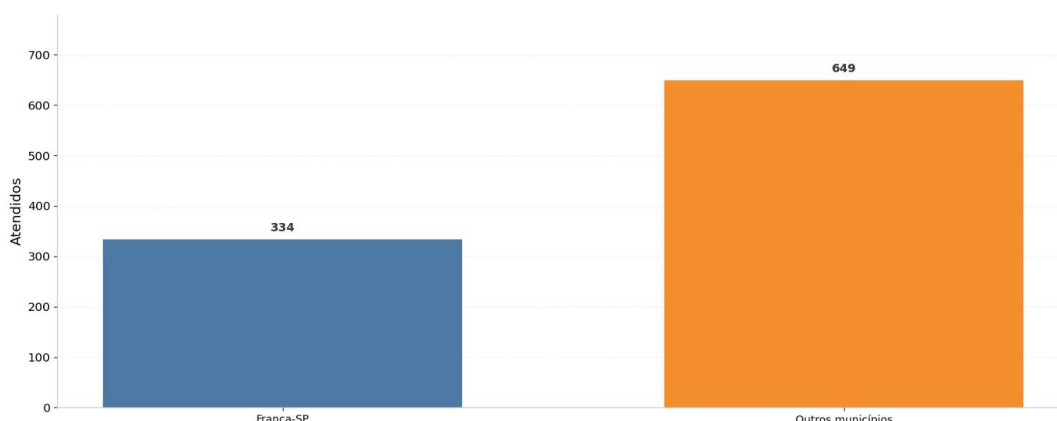


Fonte: Relatório Quantitativo Abordagem Social.

O Gráfico 5 apresenta informações referentes à naturalidade das pessoas atendidas durante o semestre. Observa-se que a maior parte dos atendidos é oriunda de outros municípios. Entretanto, esse dado não significa que essas pessoas tenham chegado recentemente a Franca, uma vez que grande parte delas reside no município há vários anos, tendo estabelecido vínculos sociais, comunitários e acesso à rede local de serviços, sendo, portanto, consideradas pertencentes ao território municipal.

Destaca-se ainda que, desde o mês de janeiro, o serviço retomou a oferta do benefício de passagem social. Dessa forma, os atendimentos relacionados à concessão desse benefício também compõem os dados apresentados no gráfico, contribuindo para o quantitativo total de pessoas registradas no período analisado.

Naturalidade

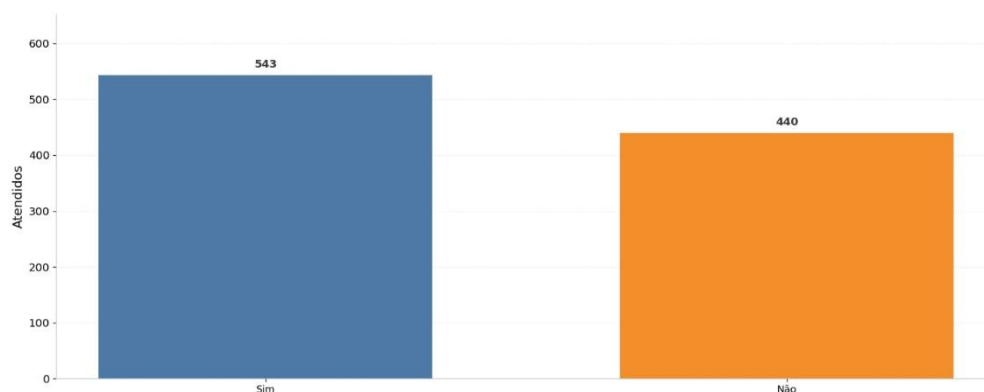


Fonte: Relatório Quantitativo Abordagem Social.

O Gráfico 6 apresenta informações referentes ao vínculo familiar das pessoas atendidas pelo Serviço Especializado em Abordagem Social durante o semestre. Observa-se que 543 atendidos mantêm contato com familiares, preservando, em diferentes níveis, seus vínculos familiares e comunitários.

Por outro lado, 440 pessoas relataram rompimento dos vínculos familiares ou apresentam relações fragilizadas com seus familiares. Nesses casos, a equipe do serviço busca compreender a dinâmica familiar e os fatores que contribuíram para o afastamento, realizando orientações, mediações e encaminhamentos quando necessário, com vistas ao fortalecimento dos vínculos e à ampliação da rede de apoio dos usuários.

Vínculo familiar



Fonte: Relatório Quantitativo Abordagem Social.

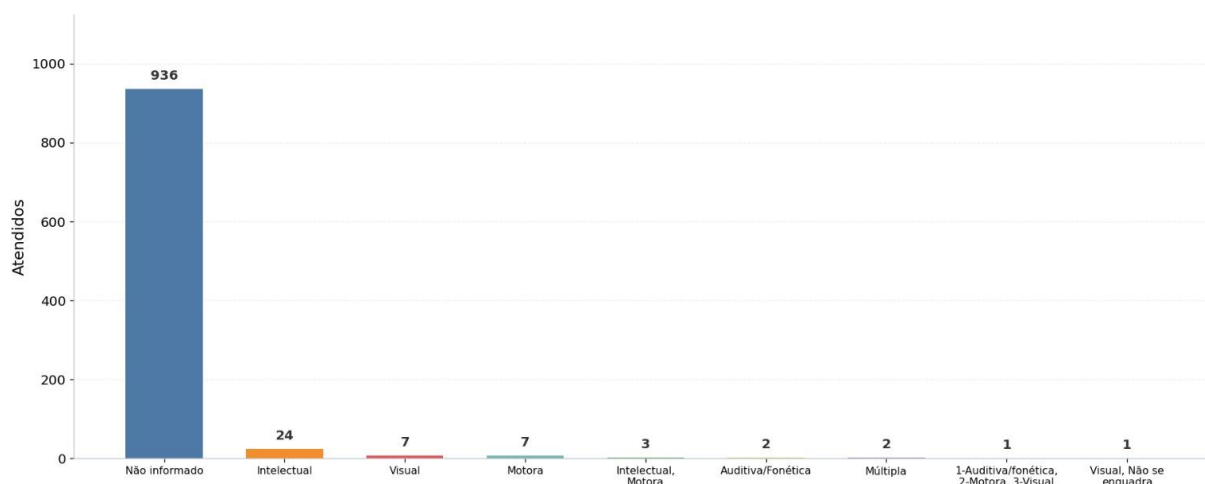
O Gráfico 7 apresenta informações referentes às pessoas com deficiência atendidas durante o semestre. Observa-se que 936 atendidos declararam não possuir deficiência, enquanto 47 pessoas informaram apresentar algum tipo de deficiência. Dentre estas, 24 relataram deficiência intelectual, constituindo o grupo mais representativo dentro dessa categoria.

Os dados evidenciam uma realidade que impõe desafios adicionais às pessoas com deficiência em situação de rua, uma vez que frequentemente enfrentam barreiras para o acesso a direitos, serviços e políticas públicas. Apesar dos avanços previstos na legislação brasileira, ainda são identificadas

dificuldades relacionadas à acessibilidade física, comunicacional e atitudinal nos diversos serviços públicos e comunitários.

Esse cenário reforça a necessidade de fortalecimento das ações intersetoriais e da promoção de estratégias que garantam a inclusão, a acessibilidade e a proteção integral das pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social.

PCD



Fonte: Relatório Quantitativo Abordagem Social.

Apresentamos uma tabela resumo com os principais encaminhamentos realizados pelo serviço nesse semestre:

ENCAMINHAMENTO	QUANTIDADE
Abrigo Provisório	111
Acolhimento Noturno	124
Cadastro Único	139
CAPS AD	8
CAPS Florescer	5
Centro POP	60
Concessão de passagem social	516
Conselho Tutelar	3
Consultório na Rua	32
CRAS	13
CREAS	29
Defensoria Pública	15
Delegacia da Mulher	1

Orientação passagem social	554
Orientação Projeto Moradia Primeiro	171
Orientação Segunda via de documentação	171
Orientação socioassistencial	1559
PAR (Ponto de Apoio à Rua)	31
Poupatempo	142
SAMU	8
Secretaria de Meio Ambiente	1

Outras ações realizadas pelo serviço nesse período que denominamos de redução de danos:

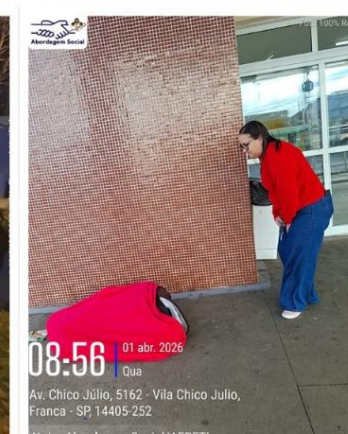
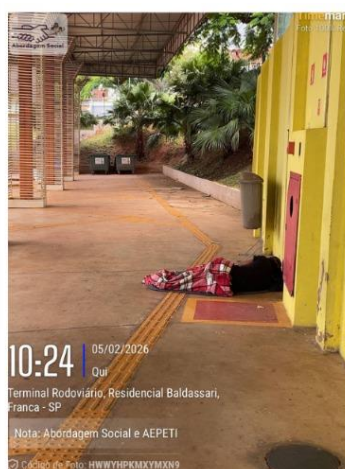
AÇÃO	QUANTIDADE
Assinatura de declarações	82
Boletim de Ocorrência	2
Discussão em rede	8
Distribuição de absorvente	7
Entrega Cesta básica	5
Entrega de Cobertores	316
Entrega de documento	19
Entrega de peças de roupas	76
Kit alimentação	1
Transporte aos equipamentos da rede	112

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro semestre, o trabalho do POP Rua e do AEPETI apresentou resultados positivos por meio da busca ativa contínua, escuta qualificada, fortalecimento da articulação com a rede socioassistencial e garantia de acesso a direitos, como emissão de documentos, encaminhamentos para acolhimento, saúde, Defensoria Pública e Cadastro Único. Destaca-se também o monitoramento permanente dos territórios e a atuação preventiva no enfrentamento ao trabalho infantil. Como aspectos a melhorar, observa-se a necessidade de ampliar a integração intersetorial, fortalecer os fluxos com a rede de saúde mental, aumentar a oferta de vagas em acolhimento e intensificar ações de sensibilização da população sobre as atribuições da abordagem social. Entre as principais dificuldades, evidenciam-se a recusa de atendimento por parte de alguns usuários, limitações decorrentes do uso abusivo de álcool e outras drogas, transtornos mentais, insuficiência de vagas nos serviços, evasão de crianças e adolescentes durante as abordagens e demandas que extrapolam as competências do serviço, exigindo constante articulação com outros órgãos para garantir a proteção e a efetivação dos direitos.

No POP Rua, também se destaca o fortalecimento do vínculo com os usuários por meio de abordagens humanizadas e da presença constante nos territórios, favorecendo a construção de confiança e maior adesão aos encaminhamentos ofertados. A atuação diária possibilitou respostas mais ágeis às demandas emergenciais e ampliou a articulação com a rede de proteção social. Entretanto, permanecem desafios relacionados à complexidade das situações vivenciadas pela população em situação de rua, especialmente nos casos envolvendo saúde mental, uso de substâncias psicoativas e recusas frequentes aos serviços disponibilizados.

ANEXO FOTOS ABORDAGEM SOCIAL E PETI



3.1 PROJETO DE ENFRENTAMENTO A POBREZA- MORADIA PRIMEIRO

JANEIRO

O Projeto Moradia Primeiro é uma estratégia de intervenção social voltada ao atendimento de pessoas em situação de rua, baseada no princípio de que o acesso à moradia digna deve ser o primeiro passo para a reconstrução da autonomia e da cidadania. A iniciativa busca garantir condições adequadas de habitação, associadas ao acompanhamento técnico especializado e ao acesso à rede de serviços públicos, favorecendo a superação das vulnerabilidades sociais e a construção de novos projetos de vida. Por meio de uma atuação humanizada e centrada nas necessidades individuais de cada participante, o projeto promove a inclusão social, a garantia de direitos e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários.

Durante o mês de janeiro, o projeto ofereceu acompanhamento contínuo, por meio de atendimentos e visitas técnicas, aos beneficiários, com objetivo de garantir direitos sociais e a autonomia, utilizando de articulação com a rede de proteção, encaminhamentos, agendamentos, transporte (à critério de avaliação técnica), pedidos de novas vias de documentos e concessão de benefícios, conforme os devidos critérios. É importante também ressaltar que alguns dos beneficiários relataram insegurança alimentar. Nestes casos, quando não houve o acesso aos devidos benefícios/serviços, a equipe buscou por doações de cestas básicas.

Ainda, contamos com a oferta de cursos gratuitos como: Pizzaiolo e auxiliar de cozinha. E também o encaminhamento de currículos para reinserção no mercado de trabalho.

Outrossim, destaca-se: Em atendimento com um dos beneficiários, que estava sob o efeito de substâncias psicoativas, notou-se que este estava portando um objeto cortante. Por motivos de segurança, a equipe encerrou o atendimento e se retirou do local. No dia seguinte, a equipe retornou para entender o ocorrido. O beneficiário relatou uso abusivo de substâncias naquele momento e garantiu que o ocorrido não se repetirá. Foi orientado que este tipo de situação pode acarretar em desligamento do projeto.

Outra beneficiária, M.D.R, teve sua casa inundada, devido a fortes chuvas, e precisou se mudar com urgência. Assim que possível, a equipe realizou a assinatura do novo contrato.

Além do mais, foi realizada entrevista com uma das beneficiárias, através da Pastoral do Menor, onde ela relata sua trajetória e agradece o acompanhamento da equipe, o vídeo foi postado em mídias sociais, gerando conscientização sobre o trabalho do projeto Moradia Primeiro.

Além disso, em 09/01 houve a realização de grupo focado em habilidades de vida, no Hotel Central. Neste dia, tivemos como tema principal a empatia.

Ademais, realizamos atualização dos instrumentais utilizados pelo equipamento e, conforme orientado pela equipe de monitoramento da Prefeitura Municipal de Franca-SP, houve uma atualização do sistema GESUAS utilizado pela rede SUAS no município. Sendo assim, no início do mês de janeiro, a equipe técnica iniciou o processo de migração dos PAFs (Plano de Atendimento Familiar) já realizados, para a nova modalidade, de acordo com as orientações. Diante das alterações sistêmicas, foi promovida uma capacitação online sobre a ferramenta GESUAS e orientações práticas para melhor efetividade no uso da ferramenta. Além disso, recebemos a solicitação da Secretaria de Ação Social, para que fosse feita atualização nos contratos de aluguel, devido ao cofinanciamento através do termo de convênio Nº 951611/2023 formalizado entre a Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania e o município de Franca.

Mantiveram-se as reuniões semanais da equipe do Moradia Primeiro, com objetivo de alinhamento e discussões dos casos atendidos. E, além desta, as reuniões de referenciamento,

executadas mensalmente em conjunto com o Centro POP, a fim de discutir casos, planejar intervenções e auxiliar na articulação entre serviços.

Além destas, no dia 6 de janeiro, em reunião intersetorial, composta pelos equipamentos de Abordagem Social; Moradia Primeiro; CNR; Abrigo Provisório; CAPS Renascer/ Florescer e Centro Pop, foi discutido casos de saúde de beneficiários do projeto.

Por fim, neste mês ocorreram 14 desligamentos. Os motivos incluíram: Desentendimentos com o proprietário; Reclusão; Falta de permanência no domicílio; Uso indevido do benefício e descumprimento do prazo de 60 dias para informar endereço. Além disso, o projeto efetuou 10 novas inserções, resultando em 181 pessoas atendidas no total.

FEVEREIRO

Durante o mês de fevereiro, o Programa Moradia Primeiro foi contemplado com um novo veículo, disponibilizado pelo Ministério dos Direitos Humanos- Brasília- DF, com o objetivo de otimizar e qualificar os atendimentos prestados pela equipe aos beneficiários.

Durante o período, foram realizadas ações de busca ativa, formalização de novos contratos de locação e visitas domiciliares, com e sem êxito, para acompanhamento do Plano Individual de Atendimento (PIA) dos beneficiários. Também foram desenvolvidas orientações e acompanhamentos socioassistenciais, encaminhamentos para cursos de qualificação profissional e oportunidades de inserção no mercado de trabalho disponibilizadas pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento, acompanhamento aos serviços de saúde e apoio na emissão de segunda via de documentos pessoais, sempre que necessário. Tais ações tiveram como objetivo fortalecer a autonomia dos participantes, promover o acesso a direitos e contribuir para o alcance das metas estabelecidas em seus respectivos planos de atendimento.

Também foram realizadas orientações aos usuários que apresentavam descumprimento das condicionalidades estabelecidas pelo programa, bem como àqueles que se encontravam próximos de ultrapassar o prazo de 60 dias para localização e contratação de imóvel, no caso dos participantes recentemente inseridos. Durante os atendimentos, foi reforçada a importância do cumprimento dos critérios, compromissos e prazos previstos, ressaltando-se que a não observância das exigências estabelecidas poderá acarretar o desligamento do projeto.

Realizamos o transporte de um beneficiário até o INSS para atualização da sua senha gov. Ademais, foi realizado o deslocamento de uma usuária até a UBS, garantindo sua presença em sua consulta ginecológica, considerando seu quadro de hemorragia recorrente, o qual resultou em seu diagnóstico de anemia.

Também foi realizado o acompanhamento de um beneficiário em consultas médicas, tendo em vista a ausência de rede de apoio e a necessidade de comparecimento às avaliações pré-operatórias, uma vez que aguardava cirurgia eletiva de hernioplastia. Ainda foi providenciado seu transporte para internação hospitalar para realização do procedimento.

Foram realizadas orientações a uma beneficiária do programa que teve seu imóvel incendiado pelo companheiro durante episódio relacionado ao uso abusivo de substâncias psicoativas, com o objetivo de prestar apoio e direcionamentos quanto às medidas necessárias para sua proteção e reorganização habitacional.

Também foram realizados atendimentos a outra beneficiária do projeto que se encontra acolhida em abrigo provisório, ocasião em que foi reforçada a necessidade de busca ativa por um novo imóvel para locação, visando seu desligamento do serviço de acolhimento e o retorno à moradia autônoma.

No mesmo período, a equipe recebeu notificação referente à desocupação de uma pensão localizada na região central do município, em razão da venda do imóvel pelo proprietário e da previsão

de sua demolição. Diante dessa situação, os usuários residentes no local foram orientados a iniciar a procura de novas alternativas habitacionais, recebendo acompanhamento da equipe para viabilizar a transição de moradia.

No mês, registraram-se 06 desligamentos, decorrentes do uso indevido do benefício, descumprimento do prazo estabelecido, não localização do usuário, não permanência no imóvel e conflitos com o proprietário. Em contrapartida, houve a inserção de 10 novos beneficiários, totalizando 185 pessoas atendidas pelo Programa Moradia Primeiro.

MARÇO

No mês de março, foram realizadas intervenções e acompanhamentos socioassistenciais junto aos beneficiários do Projeto Moradia Primeiro, com destaque para situações que demandaram articulação intersetorial e respostas emergenciais da rede de proteção social.

No início do mês, foi realizado acompanhamento e transporte da atendida G.S.S. ao Instituto Médico Legal (IML), em decorrência de ocorrência de tentativa de feminicídio da qual foi vítima. Considerando a situação de risco e violação de direitos, foram efetuados os devidos encaminhamentos em caráter de urgência e adotadas medidas protetivas e de segurança em articulação com a rede de atendimento. Registrou-se, ainda, a evasão do serviço de Abrigo Provisório por quatro ocasiões, demandando monitoramento contínuo da situação e reavaliação das estratégias de acompanhamento.

A equipe participou de reunião intersetorial da Saúde, com discussão de casos relacionados às demandas de saúde dos beneficiários do Projeto Moradia Primeiro e demais usuários acompanhados pela rede municipal de Assistência Social e Saúde, fortalecendo os fluxos de atendimento e o trabalho integrado entre os serviços.

No âmbito da saúde mental, foi realizada articulação para internação em leito do CAPS AD da atendida E.P., em razão de quadro persistente de ansiedade, associado à hipervigilância sensorial, especialmente relacionada à região auricular, manifestando intenso receio de manipulação dos ouvidos. O caso demandou acompanhamento conjunto com os serviços especializados de saúde.

Foram promovidas atualizações dos contratos de locação vinculados ao Projeto Moradia Primeiro, em decorrência da formalização de novo termo de convênio junto ao Ministério dos Direitos Humanos em Brasília- DF, garantindo a regularidade documental dos imóveis utilizados pelos beneficiários.

Em alusão ao Dia Internacional das Mulheres, foi planejado e iniciado grupo socioeducativo destinado ao público feminino atendido pelo Centro POP e Projeto Moradia Primeiro, com encontros quinzenais às quartas-feiras. O primeiro encontro teve como base o estudo da obra *"Mulheres que Correm com os Lobos"*, abordando o tema "Mulheres que Recolhem Ossos: Reconstruindo Força e Identidade". A atividade contou com a participação de nove atendidas, que demonstraram envolvimento ativo e significativa participação nas discussões propostas.

O período também foi marcado pelo falecimento de um beneficiário que apresentava demandas recorrentes de saúde, para as quais haviam sido realizados diversos encaminhamentos e articulações sem êxito na adesão ao acompanhamento necessário.

A equipe participou do 7º Fórum da Mulher, com o tema "Vozes que Ficam: O que o

Feminicídio Deixa para Trás”, espaço de reflexão e fortalecimento das ações de enfrentamento à violência contra as mulheres.

Foram realizadas ações de organização e estruturação da República, residência compartilhada por parte dos beneficiários do Projeto Moradia Primeiro, incluindo definição de responsável pela organização do espaço e pelo fornecimento da alimentação. Também foi organizada a oferta de marmitas para a República dos Idosos, considerando o período de adaptação dos residentes ao novo local de moradia.

Em relação ao atendido C.V.C., foi registrado episódio de conteúdo persecutório, durante o qual houve tentativa de incêndio da residência. O usuário foi acompanhado em atendimento de saúde e encaminhado ao CAPS AD; contudo, não houve adesão ao tratamento proposto. O caso permanece em acompanhamento sistemático pela equipe do Projeto Moradia Primeiro.

Foram realizadas reuniões mensais de referenciamento em conjunto com a equipe do Centro POP, com o objetivo de discutir casos, alinhar intervenções e fortalecer a articulação entre os serviços.

Durante o mês, registraram-se 21 novas inserções no acompanhamento do Projeto, decorrentes de demanda elevada relacionada às ações de zeladoria realizadas em diferentes territórios do município. Também foram efetivados 10 desligamentos de beneficiários, conforme avaliação técnica e critérios estabelecidos pelo serviço.

Por fim, mantiveram-se as reuniões semanais da equipe do Projeto Moradia Primeiro, realizadas às quintas-feiras, destinadas ao alinhamento das ações, discussão de casos, planejamento das intervenções e qualificação do acompanhamento ofertado aos beneficiários.

ABRIL

Durante o mês de abril, a equipe do Programa Moradia Primeiro deu continuidade aos acompanhamentos socioassistenciais dos beneficiários inseridos no projeto, visando garantir o acesso aos direitos sociais e o fortalecimento da autonomia dos atendidos.

Entre as principais ações desenvolvidas no período, destacam-se os agendamentos para inclusão e atualização cadastral no Cadastro Único, bem como os agendamentos junto ao Poupatempo, visando à regularização e garantia da documentação. Destacam-se, ainda, os agendamentos na área da saúde, junto aos serviços Consultório na Rua, Unidade Básica de Saúde (UBS), CAPS Renascer, CAPS Florescer e demais equipamentos da rede, conforme a necessidade apresentada.

Ademais, foram realizados outros encaminhamentos e articulações intersetoriais, conforme a pertinência das demandas apresentadas ao longo do mês. Dentre as ações desenvolvidas, destacam-se a inserção do beneficiário E. na Educação de Jovens e Adultos (EJA), bem como a solicitação de doação de materiais escolares para viabilizar sua permanência na escola.

A equipe do Projeto Moradia Primeiro realiza escuta qualificada e orientações contínuas acerca da importância da inserção no mercado de trabalho. Nesse sentido, são elaborados currículos e encaminhados ao Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT). Além disso, é realizada a identificação do perfil profissional de cada beneficiário, possibilitando que, sempre que surjam oportunidades compatíveis, a equipe informe os usuários.

No decorrer deste mês, também foi dada continuidade à atualização dos contratos de

moradia, decorrentes do novo Termo de Convênio junto à Secretaria de Direitos Humanos.

Outrossim, informa-se que o beneficiário A.R. encontrava-se em processo de realização da Carteira Nacional de Habilitação (CNH). Contudo, foi reprovado no exame psicotécnico, sendo orientado quanto aos procedimentos para dar continuidade ao processo.

Dentre os atendimentos realizados no mês, destaca-se o acompanhamento de um beneficiário idoso que, após sofrer uma queda, foi encaminhado pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) para internação na Santa Casa. Embora tenha recebido alta em relação à queda, permanece hospitalizado devido ao quadro de desorientação alopsíquica e autopsíquica. Diante dessa situação, a rede está articulando o encaminhamento para um Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas (SAIPI).

Destaca-se ainda o acompanhamento do caso de A.V., para o qual a técnica de referência havia elaborado, juntamente com a usuária, o Plano de Parto durante o período gestacional. No mês de abril, a atendida foi submetida ao parto, iniciando-se, a partir deste momento, o acompanhamento no período puerperal.

No dia 7 de abril, ocorreu a reunião intersetorial da saúde, espaço que reúne profissionais do Projeto Moradia Primeiro, Abordagem Social, Centro POP, Consultório na Rua e dos CAPS Renascer e Florescer. O encontro teve como objetivo discutir casos relacionados à saúde dos usuários acompanhados pelos serviços, visando à construção de estratégias conjuntas e à realização dos encaminhamentos necessários para cada situação apresentada.

Ainda neste mês, os estagiários de Psicologia iniciaram a realização de grupos na República dos Idosos. Os encontros ocorreram semanalmente e tiveram como objetivo promover espaços de escuta, reflexão e fortalecimento dos vínculos, abordando temas como autoconhecimento, história de vida, sonhos, projetos futuros e valorização das trajetórias pessoais dos participantes. A atividade contribuiu para o fortalecimento da autoestima, da convivência comunitária e do bem-estar emocional dos idosos residentes.

Por fim, neste mês de abril, foram efetivados oito desligamentos, em conformidade com os critérios previstos pelo serviço, decorrentes da não permanência dos usuários no domicílio e por não ter encontrado imóvel dentro do prazo estipulado.

MAIO

Durante o mês de maio, a equipe do Programa Moradia Primeiro realizou orientações aos beneficiários que se encontravam próximos de ultrapassar o prazo de 60 dias estabelecido para a localização de novo imóvel, reforçando a importância do cumprimento desse período para a manutenção da participação no programa e prevenção de desligamentos.

No período, foram desenvolvidas ações de busca ativa, formalização de novos contratos de locação, realização de visitas domiciliares, atendimentos socioassistenciais e orientações diversas aos beneficiários. Em algumas situações, os usuários não foram localizados durante as visitas, em razão de estarem exercendo atividade laboral, realizando posteriormente contato com a equipe por meio de telefone e WhatsApp.

Também foram realizados acompanhamentos de beneficiários em consultas médicas e demais atendimentos de saúde, considerando a ausência de rede de apoio familiar e a necessidade de suporte para comparecimento às avaliações e tratamentos. Destacam-se os acompanhamentos realizados junto ao Consultório na Rua, relacionados ao uso abusivo de substâncias psicoativas e étlicas e às demandas de saúde mental e instabilidade de humor.

Foi realizada reunião de referenciamento intersetorial na área da saúde, ocasião em

que foram discutidos, entre outros, os casos dos beneficiários J.M. e L.C.C. Da mesma forma, ocorreram as reuniões mensais de referenciamento com a equipe do Centro POP, voltadas à discussão de casos, alinhamento de intervenções e fortalecimento da articulação entre os serviços da rede socioassistencial.

A equipe promoveu orientações a beneficiários que não estavam utilizando adequadamente os imóveis disponibilizados pelo programa, esclarecendo os critérios de permanência e as situações que podem ensejar o desligamento. Também foram identificadas demandas relacionadas à insegurança alimentar e à insuficiência de renda, sendo realizadas entregas de leite recebido por meio de doações e orientações para acesso a benefícios e serviços da rede. Beneficiários que manifestaram interesse em inserção no mercado de trabalho receberam apoio na elaboração e encaminhamento de currículos à Secretaria Municipal de Desenvolvimento.

Entre os acompanhamentos realizados, destacam-se:

- Articulação junto ao Centro POP para atendimento da solicitação de óculos apresentada por beneficiário;
- Orientação à beneficiária para busca de novo imóvel, em decorrência de conflitos com vizinhos e com o proprietário da residência, além de denúncias relacionadas a maus-tratos de animais;
- Acompanhamento dos beneficiários residentes no Hotel Central, em razão da desapropriação do imóvel, sendo observadas dificuldades por parte de alguns usuários para cumprimento do prazo estabelecido para desocupação;
- Acompanhamento do beneficiário durante internação em leito estabilizador do CAPS, motivada pelo uso abusivo de bebida alcoólica;
- Monitoramento da situação da beneficiária que aguarda conclusão do processo de bloqueio de aposentadoria, com previsão de concessão nos próximos meses;
- Atendimento ao beneficiário que relatou uso abusivo de substâncias psicoativas e solicitou apoio para acesso a tratamento especializado;
- Acompanhamento da beneficiária em situação de violência praticada pelo ex-companheiro;
- Apoio ao beneficiário que compareceu à audiência junto ao Ministério Público;

No referido período, foram registrados 7 desligamentos de beneficiários, motivados pelo uso indevido do benefício, descumprimento dos prazos estabelecidos pelo programa, não localização dos usuários, não permanência nos imóveis locados e conflitos com proprietários. Em contrapartida, foram realizadas 6 novas inserções, totalizando 197 pessoas atendidas pelo Programa Moradia Primeiro ao final do mês.

Por fim, foram mantidas as reuniões semanais da equipe técnica do Programa Moradia Primeiro, realizadas às quintas-feiras, destinadas ao alinhamento das ações, discussão de casos, planejamento das intervenções e qualificação contínua do acompanhamento ofertado aos

beneficiários.

JUNHO

No início do mês de junho, foi realizada a reunião intersetorial entre os equipamentos da saúde e da assistência social. O evento ocorreu nas dependências do Centro POP e os serviços que participaram dele foram: Centro de Atenção Psicossocial - Florescer, Consultório na Rua, Centro de Atenção Psicossocial - Renascer, Programa Moradia Primeiro, Abordagem Social, Centro POP e DCNOVI - Comunidade Terapêutica. Foi confabulado acerca da necessidade de criar protocolos referentes às demandas que perpassam as fragilidades das políticas públicas estabelecidas.

No decorrer do mês vigente, houveram alguns acompanhamentos de beneficiários para ambos os Centros de Atenção Psicossocial no município de Franca, em que foram estabelecidos Planos Terapêuticos Singulares para que os tratamentos referentes às variadas condições de saúde fossem munidos. Para além de tais contextos, foi realizada a articulação e encaminhamento de um beneficiário para o Hospital Psiquiátrico Allan Kardec, devido às necessidades apresentadas alusivas ao quadro de saúde mental. Ainda dentro do espectro do âmbito da saúde, um beneficiário apresentou um estado catatônico e não responsivo a estímulos externos, sendo assim, demandou o apoio do Programa Moradia Primeiro e do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU) o qual foi encaminhado para o Hospital Regional Três Colinas - “Dom Diógenes Matthes” para receber os devidos desvelos.

Neste mês referido, foi auxiliado por meio de transporte o acompanhamento e encaminhamento de beneficiários para atendimentos médicos. Dentre tais condições, foram: gravidez, doenças respiratórias e transtornos mentais. Bem como, foi registrada uma situação de conflito com o companheiro, que resultou na necessidade de mudança de imóvel. Diante da situação de vulnerabilidade apresentada, foi realizada articulação para encaminhamento ao serviço de acolhimento noturno, com o objetivo de garantir proteção e atendimento às necessidades imediatas. Ademais, uma ocorrência em que um beneficiário ateou fogo na residência de sua mãe, ocasionando situação de risco e comprometendo a segurança da família. Diante dos fatos, foram adotadas as providências cabíveis para proteção da pessoa afetada e encaminhamento aos serviços competentes.

Considerável destacar que, durante o mês de junho, foi realizada a solicitação do Benefício de Prestação Continuada de beneficiários do Programa Moradia Primeiro, vistas as variadas necessidades físicas, psicológicas, sociais, emocionais que culminam na incapacidade de exercer atividade laboral, geradas por condições clínicas como, por exemplo, epilepsia (G 40) e HIV - Vírus da Imunodeficiência Humana (B 24).

Cabe destacar que, durante esse período, foram realizados contatos com beneficiários recém-inseridos no acompanhamento, os quais se encontravam em processo de mudança para um novo endereço. Ao longo desse processo, foram prestadas as orientações e os acompanhamentos necessários, culminando na formalização da autorização de aluguel, etapa essencial para garantir a continuidade do atendimento e a efetivação da mudança em conformidade com os procedimentos estabelecidos.

Foi realizada no mês de junho a inscrição de beneficiárias do Programa Moradia Primeiro no curso de Informática Básica, atrelado à ação da Jornada Empreendedora SP, ofertado pelo SENAC. O curso será destinado a mulheres por meio da Secretaria de Políticas para Mulheres do Estado de São Paulo.

Outrossim, durante o referido mês, foi realizada reunião mensal de referenciamento em conjunto com a equipe do Centro POP, com o objetivo de discutir casos, alinhar intervenções e fortalecer a articulação entre os serviços.

Ainda no mês de junho, foram realizadas reuniões semanais com a equipe do Programa Moradia Primeiro, nas quais são estruturadas e alinhadas estratégias e intervenções, bem como o desenvolvimento e a eficácia dos planos de atendimento familiares e sua eficácia.

Ressalta-se que, neste período, foi realizada a mudança de alguns beneficiários (idosos e famílias) para uma residência localizada na região central, visto o carecimento de ficar mais próximo de equipamentos da saúde, pontos de comércio e facilidade de acesso a meios de transporte.

Para além das ressalvas mencionadas acima, neste mês, foi elaborado um questionário acerca da satisfação dos beneficiários referente à sua inserção e permanência no Programa Moradia Primeiro, a fim de vislumbrar, bem como, elaborar planos de ações, a fim de refinar os atendimentos e acompanhamentos.

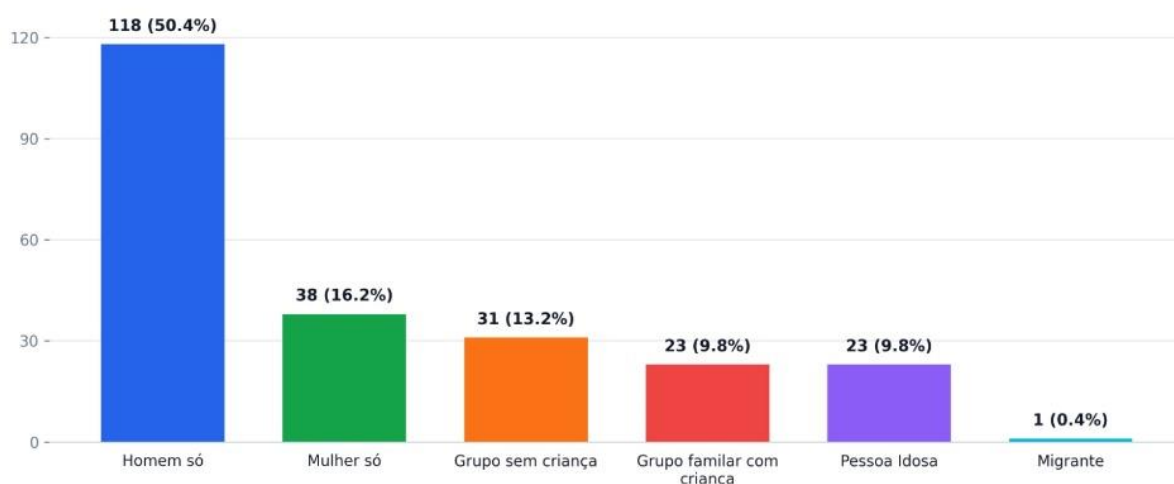
Por fim, no mês de junho, foi deliberado durante a reunião do Programa Moradia Primeiro junto ao Centro POP o desligamento de 6 beneficiários do projeto, visto o descumprimento dos critérios do mesmo, tais como: não localização do usuário, reclusão, desrespeito com a equipe e proprietário e não permanência no imóvel. Sob outro enfoque, houve a inserção de 6 beneficiários no programa supracitado, resultando em um total de 192 beneficiários.

A seguir apresentamos, dados quantitativos do projeto de enfrentamento a pobreza Moradia Primeiro, sendo que foram atendidos nesse período 234 pessoas.

O Gráfico 8 apresenta o perfil do público atendido no período analisado. Observa-se a predominância de homens desacompanhados entre os beneficiários. Entretanto, ao longo deste semestre, em decorrência do processo de migração de famílias oriundas do programa de aluguel social, verificou-se um aumento significativo no atendimento a grupos familiares com crianças, adolescentes e pessoas idosas. Em sua maioria, tratam-se de famílias que vinham enfrentando dificuldades para assegurar os cuidados necessários a seus membros, encontrando-se anteriormente acolhidas em abrigo provisório.



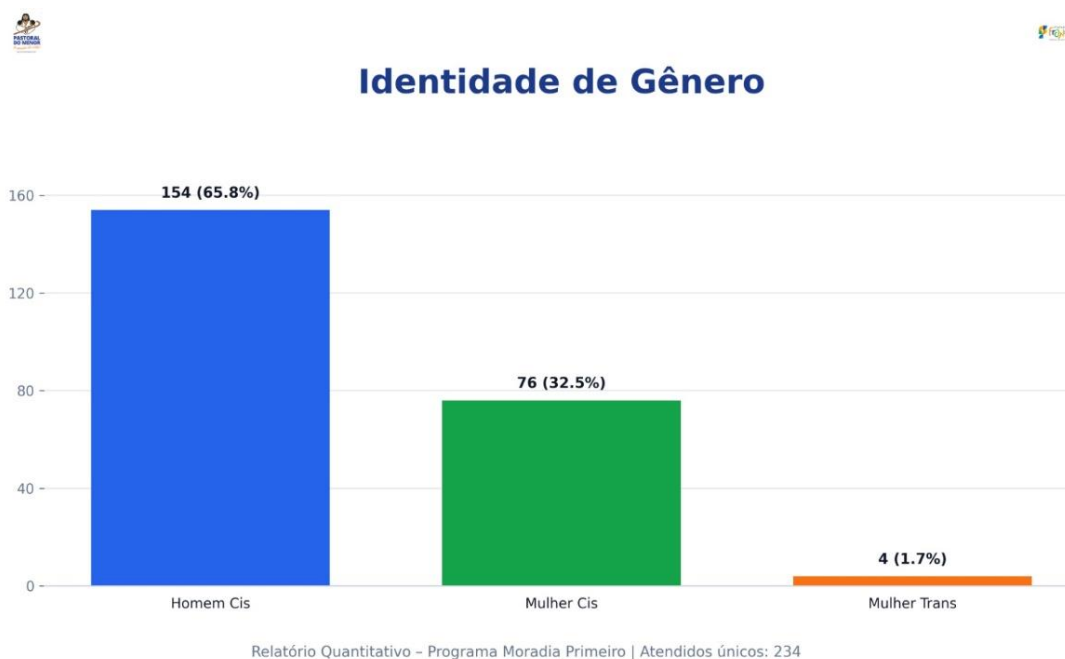
Público Atendido



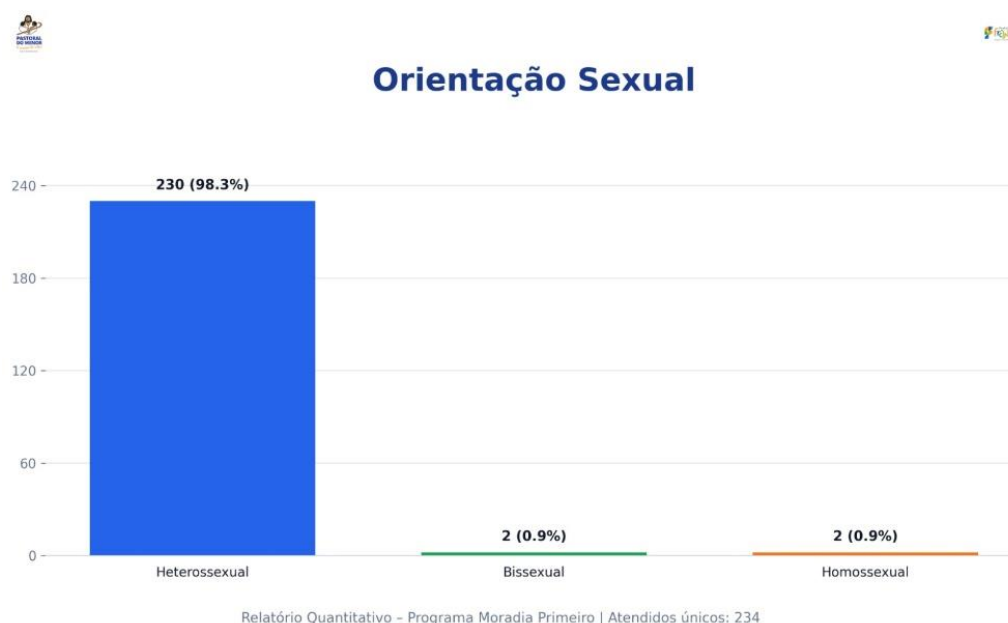
Relatório Quantitativo – Programa Moradia Primeiro | Atendidos únicos: 234

O Gráfico 9 apresenta a distribuição dos beneficiários quanto à identidade de gênero no período analisado. Observa-se que 154 pessoas se autodeclararam homens cisgênero, 76 mulheres cisgênero e 4

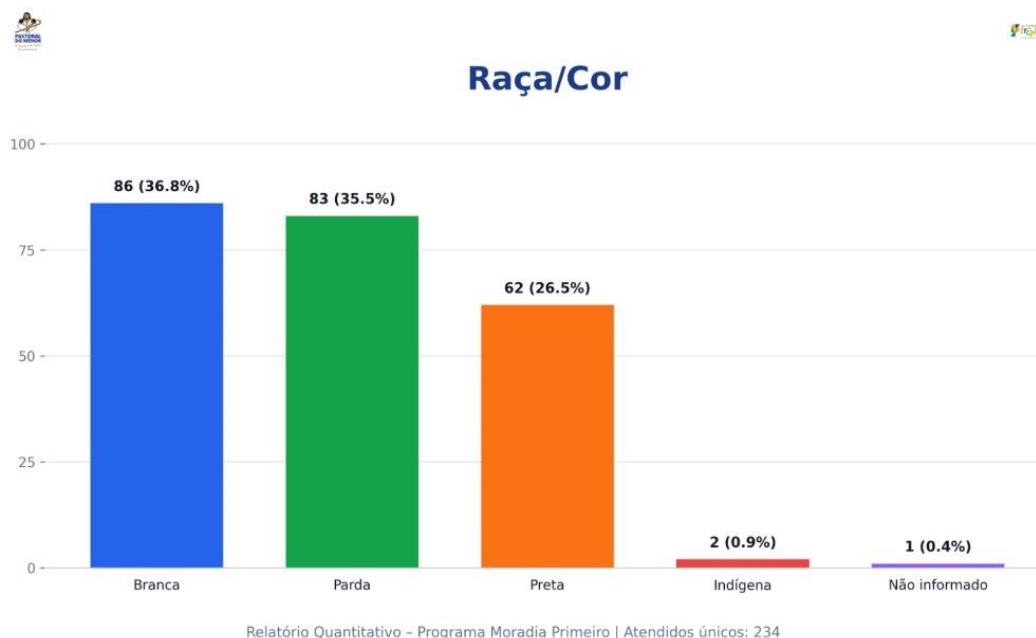
mulheres transgênero. Não houve registro de beneficiários autodeclarados homens transgênero durante o período. Os dados evidenciam a predominância do público masculino cisgênero entre os atendidos pelo programa.



O Gráfico 10, apresenta a distribuição dos beneficiários quanto à orientação sexual no período analisado. Verifica-se que a maioria dos atendidos, correspondente a 229 pessoas, autodeclarou-se heterossexual. Além disso, foram registrados 3 beneficiários que se autodeclararam homossexuais e 2 que se autodeclararam bissexuais. Os dados demonstram a predominância de pessoas heterossexuais entre os participantes do programa durante o período de referência.

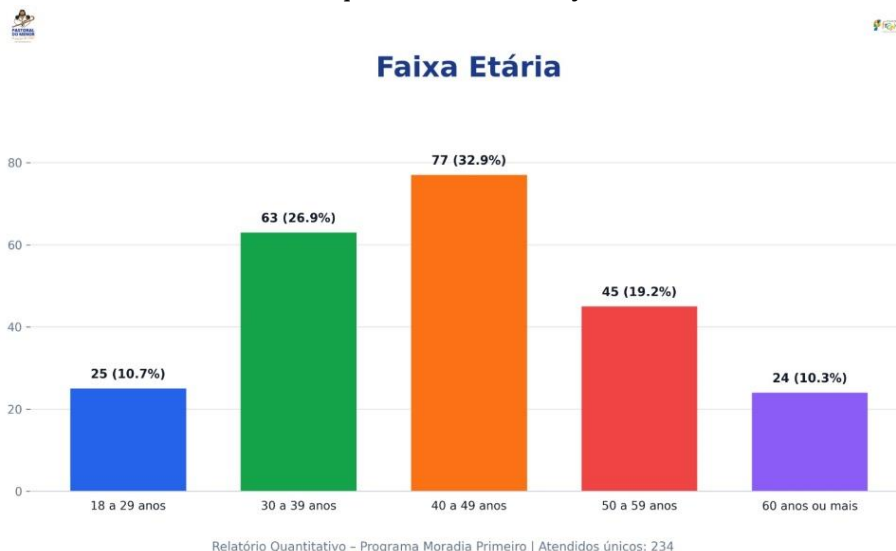


O Gráfico 11, apresenta a distribuição dos participantes do projeto segundo raça/cor autodeclarada no período de janeiro a junho de 2026. Observa-se que o maior grupo é composto por pessoas que se autodeclararam brancas, totalizando 86 participantes. Em seguida, aparecem as pessoas autodeclaradas pardas, com 84 registros, e as autodeclaradas pretas, com 62 registros. Houve ainda o registro de 2 participantes que se autodeclararam indígenas.



O Gráfico 12, apresenta a distribuição dos participantes do projeto por faixa etária. Observa-se que a maior concentração de beneficiários se encontra na faixa de 40 a 49 anos, totalizando 77 pessoas. Em seguida, destaca-se a faixa etária de 30 a 39 anos, que representa o segundo maior grupo entre os atendidos.

Verifica-se ainda um aumento no número de jovens entre 18 e 29 anos e de pessoas idosas inseridas no projeto. Esse cenário está relacionado, em grande parte, às dificuldades enfrentadas pelas famílias no exercício dos cuidados, ao rompimento de vínculos familiares e à ausência de suporte familiar adequado. No caso da população idosa, parte dos beneficiários foi encaminhada ao projeto após permanência em serviços de acolhimento provisório, em razão da necessidade de acesso a uma alternativa de moradia mais estável e adequada às suas condições de vida.

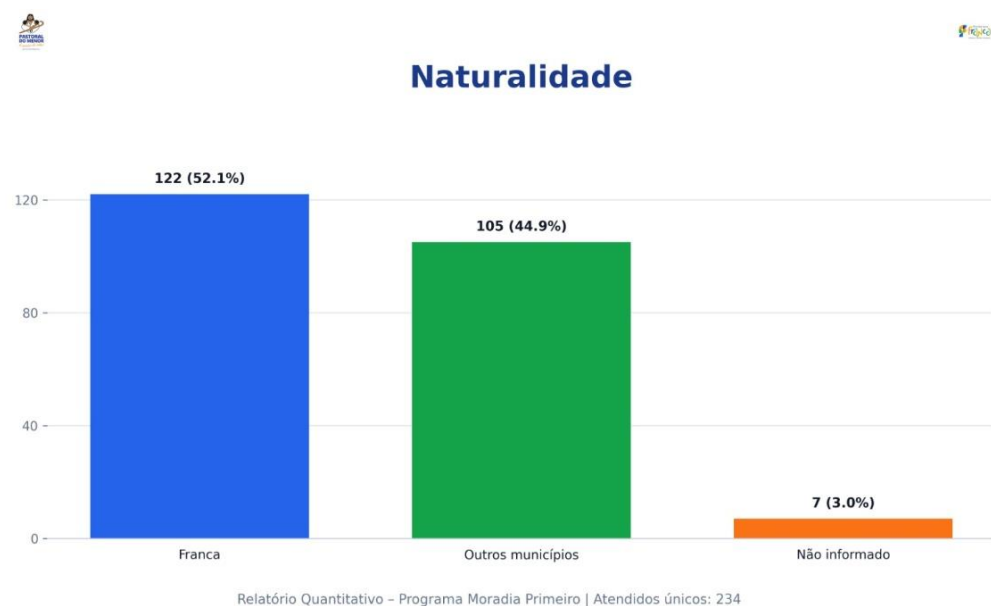


O Gráfico 13, apresenta a caracterização dos beneficiários do projeto quanto à presença de deficiência. Observa-se que a maioria dos participantes, totalizando 206 pessoas, não possui deficiência declarada. Entre os beneficiários que apresentam algum tipo de deficiência ou condição associada, 23 possuem transtorno mental, 2 possuem deficiência múltipla, 1 deficiência intelectual, 1 deficiência visual e 1 deficiência auditiva.



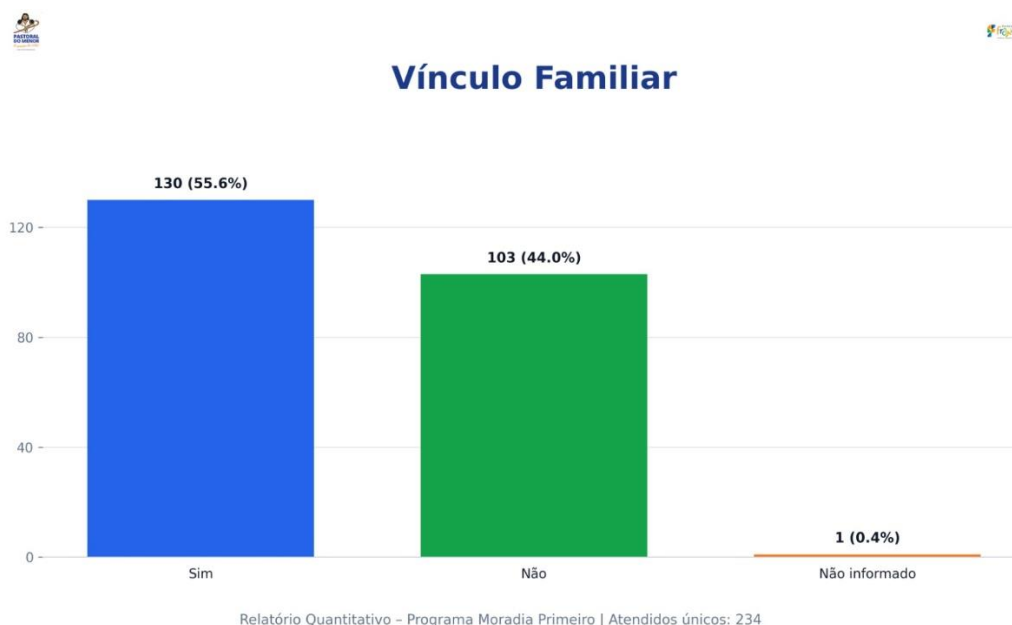
O Gráfico 14, apresenta dados referentes à naturalidade dos beneficiários atendidos pelo projeto. Observa-se que a maior parte dos participantes é natural do município de Franca, totalizando 122 pessoas. Além disso, 105 beneficiários são oriundos de outros municípios, porém residem em Franca há mais de três anos, sendo, portanto, considerados pertencentes ao território para fins de acompanhamento e atendimento.

Verifica-se ainda que 7 beneficiários não informaram sua naturalidade. Essa ausência de informação decorre, em grande parte, do ingresso recente dessas pessoas no projeto, estando a equipe técnica em processo de busca ativa e realização dos atendimentos iniciais para complementação dos dados cadastrais.



O Gráfico 15 apresenta informações referentes ao vínculo familiar dos participantes do Projeto Moradia Primeiro. Observa-se que a maior parte dos atendidos mantém ou restabeleceu os vínculos familiares após sua inserção no projeto, totalizando 130 pessoas.

Por outro lado, 103 participantes não possuem vínculo familiar ou não manifestam interesse em retomá-lo. Nesses casos, a equipe técnica desenvolve acompanhamento individualizado, buscando compreender os motivos que levaram ao rompimento dos vínculos e trabalhando, quando possível e desejado pelo atendido, estratégias para sua reconstrução e fortalecimento.



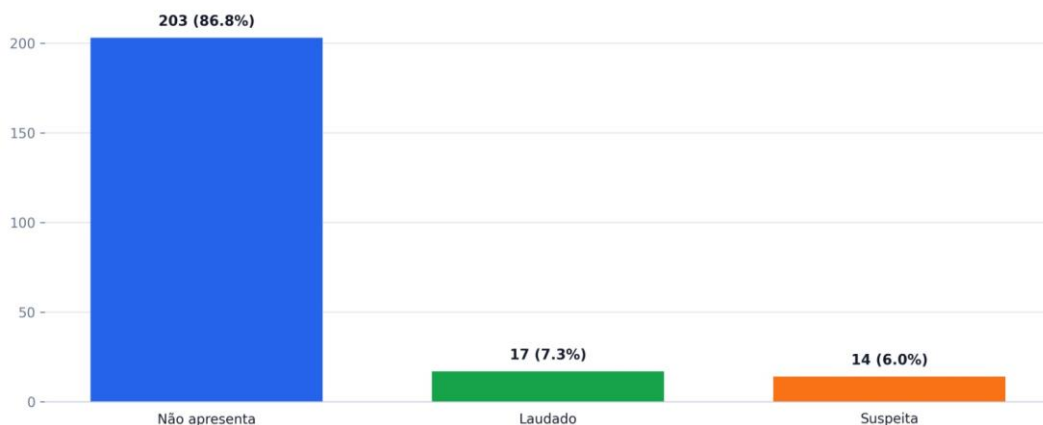
Relatório Quantitativo - Programa Moradia Primeiro | Atendidos únicos: 234

O Gráfico 16 apresenta informações referentes aos diagnósticos de saúde mental dos participantes do Projeto Moradia Primeiro. Observa-se que 203 atendidos não possuem diagnóstico formal de transtorno mental ou, até o momento, não passaram por avaliação especializada que possibilite sua confirmação.

Ressalta-se que grande parte dos participantes faz uso de substâncias psicoativas e bebidas alcoólicas, situação que pode ocasionar ou agravar alterações relacionadas à saúde mental, demandando acompanhamento contínuo pela rede de serviços.

Atualmente, 17 participantes possuem diagnóstico de saúde mental formalmente estabelecido, enquanto 14 encontram-se em processo de investigação diagnóstica, aguardando avaliações e perícias médicas para definição de laudo especializado.

Diagnóstico de Saúde Mental

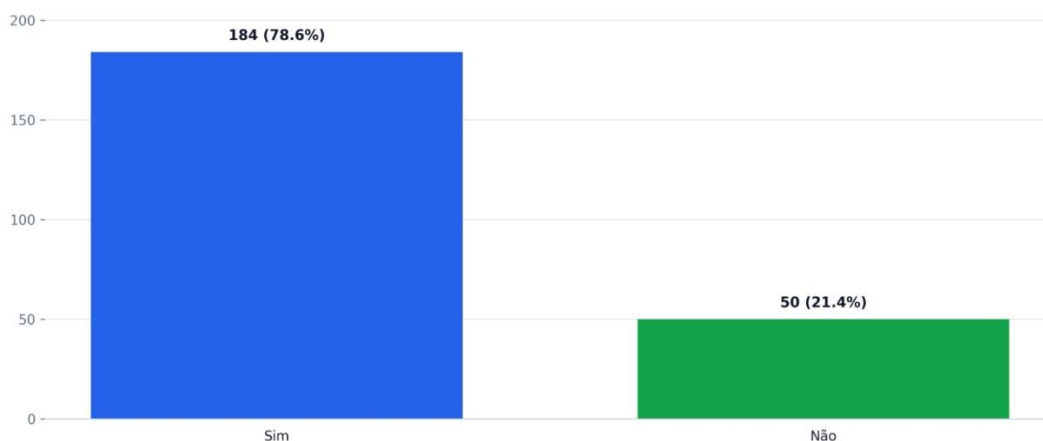


Relatório Quantitativo - Programa Moradia Primeiro | Atendidos únicos: 234

O Gráfico 17 apresenta informações relativas ao uso de substâncias psicoativas entre os participantes do Projeto Moradia Primeiro. Observa-se que a maioria dos atendidos, totalizando 184 pessoas, relata fazer uso de substâncias psicoativas e/ou bebidas alcoólicas. Por outro lado, 50 participantes informaram nunca ter feito uso dessas substâncias ou já terem interrompido o consumo há determinado período.

Cabe destacar que o Projeto Moradia Primeiro desenvolve suas ações em consonância com a Política Nacional sobre Drogas, adotando a perspectiva da redução de danos. Essa abordagem busca minimizar os impactos sociais e à saúde relacionados ao uso de substâncias, respeitando a autonomia dos participantes e promovendo o acesso aos direitos, aos serviços da rede socioassistencial e aos cuidados em saúde.

Uso de Substâncias Psicoativas



Relatório Quantitativo - Programa Moradia Primeiro | Atendidos únicos: 234

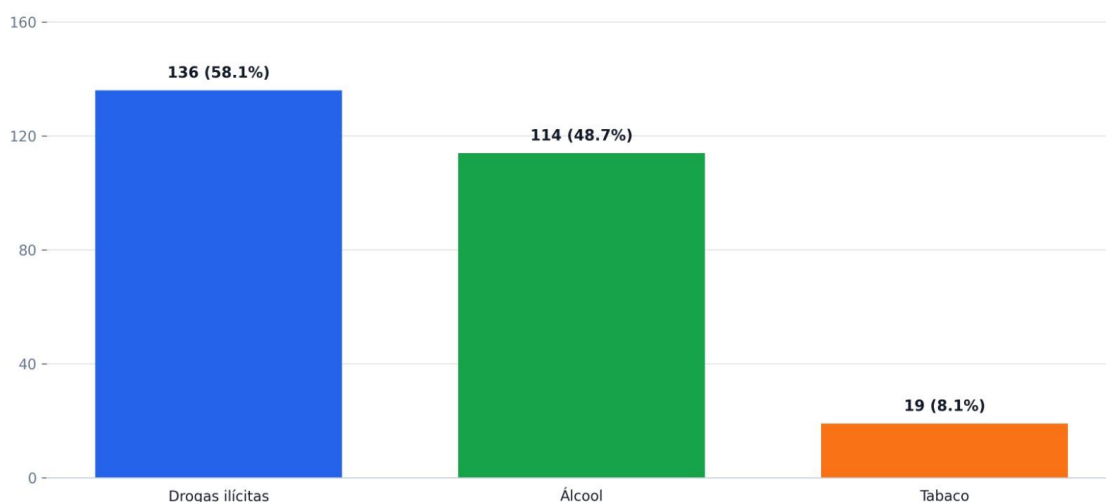
O Gráfico 18 apresenta informações referentes aos tipos de substâncias psicoativas utilizadas pelos participantes do Projeto Moradia Primeiro. Observa-se que a maior parte dos atendidos, totalizando 136 pessoas, relata o uso de substâncias ilícitas, tais como maconha, cocaína, crack, entre outras.

Verifica-se também um número expressivo de participantes que fazem uso de álcool, substância lícita, correspondendo a 114 pessoas. Além disso, 19 participantes declararam utilizar exclusivamente tabaco.

Durante os acompanhamentos realizados pela equipe técnica, são desenvolvidas orientações e ações de sensibilização acerca dos impactos do uso de substâncias psicoativas na saúde, nas relações sociais e na qualidade de vida dos participantes. Sempre que identificado interesse ou necessidade, os atendidos são incentivados e encaminhados para acompanhamento especializado junto à rede de saúde, especialmente aos serviços ofertados pelo Centro de Atenção Psicossocial (CAPS).



Substâncias Psicoativas Utilizadas



Relatório Quantitativo – Programa Moradia Primeiro | Atendidos únicos: 234

O Gráfico 19 apresenta informações referentes ao tempo de permanência dos beneficiários em situação de rua. Observa-se que a maior parcela dos atendidos, correspondente a 101 pessoas, vivenciou essa situação por um período entre 3 e 4 anos. Em seguida, destacam-se 46 beneficiários que permaneceram entre 5 e 9 anos em situação de rua. Doze atendidos não informaram o tempo em situação de rua, são novos inseridos e equipe realiza busca ativa deles para alimentar dados cadastrais.

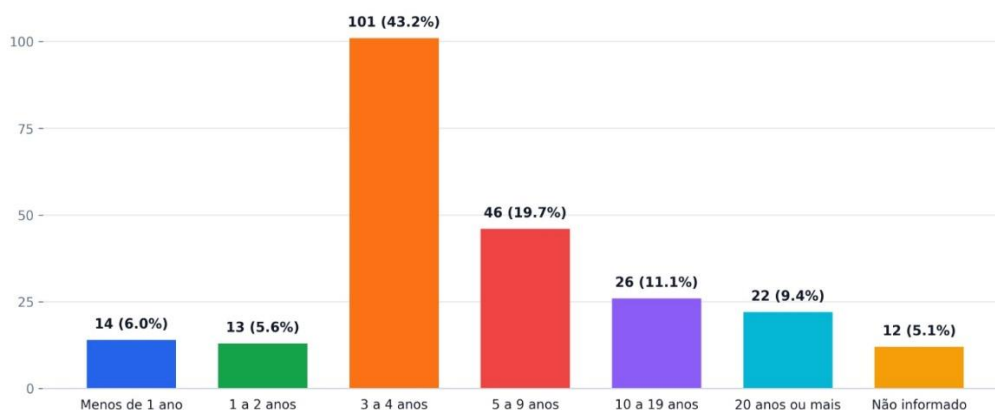
Embora um dos critérios prioritários para acesso ao Projeto Moradia Primeiro seja a vivência de, no mínimo, três anos em situação de rua, observa-se que, ao longo do último ano, o perfil dos participantes atendidos foi ampliado em razão de demandas sociais emergentes identificadas no município.

Nesse contexto, foram incluídas famílias com crianças que vivenciavam situações de despejo, perda de moradia e fragilização das condições de cuidado e proteção familiar. Também foram inseridas pessoas idosas que apresentavam dificuldades para o exercício do autocuidado, bem como idosos que permaneciam há períodos prolongados em serviços de acolhimento provisório, aguardando vaga em serviço de acolhimento institucional para pessoas idosas, em decorrência do rompimento ou fragilização dos vínculos familiares.

Essas inclusões foram realizadas considerando a situação de vulnerabilidade social apresentada, a necessidade de proteção imediata e a ausência de alternativas habitacionais adequadas, em consonância com os princípios da proteção social e da garantia de direitos.



Tempo em Situação de Rua



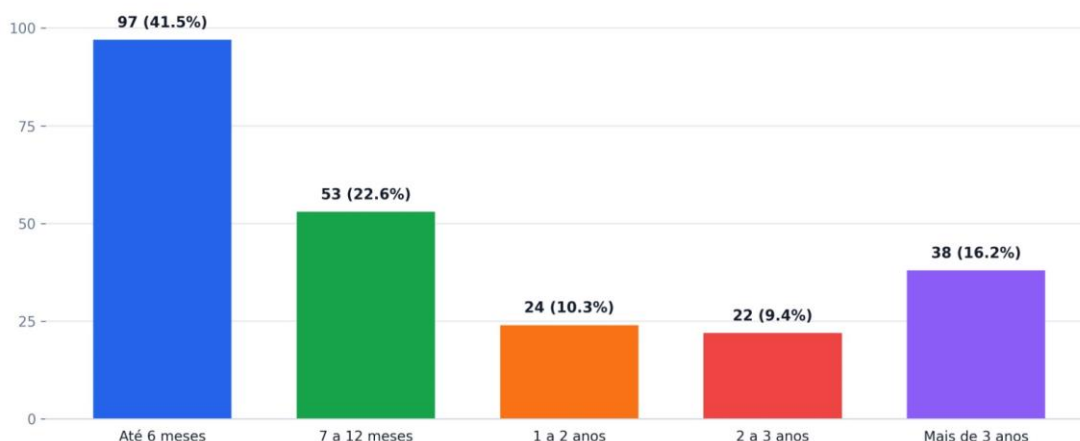
Relatório Quantitativo – Programa Moradia Primeiro | Atendidos únicos: 234

O Gráfico 20 apresenta informações referentes ao tempo de permanência dos beneficiários no projeto. Observa-se que 60 participantes estão vinculados ao projeto há mais de dois anos. Entretanto, a maior parte dos atendidos foi inserida nos últimos seis meses.

Esse aumento recente no número de inclusões está relacionado à ampliação da capacidade de atendimento do projeto, que passou de 110 para 200 vagas, bem como ao processo de migração de beneficiários provenientes do programa de aluguel social. Além disso, diversos casos foram priorizados para ingresso no projeto em razão de suas condições de vulnerabilidade social e necessidade de acesso imediato à moradia.



Tempo de Permanência no Programa



Relatório Quantitativo – Programa Moradia Primeiro | Atendidos únicos: 234

O Gráfico 21 apresenta informações referentes à situação de moradia dos participantes do Projeto Moradia Primeiro. Observa-se que 106 atendidos residem em imóveis alugados diretamente com proprietários, enquanto 66 optam por morar em pensões. Essa preferência está relacionada, principalmente, à praticidade de já disporem de quartos mobiliados e à localização desses

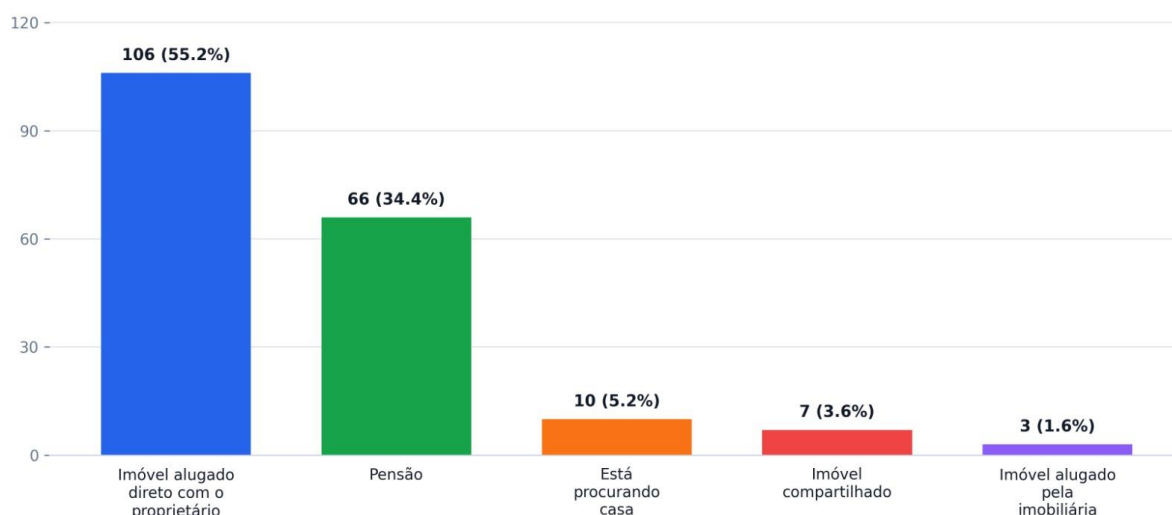
estabelecimentos, que geralmente se concentram na região central do município, facilitando o acesso aos serviços públicos e demais recursos da rede socioassistencial.

Verifica-se ainda que 7 participantes compartilham a moradia com familiares e 3 conseguiram alugar imóveis por intermédio de imobiliárias. Nesse aspecto, destaca-se que o acesso a imóveis administrados por imobiliárias representa uma das principais dificuldades encontradas pelos beneficiários do projeto, uma vez que, em geral, são exigidas garantias locatícias, como caução ou fiador, condições frequentemente incompatíveis com a realidade socioeconômica do público atendido.

Por fim, 10 participantes encontram-se em busca de moradia, seja em razão de mudança recente do local onde residiam, seja por terem sido inseridos recentemente no projeto e ainda estarem em processo de definição de sua unidade habitacional.



Situação de Moradia



Relatório Quantitativo - Programa Moradia Primeiro | Base: 192 atendidos - Junho/2026

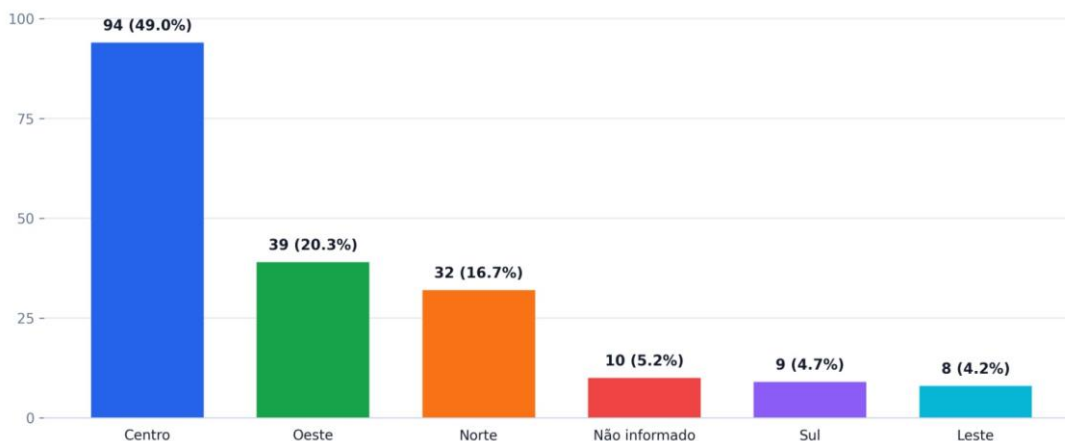
O Gráfico 22 apresenta informações referentes à distribuição territorial das moradias dos participantes do Projeto Moradia Primeiro no município de Franca. Observa-se que a maior concentração de atendidos encontra-se na região Central, totalizando 94 pessoas, sendo que parte significativa desse grupo reside em pensões localizadas nessa área.

Em seguida, destaca-se a região Oeste, com 39 participantes, e a região Norte, com 32 participantes. Essa distribuição está relacionada, em muitos casos, à manutenção ou retomada de vínculos familiares e comunitários, bem como à existência de redes de apoio constituídas por familiares, amigos ou conhecidos, que auxiliam os participantes no processo de inserção e permanência na moradia.

Verifica-se ainda que 10 participantes se encontram em busca de um novo imóvel. Entre os principais motivos estão conflitos com proprietários, a busca por melhores condições habitacionais ou a recente inserção no projeto, situação em que ainda estão em processo de definição e contratação de moradia.



Região de Moradia



Relatório Quantitativo - Programa Moradia Primeiro | Base: 192 atendidos - Junho/2026

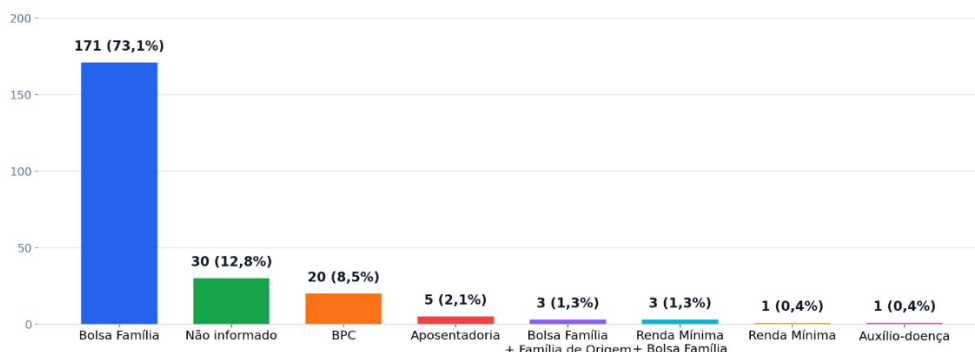
O Gráfico 23 apresenta informações referentes ao acesso dos beneficiários do Projeto Moradia Primeiro aos benefícios sociais. Observa-se que a maior parte dos participantes, totalizando 171 pessoas, é beneficiária do Programa Bolsa Família. Além disso, 20 atendidos recebem o Benefício de Prestação Continuada (BPC), enquanto outros participantes acessam benefícios eventuais ofertados pelo município, como os programas Renda Mínima e Família de Origem.

Os dados demonstram a relevância dos benefícios socioassistenciais e de transferência de renda para a garantia das condições básicas de subsistência, contribuindo para a segurança de renda e para a redução das vulnerabilidades sociais enfrentadas pelos participantes do projeto.

Destaca-se ainda que 30 atendidos declararam não receber nenhum benefício social. Entre os principais motivos identificados estão a ausência de acesso ao benefício até o momento, processos de análise, desbloqueio ou atualização cadastral ainda em andamento, bem como a opção de alguns participantes por não solicitar benefícios, em razão do desejo de manter autonomia financeira e independência em relação aos programas governamentais.

Esse cenário evidencia a importância do acompanhamento técnico realizado pela equipe, que busca orientar os participantes quanto aos seus direitos, apoiar o acesso aos benefícios socioassistenciais e fortalecer sua autonomia e protagonismo na construção de seus projetos de vida.

Acesso aos Benefícios



Relatório Quantitativo – Programa Moradia Primeiro | Atendidos únicos: 234

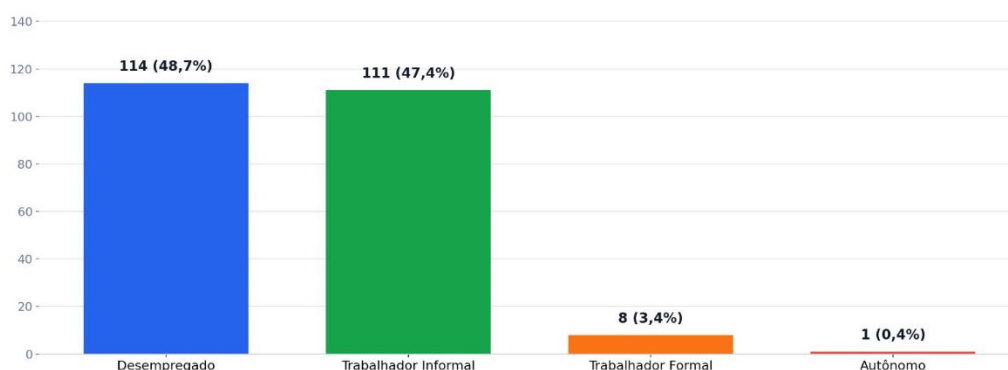
O Gráfico 24 apresenta informações referentes à inserção dos beneficiários do Projeto Moradia Primeiro no mercado de trabalho. Observa-se que 114 participantes se encontram atualmente desempregados, enquanto 120 exercem alguma atividade laboral. Dentre estes, 111 atuam de forma informal, 8 possuem vínculo formal de trabalho e 1 exerce atividade autônoma.

Em relação aos participantes que não estão inseridos no mercado de trabalho, verifica-se que essa condição decorre de diferentes fatores. Parte deles apresenta limitações relacionadas à saúde física e/ou mental, que dificultam o exercício de atividades laborais. Há também mulheres que se dedicam aos cuidados do lar e dos filhos, além de participantes que aguardam a concessão de benefícios previdenciários ou assistenciais, como aposentadoria ou o Benefício de Prestação Continuada (BPC).

Destaca-se ainda que uma parcela dos beneficiários encontra-se em busca de oportunidades de trabalho. Nesses casos, a equipe técnica realiza acompanhamento e apoio contínuos, por meio da elaboração de currículos, orientações para inserção profissional e encaminhamentos para vagas disponibilizadas pela rede de serviços, especialmente pelo Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT).

Os dados demonstram que, embora parte significativa dos participantes esteja exercendo alguma atividade remunerada, a informalidade ainda representa a principal forma de inserção no mercado de trabalho, evidenciando a necessidade de ações que favoreçam o acesso ao emprego formal e à ampliação da autonomia financeira dos beneficiários.

Situação no Mercado de Trabalho



Relatório Quantitativo - Programa Moradia Primeiro | Atendidos únicos: 234

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro semestre de 2026, o Programa Moradia Primeiro deu continuidade às ações de acompanhamento socioassistencial, reafirmando seu compromisso com a garantia do direito à moradia, a promoção da autonomia e a inclusão social da população em situação de rua ou com trajetória de desproteção social.

Ao longo do período, a equipe técnica desenvolveu atendimentos individuais e familiares, visitas domiciliares, buscas ativas, acompanhamentos em serviços de saúde, encaminhamentos para acesso à documentação civil, benefícios socioassistenciais e previdenciários, Cadastro Único, mercado de trabalho e demais políticas públicas, além de realizar articulações permanentes com a rede intersetorial. As reuniões de referenciamento e os espaços de discussão de casos fortaleceram o trabalho integrado entre as políticas de Assistência Social, Saúde e demais serviços do município, possibilitando respostas mais qualificadas às demandas apresentadas.

Observou-se que parte significativa dos desligamentos decorreu do descumprimento dos critérios estabelecidos pelo Programa, tais como não permanência no imóvel, não localização do beneficiário, conflitos com proprietários, uso indevido do benefício, reclusão e descumprimento dos prazos previstos. Em contrapartida, novas inserções foram realizadas continuamente, garantindo o atendimento às demandas encaminhadas pela rede socioassistencial e possibilitando o acesso de novos usuários à política habitacional.

Destaca-se, ainda, que o período foi marcado por situações de elevada complexidade, envolvendo demandas relacionadas à saúde física e mental, violência, gestação, dependência química e ausência de rede de apoio, exigindo intervenções contínuas, acompanhamento sistemático e articulação permanente entre os diversos equipamentos públicos.

Por fim, ressalta-se que o Programa Moradia Primeiro permanece à disposição para fortalecer as articulações intersetoriais e promover os encaminhamentos necessários junto à rede de serviços, reafirmando seu compromisso com a construção de estratégias que favoreçam a superação das vulnerabilidades, a garantia de direitos e a consolidação de processos de autonomia e reinserção social dos beneficiários acompanhados.

ANEXO- FOTOS MORADIA PRIMEIRO



4. SÍNTESE DO QUADRO AVALIATIVO- ABORDAGEM SOCIAL E PROJETO MORADIA PRIMEIRO

OBJETIVOS	ATIVIDADES REALIZADAS	META ATINGIDA	RESULTADOS ALCANÇADOS
Promover o acesso das pessoas em situação de rua e em risco pessoal e social à rede socioassistencial e às demais políticas públicas, por meio da realização de busca ativa sistemática em todas as regiões do município, identificando demandas, ofertando atendimento qualificado e viabilizando os encaminhamentos necessários para a garantia de direitos.	- Escuta qualificada; - Encaminhamento a rede socioassistencial; - Relatórios; - Formulários; - Registro no prontuário GESUAS;	- Meta pactuada: 150 abordagens por mês	Qualificação do atendimento prestado à população em situação de rua, com fortalecimento de vínculos, respeito à trajetória de vida e às singularidades de cada indivíduo, promoção da autonomia e ampliação do acesso e da efetivação dos direitos sociais.
Realizar o acompanhamento sistemático dos beneficiários do Programa Moradia Primeiro, por meio de atendimentos individuais, visitas domiciliares, monitoramento do Plano Individual de Atendimento, orientações e articulação com a rede de serviços, visando à garantia de direitos, ao fortalecimento da autonomia e à manutenção da moradia.	- Escuta qualificada; - Visita domiciliar; - Encaminhamento para a rede socioassistencial; - Relatórios; - Formulários; - Contatos telefônicos e via e-mail; - Registro no prontuário GESUAS; - Atendimento grupal/ oficinas;	- Meta pactuada: 200 atendidos;	- Qualificação do atendimento prestado à população em situação de rua, com fortalecimento de vínculos, respeito à trajetória de vida e às singularidades de cada indivíduo, promoção da autonomia e ampliação do acesso e da efetivação dos direitos sociais; - Estruturação e fortalecimento dos fluxos de atendimento e encaminhamento entre os serviços da rede socioassistencial, visando à integralidade do acompanhamento e à garantia da proteção social; - Desenvolvimento de estratégias de redução de danos, contribuindo para a minimização dos riscos sociais, pessoais e de saúde, bem como para a ampliação do acesso aos serviços e direitos; - Fortalecimento da autoestima, da autonomia e da construção de projetos de vida, incentivando a retomada de vínculos, o desenvolvimento de potencialidades e a concretização de objetivos e sonhos.
Realizar atendimentos individuais e coletivos, oficinas socioeducativas e rodas de conversa com crianças e adolescentes em situação de trabalho infantil, visando à proteção integral, à garantia de direitos, ao fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e à prevenção de situações	- Escuta qualificada; - Visita domiciliar; - Encaminhamento para a rede socioassistencial; - Relatórios; - Formulários;	- Todos os casos foram discutidos com a equipe do CREAS, sendo que as famílias passaram a receber acompanhamento sistemático por esse serviço, conforme as demandas identificadas e as competências estabelecidas para o atendimento.	- Melhoria no atendimento prestado as crianças e adolescentes em trabalho infantil; fortalecimento de vínculo; - Organização de fluxos com os serviços da assistência e educação, para atender as demandas do trabalho infantil; - Realização de oficinas em serviços de

de violação de direitos.	- Contatos telefônicos e via e-mail; - Registro no prontuário GESUAS; - Atendimento grupal/oficinas;		convivência sobre o tema Trabalho Infantil;
Participar de reuniões intersetoriais com o CRAS, CREAS, Centro POP, Consultório na Rua e demais serviços das políticas públicas de assistência social, saúde, educação, bem como órgãos de garantia e defesa de direitos, com a finalidade de definir fluxos de atendimento, planejar ações e oficinas, fortalecer a articulação da rede e viabilizar encaminhamentos adequados às demandas dos usuários.	- Reuniões intersetoriais com a rede de assistência; - Reuniões de referenciamento; - Reuniões com a saúde (CNR, CAPS, RAPS, entre outros).	- Participação nas reuniões intersetoriais promovidas pelos CRAS, visando ao fortalecimento da articulação da rede e ao alinhamento das ações desenvolvidas junto às famílias e indivíduos acompanhados; - Participação em reuniões intersetoriais com a política de saúde, com o objetivo de discutir demandas comuns, alinhar fluxos de atendimento e fortalecer o trabalho em rede; - Participação nas reuniões de referenciamento, visando à discussão de casos, alinhamento de estratégias de acompanhamento e fortalecimento da integração entre os serviços;	- Fortalecimento da articulação com o Sistema de Garantia de Direitos, promovendo maior integração entre os órgãos e serviços responsáveis pela proteção integral dos usuários; - Estruturação e aprimoramento dos fluxos de atendimento e encaminhamento entre os serviços da assistência social e da educação, visando à identificação, ao acompanhamento e à intervenção qualificada;

5. ANEXO PLANILHA DE RECURSOS HUMANOS - ABORDAGEM SOCIAL

Indique o nome, data de nascimento, CPF, RG, e-mail, sexo, escolaridade, profissão, vínculo, função e carga horária de cada membro da equipe:														
1	Adriano Rodrigues da Silva	26/04/1977	M	269.754.668-58	27.428.368-2	SSP	SP	iradrianorodrigues@gmail.com	Ensino Fundamental Completo	Profissional de ensino fundamental	5 – Empregado celetista do setor privado	7- Motorista	5- Mais que 40 horas semanais	04/11/2022
2	Ana Beatriz Souza Alves	04/06/1998	F	460.531.518-74	55.802.836-6	SSP	SP	besouzaa18@gmail.com	Ensino Superior Completo	1- Assistente Social	5 – Empregado celetista do setor privado	6- Assistente Social	3- 30 horas semanais	01/06/2022
3	Ana Laura Afonso Marcelino	27/02/2002	F	484.400.038-11	58.679.145-0	SSP	SP	ana.lauraafonsomoutros@gmail.com	Ensino Superior Completo	20- Profissional de nível médio	5 – Empregado celetista do setor privado	2- Orientador Social	5- Mais que 40 horas semanais	07/01/2026
4	Cintia Thomazini Seixas	01/06/1990	F	395.132.888-62	46.229.979-X	SSP	SP	cintia_thomazini@hotmail.com	Ensino Superior Completo	1- Assistente Social	5 – Empregado celetista do setor privado	2- Orientador Social	5- Mais que 40 horas semanais	11/03/2024
5	Douglas Porto Diniz	22/05/1987	M	377.172.978-50	40.548.654	SSP	SP	dodoxdiniz@gmail.com	Ensino Médio Completo	20- Profissional de nível médio	5 – Empregado celetista do setor privado	2- Orientador Social	5- Mais que 40 horas semanais	09/06/2022
6	Francisco Gabriel Machado de Souza	24/10/2008	M	528.522.058-07	62.243.200-X	SSP	SP	machadofran@gmail.com	Ensino Médio Incompleto	Profissional de nível fundamental	5 – Empregado celetista do setor privado	3- Auxiliar Administrativo	5- Mais que 40 horas semanais	22/09/2025

7	Hamilton Sérgio Garcia	27/01/1967	M	098.775.298-74	19.541.756	SSP	SP	frangarciacalcadosltda@hotmail.com	Ensino Fundamental Incompleto	20- Profissional de nível médio	5 – Empregado celetista do setor privado	7- Motorista	5- Mais que 40 horas semanais	13/01/2025
8	Joaquim Francisco Napoletano dos Santos	14/02/1984	M	224.359.678-45	34.851.794-4	SSP	SP	joaquimpsicologo@gmail.com	Ensino Superior Completo	2- Psicólogo	5 – Empregado celetista do setor privado	6- Psicólogo	3- 30 horas semanais	15/10/2025
9	Julia Barbosa Guilherme	02/09/1999	F	459.954.998-31	57.496.471-X	SSP	SP	juliaguilherme_12@hotmail.com	Ensino Superior Completo	1- Assistente Social	5 – Empregado celetista do setor privado	6- Assistente Social	3- 30 horas semanais	01/06/2022
10	Juliana Maria Rabelo Firmino	20/01/1992	F	417.517.658-65	47.980.253-1	SSP	SP	julianarabelopsicologa@hotmail.com	Ensino Superior Completo	2- Psicólogo	5 – Empregado celetista do setor privado	6- Psicólogo	3- 30 horas semanais	06/05/2025
11	Laiza Silva Botelho	24/11/1988	F	359.016.638-02	38.908.679-4	SSP	SP	laizasilvab@hotmail.com	Ensino Superior Completo	20- Profissional de nível médio	5 – Empregado celetista do setor privado	2- Orientador Social	5- Mais que 40 horas semanais	17/12/2024
12	Larissa Constanti Marcelino	06/07/1999	F	388.942.868-19	53.932.499-1	SSP	SP	larissaconstantipsi@gmail.com	Ensino Superior Completo	20- Profissional de nível médio	5 – Empregado celetista do setor privado	2- Orientador Social	5- Mais que 40 horas semanais	11/02/2026
13	Lindsay Lemos Gonçalves Ferreira	15/06/1986	F	337.305.028-67	40.955.120-X	SSP	SP	lindsaylg@yahoo.com.br	Ensino Superior Completo	1- Assistente Social	5 – Empregado celetista do setor privado	1- Coordenadora Administrativa	5- Mais que 40 horas semanais	01/06/2022

14	Marcelo Luís de Oliveira	22/07/1976	M	196.452.788-05	29.667.354-7	SSP	SP	marcelopositivorio@gmail.com	Ensino Médio Completo	20- Profissional de nível médio	5 – Empregado celetista do setor privado	7- Motorista	5- Mais que 40 horas semanais	01/03/2024
15	Nelson Ferreira Amorim	18/03/1987	M	343.469.788-86	40.435.204-2	SSP	SP	nelson.amorim1987@gmail.com	Ensino Médio Completo	20- Profissional de nível médio	5 – Empregado celetista do setor privado	2- Orientador Social	5- Mais que 40 horas semanais	01/09/2025
16	Paola Sabrina Marcondes	26/10/1989	F	384.659.628-04	46.383.485-9	SSP	SP	paolamarconde@outlook.com	Ensino Superior Completo	1- Assistente Social	5 – Empregado celetista do setor privado	2- Orientador Social	5- Mais que 40 horas semanais	01/10/2024
17	Rafael Geraldo Paranhos	02/04/2003	M	454.292.398-36	56.361.513-8	SSP	SP	rafaelparanhos15@gmail.com	Ensino Médio Completo	20- Profissional de nível médio	5 – Empregado celetista do setor privado	2- Orientador Social	5- Mais que 40 horas semanais	19/02/2026
18	Thaís Arrigucci	13/10/1997	F	443.237.958-82	55.635.214-2	SSP	SP	arriguccithais578@gmail.com	Ensino Superior Completo	1- Assistente Social	5 – Empregado celetista do setor privado	6- Assistente Social	3- 30 horas semanais	17/04/2023
19	Wendrel de Souza Rodrigues	06/05/1992	M	424.308.653-31	48.224.917	SSP	SP	wendrelsr23@gmail.com	Ensino Superior Completo	2- Psicólogo	5 – Empregado celetista do setor privado	6- Psicólogo	3- 30 horas semanais	16/10/2023
20	Weverson Pedro de Melo Leite	29/06/1996	M	135.379.226-98	17.34215	MG	MG	Weversonmelo1996@gmail.com	Ensino Superior Completo	2- Psicólogo	5 – Empregado celetista do setor privado	6- Psicólogo	3- 30 horas semanais	04/08/2025

Equipe técnica que ajudou na elaboração do relatório:

Ana Beatriz Souza Alves CRESS 75757

Cíntia Thomazini Seixas CRESS 69090

Giovanna Rosine da Silva CRESS 79032 (substituição licença maternidade a partir de 18/05)

Joaquim Francisco Napoletano dos Santos CRP 06/89093

Julia Barbosa Guilherme CRESS: 75166

Juliana Maria Rabelo Firmino CRP: 06/175856

Thaís Arrigucci Duellberg - CRESS-SP/9ºR – 72736 (licença maternidade a partir de 15/05).

Wendrel de Souza Rodrigues CRP 06/153136

Weverson Pedro de Melo Leite CRP06/202290

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO SEMESTRE PERÍODO: 01/01/2026 a 30/06/2026

1. IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Nº do Termo de Colaboração:

**Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias na Modalidade
Abrigo Provisório – Proteção Social de Alta Complexidade**

Endereço de Execução: Avenida Dom Pedro I, nº 5.549, Vila Gosuen – Franca – SP

Público: Pessoas em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência ou pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.

Ciclo etário: Maiores de 18 (dezoito) anos e, quando menores de idade, acompanhados do responsável legal.

Meta cofinanciada: 55 (cinquenta e cinco) usuários/dia

Região de abrangência territorial: Municipal

Unidade Estatal de Referência: CREAS POP (Centro POP)

Coordenadora: Silvia Helena Gonçalves Stefani

2 -IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO SERVIÇO

Nome: Pastoral do Menor e Família da Diocese de Franca

Endereço: Avenida Dom Pedro I, nº 5.549, Vila Gosuen - Franca – SP

CNPJ/MF: 56.885.262/0002-16

Endereço eletrônico: coord.abrigo@pastoralmenorfranca.com.br

Telefones para contato: (16) 3703-0666 – (16) 3724-8546

(16) 99973-0666 – (16) 99098-5738

Representação Legal: Ovídio José Alves de Andrade

Coordenadora: Silvia Helena Gonçalves Stefani

3. DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

Dias e horários de funcionamento: todos os dias da semana, 24 horas ininterruptas

Número de atendimentos: 55 (cinquenta e cinco) pessoas/dia

Capacidade de atendimento: 74 (setenta e quatro) atendimentos por dia*

**capacidade física para atendimento para até 74 (setenta e quatro) acolhidos, sendo necessário, porém, adequar as equipes técnica e de apoio para atender essa demanda.*

Procedimentos em relação a esta demanda: a demanda reprimida constituiu-se de pessoas que procuraram o Serviço de Acolhimento de forma espontânea, bem como através de encaminhamentos da rede socioassistencial e de outras políticas públicas, principalmente dos serviços de saúde (Consultório na Rua, CAPS AD III Renascer, CAPS III Florescer, Santa Casa, Hospital do Coração, Pronto Socorro Municipal, UPA's). O porteiro anotava em uma lista de espera os nomes das pessoas que buscavam o serviço espontaneamente, bem como os que eram encaminhados pelos serviços mencionados.

A lista registra possíveis acolhimentos a serem realizados no dia seguinte, pois a liberação de vagas ocorre quando algum acolhido retorna para sua família, consegue alugar casa, desiste ou perde o direito à vaga que ocupava, recebe o benefício eventual de passagem rodoviária, retornando para cidade de origem, ou parte em busca de trabalho em outros municípios, etc.

A equipe do Abrigo Provisório, envia mensalmente relatórios para a equipe de Monitoramento e Avaliação da Secretaria de Ação Social, frisando que o serviço de acolhimento não atende totalmente a demanda existente, além de acolher pessoas com perfil para outros serviços da rede: residência terapêutica (pessoa com transtorno psiquiátrico), residência inclusiva (pessoa com deficiência), pessoas idosas e mulheres vítimas de violência, na maioria das vezes, com filhos e pessoas idosas.

No primeiro semestre de 2026, foram realizados 10.217 acolhimentos, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Abrigo Provisório - 2026			
Mês de referência	Número de Acolhimentos	Número de acolhidos no serviço	Lista de espera
Janeiro	1.647	98	536
Fevereiro	1.617	107	404
Março	1.854	118	581
Abril	1.768	101	605
Mai	1.683	118	409
Junho	1.648	100	335
TOTAL	10.217	642	2870

Foram ofertados 9.278 cafés da manhã, 7.303 almoços, 6.401 cafés da tarde e 9.776 jantares para os(as) acolhidos(as), conforme tabela abaixo:

Abrigo Provisório - refeições 1º semestre 2026				
Mês de referência	Café da manhã	Almoço	Café da tarde	Jantar
Janeiro	1.504	1.278	1.038	1.463
Fevereiro	1.415	1.141	907	1.488
Março	1.697	1.288	1.201	1.699
Abril	1.602	1.243	1.165	1.777
Mai	1.557	1.157	1.051	1.693
Junho	1.503	1.196	1.039	1.656
TOTAL	9.278	7.303	6.401	9.776

O trabalho realizado pelo Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias, entre os meses de janeiro a junho de 2026, de acordo com o disposto no Plano de Trabalho, visou oferecer acolhimento, proteção integral e redução de situações de violência e/ou ruptura de vínculos e, mais especificamente, contribuir para a redução do número de pessoas vivendo em situação de rua, buscando minimizar os danos vivenciados por essa situação.

Nos últimos anos, registramos aumento considerável de acolhimento de famílias com crianças, seja por violência doméstica ou por despejo, decorrente de desemprego e/ou uso abusivo de substâncias, alterando sobremaneira o atendimento diário no serviço de acolhimento, demandando ações diferenciadas das equipes, seja para articular

com familiares, ou para encaminhar para serviços especializados, visando organização de documentação civil, para concessão de benefícios sociais, acesso aos Órgãos de Defesa (Justiça, Defensoria Pública), educação infantil, enfim, providenciando o necessário para a garantia de direitos.

Além disso, surgiram casos novos de infecção por tuberculose, sendo necessário reorganizar o serviço de acolhimento, a fim de que usuários com doenças infectocontagiosas pudessem ser acolhidos para receberem o tratamento adequado em serviço especializado de saúde, visando o restabelecimento.

O acolhimento visou garantir o suprimento das necessidades básicas como abrigo, alimentação, vestuário, documentação civil, articulação com a rede (assistência social, saúde, defesa de direitos), fornecimento de passagem rodoviária, com vistas à recuperação, redução de danos e/ou construção da autonomia do usuário e sua proteção integral. A estrutura do serviço procurou garantir a privacidade e respeito aos costumes, às tradições, aos ciclos de vida, aos arranjos familiares, etnia, religião, ao gênero e à orientação sexual.

A equipe do Abrigo Provisório, atuou no sentido de incentivar o restabelecimento dos vínculos familiares e/ou sociais, possibilitando a convivência social e comunitária, promovendo condições para a independência, autocuidado e construção da autonomia dos acolhidos, articulando com os serviços da rede socioassistencial.

O serviço de acolhimento funcionou por 24 (vinte e quatro) horas ininterruptas, sendo o horário de entrada às 14h e às 18h, havendo flexibilidade nos horários de acolhida, daqueles que demandaram acolhimento em caráter de urgência. Os acolhimentos foram realizados através da demanda espontânea, encaminhados da rede intersetorial e pedidos de vagas realizados por pessoas da sociedade civil.

Durante o acolhimento, o porteiro verificou se a pessoa portava documentos pessoais, e na falta destes, se havia boletim de ocorrência, registrando eventual perda, furto ou roubo, verificando, ainda, se apresentava sinais e sintomas de uso de álcool e/ou outras drogas e/ou alteração de comportamento. Foi realizada a ficha cadastral do atendido, caso fosse a primeira vez que acessou o serviço, bem como realizada a solicitação para o uso de imagem do atendido e, em caso afirmativo, colhia assinatura com a respectiva autorização. Realizou verificação pessoal, para evitar o ingresso no

acolhimento de alguma substância psicoativa e/ou objetos perfurocortantes e, por fim, se havia medicações, orientando que, o uso dessas no acolhimento, somente é permitido com receita prescrita por médico.

Cada atendido foi encaminhado para a sala de cuidadores sociais, onde teve acesso ao kit de higiene (sabonete, creme hidratante, shampoo, condicionador, escova e creme dental, absorvente higiênico, aparelho de barbear) e, se necessário, kit de limpeza (detergente em pó, água sanitária, sabão em pedaço) para higienização de pertences pessoais.

Para terem acesso às refeições, os usuários receberam fichas específicas de cada uma das refeições acima descritas. Também receberam roupas que o serviço de acolhimento consegue como doação da comunidade, conforme a necessidade de cada usuário.

Os pertences individuais foram guardados no bagageiro com horário de funcionamento das 6h às 9h e das 16h às 18h, havendo exceções conforme as necessidades dos usuários. As roupas de cama e banho (lençol, toalha, fronha, cobertor e edredom) foram fornecidas pelo serviço de acolhimento durante a permanência do usuário no serviço e, a higienização e troca, ocorreu uma vez na semana ou quando houve necessidade e, sempre que o usuário saía do acolhimento. A equipe utilizou instrumentais para controle dos itens ofertados.

A equipe de cuidadores realizou o acompanhamento dos acolhidos nas questões de saúde, e medicamentos e receitas médicas ficaram guardados na sala dos cuidadores, em pastas individualizadas. Foi elaborado instrumental para que os cuidadores pudessem lembrar os acolhidos sobre o uso das medicações nos horários corretos.

A equipe também realizou encaminhamentos para atendimentos na área de saúde, principalmente com os CAPS AD III Renascer e CAPS III Florescer, Comunidades Terapêuticas, UBS's, UPA's, Centro Odontológico, Pronto Atendimento, Secretaria de Saúde, AME, dentre outros. Realizou agendamentos de consultas e retornos médicos, agendamento de exames, repassando todas as informações para a agenda do motorista, para articular o transporte quando necessário. Os cuidadores também acompanharam acolhidos em consultas e exames, com prioridade para pessoas idosas e aqueles com a saúde debilitada.

Junto dos acolhidos, os profissionais desenvolveram atividades que os levaram à reflexão e prática da coletividade, bem como sobre a necessidade e importância da limpeza, organização e manutenção dos espaços de convivência (quartos, auditório, banheiros, lavanderia, refeitório e áreas livres), com enfoque maior sobre os cuidados necessários com a higiene e organização dos pertences pessoais e espaço de convivência. Os acolhidos foram orientados sobre a importância do banho, troca de roupa, corte de cabelo e unhas e, com relação aos debilitados, a equipe de apoio recebeu orientação da equipe técnica e dos orientadores, para auxiliar na realização de cuidados específicos, eventualmente necessários.

Após o acolhimento, o(a) acolhido(a) passou por atendimento pela Equipe Técnica, momento que apresentou suas demandas e contando sua trajetória de vida. Com o objetivo de prevenir situações de negligência, violência, rompimento de vínculos e restabelecer os laços familiares e/ou sociais, o serviço buscou referenciar e contra referenciar os usuários dentro da rede assistencial, articulando-a para construir a identificação com o próprio serviço de acolhimento, criando laços comunitários e favorecendo o sentimento de pertença de cada acolhido(a).

Durante o período de janeiro a julho foram realizados 1.395 atendimentos socioassistenciais individualizados pela equipe técnica, conforme registrado no Sistema GESUAS.

Abrigo Provisório	
Atendimento socioassistencial individualizado - 1º semestre de 2026	
Quantidade de atendimentos no semestre	1.395
Média de atendimentos mensal	232,5
Média de atendimentos semanais	58,1

Dentre os atendimentos foram realizados encaminhamentos para a rede intersetorial, como podemos observar através dos dados do sistema GESUAS:

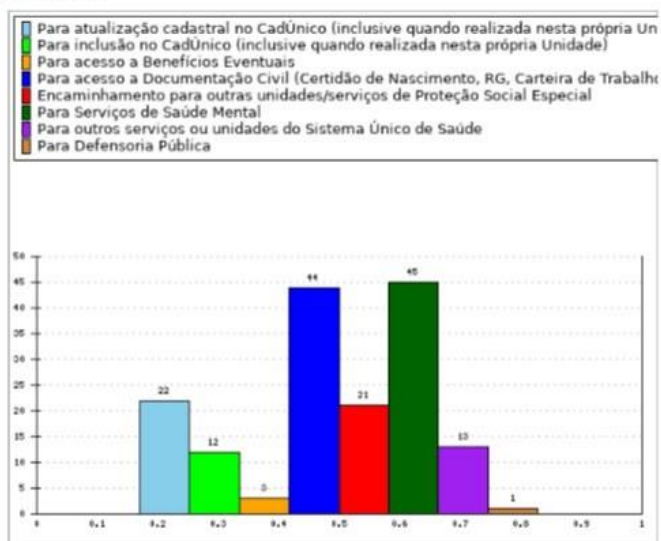
Período de referência: 01/01/2026 a 30/06/2026

Encaminhamentos Enviados e Recebidos

Volume de Encaminhamentos Enviados por Tipo

Encaminhamento	Total
Para atualização cadastral no CadÚnico (inclusive quando realizada nesta própria Unidade)	22
Para inclusão no CadÚnico (inclusive quando realizada nesta própria Unidade)	12
Para acesso a Benefícios Eventuais	3
Para acesso a Documentação Civil (Certidão de Nascimento, RG, Carteira de Trabalho, etc)	44
Encaminhamento para outras unidades/serviços de Proteção Social Especial	21
Para Serviços de Saúde Mental	45
Para outros serviços ou unidades do Sistema Único de Saúde	13
Para Defensoria Pública	1

Contagem (Enviados)



Neste semestre, recebemos 55 encaminhamentos da rede socioassistencial, conforme dados do GESUAS:

Prefeitura Municipal de Franca (SP)

Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias - Abrigo institucional AVENIDA DOM PEDRO I, Núm. 14.409-180, VILA GOSUEN



Encaminhamentos Recebidos

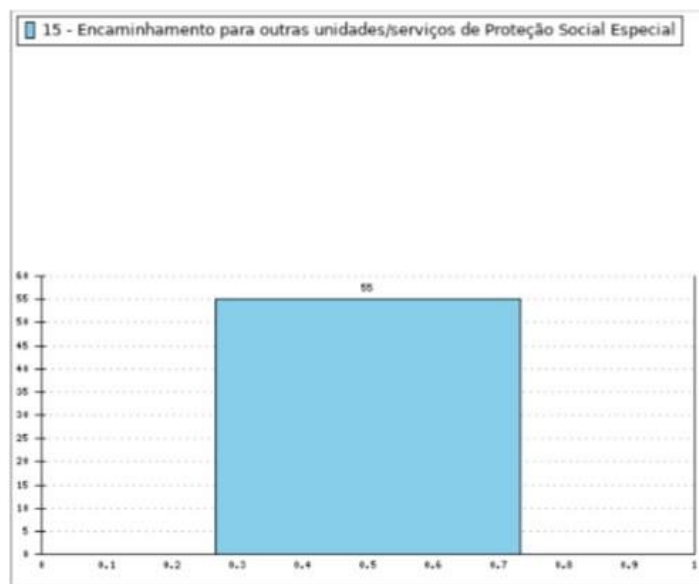
Período de referência: 01/01/2026 a 30/06/2026

Encaminhamentos Recebidos

Volume de Encaminhamentos recebidos por tipo

Encaminhamento	Total
15 - Encaminhamento para outras unidades/serviços de Proteção Social Especial	55

Contagem



Volume de Encaminhamentos recebidos de cada equipamento

Unidade	Total
CENTRO POP	7
CRAS NORDESTE	1
CRAS OESTE	1
PROJETO MORADIA PRIMEIRO	1
SERVIÇO ESPECIALIZADO EM ABORDAGEM SOCIAL - PASTORAL DO MENOR E FAMÍLIA DA DIOCESE DE FRANCA	37
Unidade Institucional de Acolhimento noturno/Casa de Passagem/PAR	8

Salientamos que a equipe técnica não registrou no sistema GESUAS os encaminhamentos realizados para a rede de saúde, constando apenas nas evoluções de casos.

Como protocolo no serviço, a equipe esclareceu sobre o acesso à rede de proteção social, com a conscientização do acolhido sobre os espaços na rede socioassistencial e seu direito a cada um deles, contribuindo para a redução da violação dos direitos, seus agravamentos e reincidências, garantindo também a segurança do apoio e auxílio diante dos riscos circunstanciais, através da oferta de benefícios eventuais e auxílios financeiros.

Tais ações foram feitas com base nos atendimentos com a equipe técnica (individuais e em grupo), onde foram identificadas as necessidades dos acolhidos, promovendo o acesso à rede socioassistencial e intersetorial. Foram agendados atendimentos no Cadastro Único, tanto para inserção quanto para recadastramento, bem como foram feitos encaminhamentos para programas e benefícios sociais.

Importante registrar que o Cadastro Único dos acolhidos é acompanhado diariamente pelo técnico do setor, para atualização, bem como para que os acolhidos não tenham benefícios sociais suspensos. O Serviço Social verificou quem foi acolhido e quem foi desacolhido, verificando imediatamente a situação cadastral, dentre outras demandas inerentes ao setor.

A equipe se mobilizou para articular com a rede assistencial e intersetorial no município para inclusão de usuários em outros serviços, como Acolhimento de Idosos, Residência Inclusiva, Residência Terapêutica, através da discussão de casos, avaliação da vontade do acolhido e disponibilidade de vagas. O acesso à rede intersetorial ocorreu através de encaminhamentos e articulações da equipe técnica, visando expedição de documentação civil, atendimentos junto à Defensoria Pública, Poder Judiciário, Polícia Civil, além de facilitar o acesso à saúde através do Consultório na Rua, CAPS AD III Renascer, CAPS Florescer, Centro Oftalmológico, UBS's, NGA, UPA's, Santa Casa, Pronto Socorro Municipal, AME e SAMU.

A articulação com a rede buscou viabilizar o acesso dos usuários acolhidos, com demandas variadas, desde segurança alimentar, saúde, moradia, educação, emprego e, conforme já registrado, houve mudança de perfil dos acolhidos, com muitas famílias, crianças, pessoas debilitadas, casos psiquiátricos, demandando inclusive novas formas de abordagem e articulação.

No que diz respeito às questões judiciais envolvendo os acolhidos, a equipe técnica providenciou atendimentos junto à Defensoria Pública, priorizando atendimento

presencial, além de contar com o apoio e orientação do Ministério Público Estadual, para resolver diversas questões, além de orientarmos os acolhidos com questões judiciais e sobre os procedimentos necessários junto ao Judiciário local.

O acompanhamento dos acolhidos foi feito pela equipe técnica, com a colaboração da equipe de apoio, oferecendo atendimento individual, familiar (quando possível e por telefone) e coletivo, determinando também o período de permanência no serviço, sobretudo auxiliando na criação de rotinas, estratégias e focando nas possibilidades individuais, para superação do abrigamento.

Vale ressaltar que, com a adoção do sistema informatizado GESUAS, os prontuários passaram a ser mantidos on-line, com acesso pela equipe técnica e coordenação do serviço.

Restou evidenciado o trabalho interdisciplinar e as práticas que fomentam o convívio social entre os acolhidos, com flexibilização nos horários de atendimento para os que estiveram trabalhando, ou que não estavam no serviço nos horários das refeições e/ou naqueles em que foram desenvolvidas as atividades individuais e de grupo.

A Psicologia proporcionou atendimento, gerando condições de expressão, diálogo e motivação para que o usuário pudesse expor suas necessidades, interesses e potencialidades, bem como para conhecer a história de cada acolhido. Atuou de forma complementar e articulada, com postura de respeito e não discriminatória, atendendo às diretrizes e princípios estabelecidos e pelo Código de Ética da Profissão e da Instituição. Visou focar o fortalecimento identitário e vínculos familiares dos acolhidos no intuito de organização da vida pessoal e profissional, para que os acolhidos voltem para família ou criem condições favoráveis para alugar um imóvel ou pensão para morar e manter suas despesas pessoais.

Teve como objetivo promover a reinserção social e comunitária, estimulando a criação de novos vínculos, promover o acesso à rede socioassistencial e órgãos de garantias de direitos, com vistas à inclusão produtiva e a novas perspectivas de convivências e ampliar as vivências em espaços familiares e comunitários. Mantemos o diálogo e a articulação constante com toda rede com intuito de facilitar e alinhar propostas de ações entre os envolvidos, para discutir os casos, informes e devolutivas sobre o andamento de cada usuário do serviço. Durante os atendimentos, foi realizada a escuta qualificada para entender a história de vida e proporcionar momentos oportunos

para qualificar os processos diários e a construção das normas de convivência e vínculos sociais e comunitários, momento que o usuário passa a entender que pode ser ouvido nas suas necessidades e especificidades.

A atenção e a escuta qualificada da psicologia, visaram incentivar reflexão, participação e fomentar nos acolhidos, a iniciativa para terem condições de organizar a vida pessoal e profissional e, nesse sentido, atuou de forma colaborativa para que todos os envolvidos fossem beneficiados. Buscou representar o amparo às condições de dignidade, reparação ou minimização de danos causados por violações e riscos, dentro do respeito à privacidade e garantia dos direitos e proteção integral, bem como observamos os costumes, tradições, ciclos de vida, arranjos familiares, raça, etnia, gênero e orientação sexual.

Foram realizados atendimentos de forma individual, em dupla e em grupo juntamente com outros profissionais como Assistente Social e Coordenação, com o intuito de promover oficinas reflexivas que incentivassem o autoconhecimento, a coletividade e o protagonismo nos espaços que ocupam.

O objetivo foi proporcionar aos acolhidos, sentimentos de conforto e amparo, com ambiente de suporte, respeito e empatia, bem como troca de experiências afetivas, permitindo que cada usuário olhasse para si mesmo, se reconhecendo e reinventando a maneira de se relacionar com o outro, proporcionando melhores condições para seu bem estar físico e emocional.

A equipe atuou na resolução de conflitos entre os acolhidos, participou de reuniões pontuais, assembleia geral, em conjunto com a coordenação. Realizaram encaminhamentos para serviços de saúde (UBS's, CAPS AD III Renascer e CAPS III Florescer, Pronto Socorro Municipal) além de realizarem atendimentos pontuais aos usuários, conforme demanda e elaboração de diversos relatórios psicossociais.

ATIVIDADES, REUNIÕES, FORMAÇÕES E CAPACITAÇÕES

Para datas comemorativas, a equipe do acolhimento se empenhou para que acontecesse de maneira participativa com as equipes de apoio, técnica e coordenação, valorizando os colaboradores e acolhidos, que participaram para adequar o local, com informações a respeito de cada data, incentivando os acolhidos para a decoração do espaço, com o acompanhamento das equipes.

Quanto ao acesso à rede de qualificação e requalificação profissional, com vistas à inclusão produtiva, somado a segurança de renda, a equipe técnica elaborou com os acolhidos currículos profissionais; promoveu semanalmente a atualização do mural de empregos; levou informações e orientações sobre cursos, busca de vagas em agências de emprego e no PAT (Posto de Atendimento ao Trabalhador), além de criar e-mails para quem ainda não tinha, a fim de que pudessem enviar currículos para as vagas desejadas.

Importante frisar que, atividades de lazer, esportes, música, filmes, oportunizaram momentos para os acolhidos trazerem informações importantes para construção de vínculos, conhecer as dores e as histórias não contadas nos atendimentos individuais, facilitando e enriquecendo o trabalho da equipe no que diz respeito ao processo de saída das ruas com dignidade e autonomia.

Foram realizadas assembleias, conduzidas pela coordenadora do serviço, havendo participação da maioria dos acolhidos, sendo importantes momentos de trocas, com a promoção da escuta, onde expressaram suas opiniões, ideias, angústias, anseios e até mesmo propor novas maneiras de realizar os atendimentos no serviço.

A Pastoral do Menor manteve parcerias com: UniFacef e Unifran, com os estágios dos estudantes de Psicologia; Uniube, com estágio de Serviço Social; Unesp, com estágio de Serviço Social e através do Grupo de Extensão GAPAF e NATRA com o Projeto “Hortas Urbanas”, que tem como objetivo revitalizar o espaço onde funcionou a horta do serviço de acolhimento, incentivando a participação dos acolhidos.

A sociedade civil foi responsável pela doação de vestuários como roupas masculinas, femininas, infantis, além de calçados, alguns móveis usados, cestas básicas, que possibilitaram atender acolhidos que se desligaram do serviço de acolhimento, após se organizarem com trabalho, aluguel social e benefícios sociais. O serviço de acolhimento atendeu também famílias da comunidade no entorno do Abrigo Provisório, que enxergam no serviço de acolhimento uma referência para sanar suas vulnerabilidades e apoio para articular e orientar sobre seus direitos.

As reuniões entre equipe técnica e coordenação, ocorreram semanalmente, com registro em livro próprio, se mostrando como momentos para discussões de casos, avaliação das rotinas e funcionamento dos serviços, para tecer novas formas de atuação, traçar estratégias de atendimentos e articulação, bem como para solucionar as demandas

trazidas pelos acolhidos. São momentos em que a equipe se fortalece, com trocas de vivências, expondo as evoluções dos casos e a coordenação, junto da equipe técnica, promove a escuta da equipe de apoio, objetivando avaliação das rotinas e de busca de novas estratégias de atuação, construção de instrumentais e orientações necessárias aos colaboradores.

A participação da equipe técnica nos espaços de discussão, articulação e troca de experiências contribuiu para a construção de novas maneiras de atuação da rede para casos de saúde dentro dos serviços, quando necessário acionar os serviços de assistência médica de urgência, visando o atendimento aos usuários dos serviços e encaminhamentos de saúde mais ágeis.

Quanto ao perfil atendido no Abrigo Provisório, verificou-se que a maioria dos(as) atendidos(as) é do sexo masculino, com base nos dados levantados através do sistema GESUAS.

Prefeitura Municipal de Franca (SP)

Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias - Abrigo institucional AVENIC PEDRO I, Número: 5549CEP: 14.409-180, VILA GOSUEN



Pessoas por Sexo biológico

Pessoas por Sexo biológico

Sexo biológico	Total
Masculino	229
Feminino	66

Em relação à faixa etária, é predominante o acolhimento de pessoas entre 30 e 59 anos, seguido de pessoas de 18 a 29 anos, como demonstram os dados do GESUAS:

Prefeitura Municipal de Franca (SP)

Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias - Abrigo institucional AVENIC PEDRO I, Número: 5549CEP: 14.409-180, VILA GOSUEN



Pessoas por Faixa Etária

Pessoas por Faixa Etária

Faixa Etária	Total
Pessoas de 0 a 3 anos	6
Pessoas de 4 a 6 anos	6
Pessoas de 7 a 11 anos	8
Pessoas de 12 a 13 anos	3
Pessoas de 14 a 17 anos	1
Pessoas de 18 a 29 anos	33
Pessoas de 30 a 59 anos	209
Pessoas idosas (com 60 anos ou mais)	29

Ainda através do GESUAS, foi possível realizar o levantamento da questão racial. A maioria dos(as) acolhidos(as) se autodeclararam da raça branca (113) e parda (113), seguido de preta, amarela e indígena.

Prefeitura Municipal de Franca (SP)

Serviço de Acolhimento Institucional para Adultos e Famílias - Abrigo institucional AVENIC
PEDRO I, Número: 5549CEP: 14.409-180, VILA GOSUEN



Pessoas por Raça

Pessoas por Raça

Raça	Total
Branca	113
Preta	43
Amarela	1
Parda	113
Indígena	0

Parte significativa dos(as) acolhidos(as) carrega histórico de doenças adquiridas em consequência da situação de rua ou potencializadas por ela, bem como pelo uso abusivo de substâncias. Nesse sentido, o serviço atendeu usuários que apresentavam demandas não somente relativas à política de Assistência Social, mas principalmente de Saúde, além de demandas relativas à Habitação, Educação, Emprego e Justiça.

Foram atendidas muitas pessoas com saúde mental comprometida, com transtornos diversos e histórico de internações psiquiátricas, depressão, ideação e tentativas de suicídio, além de doenças neurológicas, câncer, tuberculose (com aumento considerável) e outros em situação de convalescença. Neste semestre, 28 atendidos foram encaminhados ao Abrigo através dos equipamentos de saúde:

Abrigo Provisório - Encaminhamentos da saúde 1º semestre de 2026	
Mês de referência	Quantidade de acolhidos
Janeiro	06
Fevereiro	05
Março	10
Abril	01
Maio	04
Junho	02
TOTAL:	28

Abrigo Provisório - encaminhamentos da saúde	
1º Semestre de 2026	
Serviço	Quantidade de encaminhamentos
Santa Casa de Franca-SP	9
CAPS AD III Renascer	4
CAPS III Florescer	3
Hospital Allan Kardec	3
Hospital do Coração	2
Pronto Socorro Infantil	2
Santa Casa de São Joaquim da Barra-SP	2
Ambulatório de Saúde Mental	1
Consultório na Rua	1
UPA Aeroporto	1
TOTAL:	28

Importante registrar que, acolhidos com as características mencionadas, constituem público da assistência social, contudo, verificou-se que as demandas específicas que trazem consigo, não podem ser supridas pela equipe e/ou apenas pela atuação do serviço do Abrigo Provisório, em razão de suas complexidades, principalmente de saúde mental.

Outra característica importante do público atendido, é que a maioria é formada por pessoas que usufruem do serviço já há um longo período e, um dos principais fatores por se encontrarem em situação de rua, é a dependência química acentuada que, pela repetição de recaídas, as impede de se reorganizar no sentido de cuidados com a saúde (redução de danos), colocação no mercado de trabalho, recuperação de vínculo familiar e alcance de autonomia.

Com o fornecimento de passagem rodoviária, boa parte do público atendido com esse perfil, vem para Franca com o objetivo de conseguir trabalho, refazer suas vidas, inclusive latino americanos, com famílias, sendo necessário, além do benefício eventual de passagem, documentação, atendimento médico e medicação, elaboração de currículos, encaminhamento para escolas e/ou creches, articulação com serviços públicos voltados para refugiados, enfim, houve grande movimentação por parte dos colaboradores, para que o serviço fosse sempre o mais humanizado possível.

Esta realidade fez que parte significativa dos acolhidos utilizasse o serviço, por alguns períodos e, em outros, permanecesse em situação de rua, com várias passagens pelo serviço, caracterizando-os como “público atendido”. Muitos voltam com companheiros(as) e filhos que, até então, não haviam feito uso do serviço.

Alguns perfis específicos que permanecem acolhidos, estão relacionados à ausência de vagas em outros serviços da rede (Residências Inclusivas, Residências Terapêuticas, Casa Lar para Idosos, Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoa Idosa, além de leitos na saúde) e o direcionamento para os serviços adequados a cada perfil, diminuiria a sobrecarga e demanda reprimida por vagas no serviço de acolhimento, permitindo que fossem acolhidas pessoas que de fato estão em situação de rua, sem outros serviços que as acolham.

Ainda diante das dificuldades mencionadas, como resultados do trabalho, é importante considerar que alguns usuários romperam com a situação de rua e tiveram seus laços familiares e comunitários restabelecidos e/ou fortalecidos, e oportunidades de realizar tratamentos (tuberculose, transtornos psiquiátricos), ou por autonomia financeira.

A própria adesão ao serviço de acolhimento é resultado das ações da equipe e das articulações da rede, uma vez que o acolhido volta a se reconhecer enquanto indivíduo, agindo no sentido de se autopromover, com a possibilidade de se ver enquanto sujeito de direitos e reescrever sua história.

Como resultado, temos ainda a reorganização pessoal, quando se observa a ressignificação de processos como regularização de documentação pessoal, há muito tempo perdida, a construção de estratégias e projetos de vida que incluem o refletir sobre outras possibilidades, o resgate da autoestima e autocuidado, a reinserção na educação, no mercado de trabalho, além de outras conquistas, como a elaboração de currículos e participação em entrevistas de emprego.

Os resultados alcançados com as atividades que foram desenvolvidas no primeiro semestre de 2026, foram usuários que se encontram em constante processo de mudança, repensando a forma com que têm conduzido as próprias vidas. Consideramos que, embora aconteçam retrocessos, foram nítidos os avanços, sendo importante observar a realidade constituída por tantas determinantes diferentes quando se está em situação de rua.

3.1 INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

Ações realizadas no cotidiano

AÇÕES	INÍCIO/ FIM	CARGA HORÁRIA	PERIODICIDADE	RESPONSÁVEIS
Acolhimento e Ficha de Identificação	24 h do dia	24hs	Diária	Equipe de apoio (portaria e recepção).
Pernoite	Das 18h até 6h	24hs	Diária	Equipe de apoio (cuidadores e porteiros).
Alimentação	Café da manhã das 7h30 às 8h; Almoço das 11h30 às 12h30; Café da tarde das 15h às 15h30; Jantar às 18h; 19h e 20h, conforme chegada do usuário que estava no trabalho, escola, médico, etc.	5h ou mais por dia	Diária	Equipe de apoio (cozinheiras, auxiliares e cuidadores).
Atendimento individual e em grupo: - Psicologia	De 2ª, 3ª, 5ª e 6ª das 7h às 19h Às 4ª das 10h às 19h.	6h por dia por profissional	Dias úteis	Equipe Técnica (02 Psicólogos)
Atendimento individual e em grupo: - Serviço Social	De 2ª, 3ª, 5ª e 6ª das 7h às 13h15 Às 4ª das 10h às 19h.	6h por dia por profissional	Dias úteis	Equipe Técnica (02 Assistentes Sociais)
Prontuários individuais com registros diários no GESUAS	Conforme o atendimento da equipe técnica e de apoio	-	Diário	Equipe Técnica
Providências de documentação do público atendido	De 2ª, 3ª, 5ª e 6ª das 7h às 19h Às 4ª das 10h às 19h.	6h por dia por profissional	Dias úteis	Serviço Social
Atividade de convívio e organização da vida diária e vida prática	De 2ª, 4ª, 5ª das 13h15 às 17h15. De 3ª e 6ª das 7h15 às 11h15.	4h por dia	Dias úteis	Equipe de apoio

Encaminhamento monitorado para a rede de serviço local	De 2ª, 3ª, 5ª e 6ª das 7h às 19h Às 4ª das 10h às 19h.	30h semanais	Dias úteis	Equipe Técnica (serviço social e psicologia)
Inserção em projetos e programas de capacitação e preparação para o mercado de trabalho	De 2ª à 6ª das 7h às 19h	30h semanais	Dias úteis	Equipe Técnica (serviço social e psicologia)
Visitas: domiciliar (aos familiares), acompanhamento (usuário que se desligou do serviço)	Das 08h às 11h ou das 14h às 18h	Conforme demanda	Conforme demanda	Equipe Técnica e Coordenação (serviço social, psicologia e coordenadora)
Entrega de kit higiene pessoal e vestuário (fornecimento de roupas/calçados)	Kit higiene é entregue conforme demanda. Vestuário das 6h às 9h e 16h às 19h.	De acordo com a necessidade	Diariamente	Equipe de apoio (cuidadores)
Articulação com serviços de outras políticas públicas, setoriais e de defesa de direitos	De 2ª, 3ª, 4ª, 5ª e 6ª das 7h às 19h	30h semanais	Dias úteis	Equipe Técnica
Monitoramento e avaliação do caso de cada usuário atendido	Às 4ªs feiras das 13h às 16h e sempre que houver necessidade	-	Semanalmente	Equipes Técnica e Coordenação
Monitoramento e Avaliação do serviço	13h às 15h Dia da semana a ser escolhido	2h	Mensal	Coordenação, Administrativo, Equipe Técnica e Equipe de Apoio
Assembleia Geral	Das 13h às 15 h Das 18h às 19 h e 30 min.	1h30	Conforme a necessidade dos usuários e do serviço de acolhimento	Coordenação, Administrativo, Equipe de apoio, Equipe Técnica e Acolhidos
Oficinas reflexivas e grupos com os acolhidos	No período diurno	De 1h a 2h	Uma ou mais vezes na semana, conforme organização interna	Equipe Técnica com apoio de toda a equipe
Reunião entre as equipes Técnicas do Centro POP e Abrigo Provisório	Às quartas das 9h às 11h.	2 h	Mensal	Equipe Técnica e Coordenação e Técnica de Referência do Centro Pop

As ações executadas foram essenciais para o serviço de acolhimento, demonstrando as aquisições do período compreendido entre os meses de janeiro a junho, visando:

- Garantir a segurança de acolhida às pessoas usuárias do serviço com dignidade, preservação da identidade e integridade de cada um, acesso ao espaço com qualidade e higiene, acessibilidade, habitabilidade, salubridade, segurança e conforto, acesso à alimentação, ambiente acolhedor e privativo com relação à guarda de seus pertences.
- Garantir a segurança de convívio familiar, comunitário e social como descrito nas atividades acima, acesso aos benefícios, programas, serviços socioassistenciais e intersetoriais;
- Garantir o desenvolvimento da autonomia individual, familiar e social, através de endereço institucional como referência; vivências pautadas no respeito, justiça, cidadania; atividades que abordaram seus interesses, fazendo-os enxergar as possibilidades para reescreverem suas histórias; fomentar o desenvolvimento da autogestão, autossustentação e independência; respeito pelas opiniões, decisões; acesso à documentação civil; orientações sobre direitos e formas de acesso aos serviços; escuta de suas necessidades/demandas, interesses, possibilidades; desenvolvimento de capacidades para o autocuidado, construção de projetos de vida e autonomia; preparo para o desligamento do serviço como consequência de um processo de reorganização pessoal e reintegração na sociedade, acompanhado e direcionado para outros serviços quando necessário.

3.2 Impactos sociais atingidos

- Acesso aos serviços socioassistenciais, intersetoriais, reduzindo violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências, já que espontaneamente para os acolhidos apresentam dificuldades em acessar os serviços da rede.
- Restabelecimento dos vínculos familiares e comunitários, viabilizado pelo serviço de acolhimento, já que muitas vezes essa sociabilidade fica fragilizada com a vivência da situação de rua.
- Indivíduos e famílias protegidas, incluídas em serviços e com acesso a oportunidades, têm maiores possibilidades de romper com ciclo de violência, refletindo na redução do número de pessoas vivendo a miséria da situação de rua.

- Cumpre registrar o aumento de acolhimento de famílias com crianças, nos últimos quatro anos, seja por despejo, por desemprego, por violência doméstica, levando a equipe a lançar mão de novas formas de atendimento, abordagens e articulações, oferecendo apoio efetivo, para que as famílias conseguissem se reorganizar e reiniciar suas vidas.
- Houve aumento no número de acolhimento de pessoas com idade superior a 60 anos, com saúde precária, seja por anos de vivência de rua, ou por dependência química, além de diversos casos psiquiátricos, acessando o serviço, fazendo a equipe inovar sua maneira de atuar, para se adequar à realidade de cada acolhido, com suas especificidades e demandas crônicas de saúde, a maioria sem rede de apoio familiar.
- Aumento das solicitações de vagas pela Santa Casa no pós-alta hospitalar, casos que demandam avaliação dos cuidadores e atenção nos cuidados diários em saúde, viabilizando tratamento e recuperação da saúde.
- As parcerias com a rede de saúde foram importantes formas de acesso dos acolhidos, com destaque para o Consultório na Rua, CAPS AD III Renascer e CAPS III Florescer, Ambulatório de TB, CTA, Pronto Atendimento e a UBS do Santa Terezinha, que além de atender, orientou a equipe nas demandas de saúde atendidas no serviço de acolhimento.
- A equipe atuou junto aos usuários incentivando a qualificação profissional, com a reinserção no mercado de trabalho, além de promover o acesso a benefícios previdenciários e assistenciais, oportunizando perspectiva de vida, pois o trabalho quando desenvolvido de forma adequada, em condições de legalidade, garante minimamente a segurança de sua existência, tudo isso como parte da construção da autonomia.

Avaliou-se a qualidade do serviço ofertado pela observação das aquisições supracitadas, e como indicadores das ações executadas, utilizou o quanto segue:

- O acesso aos serviços da rede socioassistencial e intersetorial, principalmente da política de saúde.
- Os instrumentais utilizados para mensurar tais resultados foram fichas cadastrais, prontuários, relatórios (pernoite, refeições, atividades), encaminhamentos, atendimentos individuais (sociais, psicológicos e de terapia ocupacional), assembleias, grupos, caixas de sugestões e relatos informais e, registro no sistema GESUAS.

A qualidade do serviço também foi avaliada através da relação entre colaboradores e acolhidos, considerando a forma com que as ações foram executadas pela equipe e a adesão do público.

Para tanto, a coordenação investiu em capacitação profissional e reuniões sistemáticas dos colaboradores, promovendo diálogo com os integrantes da equipe e reuniões semanais com cada plantão (diurno e noturno) a fim de alinhar e sanar as dificuldades trazidas pela equipe de apoio, fomentando nas reuniões semanais da equipe técnica, para discussão de casos, intervenções, planejamentos, traçando estratégias de atuação, inclusive com orientações, direcionamentos da Diretora da Proteção Especial através de contato telefônico, do Monitoramento, quando se fez necessário, como importante apoio para alinhar procedimentos e estudar novas maneiras de atuação para facilitar a articulação da rede, e melhoria na qualidade do serviço.

Importante registrar que, a comunidade no entorno do serviço de acolhimento o viram como referência para suprir suas vulnerabilidades, com demandas diversas, inclusive para obter informações. As doações feitas pela sociedade civil, ajudaram a complementar as ações diárias internas, realizadas diretamente com os acolhidos, e nas ações externas abrangendo as pessoas que deixaram o acolhimento.

A parceria entre o Abrigo Provisório e a Equipe da Abordagem Social foi importante, já que o espaço do serviço de acolhimento foi utilizado para atender usuários que foram contemplados com o Programa Moradia Primeiro, além das articulações para atendimentos urgentes de pessoas em situação de rua, bem como para aqueles que perderam a condição de usuário do programa.

3.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS

Passando à reflexão acerca das dificuldades encontradas na execução do serviço, podemos destacar a existência de três grupos, conforme segue:

a - Dificuldades internas relacionadas à equipe

- ✓ Impotência dos colaboradores relacionados aos casos de saúde mental dos usuários que não aderem ao tratamento oferecido pelos CAPS AD III Renascer e CAPS III Florescer e, outros equipamentos de saúde, bem como pela falta de profissionais da área de saúde no espaço da instituição.

- ✓ Demanda maior de acolhimentos do que a meta cofinanciada, principalmente quando já estão preenchidas as 55 vagas e solicitam acolhimento para famílias com crianças e/ou demandas em saúde, assim como, falta de vagas e de estrutura para acolhimentos pós-alta-hospitalar.
- ✓ Quantidade insuficiente de profissionais para a portaria, o que faz com que cuidadores e motorista necessitem em alguns momentos, ou até mesmo quando ausentam de seus plantões, assumir as tarefas da portaria.
- ✓ Não há profissionais suficientes para acompanhar os acolhidos após o seu desligamento e para as visitas domiciliares.
- ✓ Dificuldades em reunir toda a equipe devido aos plantões 12x36, gerando banco de horas e/ou as pessoas possuem outro trabalho não havendo disponibilidade.

b - Dificuldades internas relacionadas ao espaço físico e equipamentos

O espaço físico do Abrigo Provisório continuou inadequado para a boa execução de serviço de acolhimento para transsexuais e pessoas que demandam cuidados em saúde, tais como; amputação de membros, diagnósticos de demência, Alzheimer, Parkinson dentre outros.

O espaço continuou precário, inadequado, necessitando de adaptações urgentes para atendimento dos diversos públicos, sendo em caráter de urgência a reforma geral. Houve melhoria apenas com pequenos reparos e pintura no prédio, porém não há recurso suficiente para reforma geral. A necessidade e solicitação por reforma é registrada há anos nos relatórios de atividades, mas ainda não houve êxito e, mais uma vez, salientamos que o espaço não atende ao disposto pela Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e pelas normas da Vigilância Sanitária. Dentre as dificuldades observadas, destacam-se:

- ✓ Os quartos masculinos são mal distribuídos internamente e pouco ventilados.
- ✓ Instalações elétricas antigas que exigem manutenções e reparos dispendiosos e, consequentemente, gastos acima do esperado pela executora do serviço;
- ✓ Importante ressaltar que, as instalações hidráulicas de forma geral, estão comprometidas, com a rede de esgoto sobrecarregada, inclusive com vazamentos que vem causando gastos elevados com água;

- ✓ Nas áreas externas dos dois imóveis, de uso comum, não há cobertura para proteger os acolhidos do frio, da chuva e calor intenso, limitando a execução de atividades em ocasiões de intempéries;
- ✓ Inexiste sala adequada para a verificação de pertences das pessoas que chegam no serviço de acolhimento.

c - Dificuldades relacionadas ao âmbito externo

- ✓ Demanda reprimida pelo Serviço de Acolhimento, que registrou entre janeiro e junho/2026, média de 2.870 solicitações de pessoas que ficaram na lista de espera do serviço aguardando vaga para acolhimento.
- ✓ Faltam instituições de acolhimento especializadas no município para atender casos específicos de saúde, como usuários com câncer em estágio terminal, convalescentes, tuberculose e doenças infectocontagiosas, amputações de membros, pacientes psiquiátricos graves, PCD (intelectual e cognitivo) e dependentes químicos severos, mulheres vítimas de violência doméstica, dentre outros, que na maioria das vezes são encaminhados para o Abrigo Provisório, por não terem para onde ir.
- ✓ Faltam Residências Terapêuticas conforme a Portaria nº 106/2000, do Ministério da Saúde, para atendimento de usuários que são pacientes psiquiátricos, que não contam com o apoio e/ou não têm família para acolher, e por este motivo são acolhidos no Abrigo Provisório, que não dispõe de equipe treinada para atender essa demanda; e muitos quando conseguem vaga nas residências terapêuticas desistem e retornam para os serviços;
- ✓ Faltam Serviços de Acolhimento em Repúblicas (Adultos e Jovens) que possibilitem o acolhimento de usuários com perfis que permitam a autogestão e gestão coletiva da moradia, proporcionando gradual autonomia e independência, fazendo com que pessoas nestas condições também ocupem vagas no serviço de acolhimento;
- ✓ Faltam Residências Inclusivas para atender usuários com deficiência que buscam o acolhimento e que não tem condições de se organizarem sozinhos, permanecendo no Abrigo Provisório;
- ✓ Faltam vagas em SAIPÍ's (Serviço de Acolhimento Institucional para Pessoas Idosas) para atender usuários com mais de 60 anos que buscam o acolhimento e que

não tem condições de se organizarem sozinhos, permanecendo no Abrigo Provisório;

- ✓ A impossibilidade de ampliar o quadro de Recursos Humanos de acordo com o que prevê a NOB-RH em razão do que consta no Edital e ao valor repassado, pois em razão do perfil acolhido, carece de mais atenção por parte da equipe de apoio em atividades diárias;
- ✓ Há dificuldade para acolher pessoas encaminhadas pela saúde, em especial aquelas vindas do Grupo Santa Casa de Franca, que normalmente são pessoas em período de recuperação física por inúmeros traumas, trazendo consigo evidências do perfil para tratamento de saúde, já que não têm autonomia para realizar o mínimo de atividade essencial diária, demandando cuidados específicos de saúde em um serviço específico de Assistência Social.

3.4 ALTERNATIVAS QUE PODERÃO SOLUCIONAR OU AMENIZAR AS DIFICULDADES

- ✓ Reformar o espaço físico do serviço (quartos, salas das equipes e espaços de uso comum, refeitório, auditório), a fim de reestruturar e atender as exigências das legislações vigentes, ABNT, Vigilância Sanitária e seguir as orientações da Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, pois toda a estrutura existe antes mesmo das legislações norteadoras;
- ✓ Construir critérios de atendimento e acompanhamento da população em situação de rua, a fim de melhorar o diálogo e direcionamento dos acolhidos e os serviços existentes;
- ✓ Ações intersetoriais das políticas públicas de saúde, assistência social e educação, que busquem conscientizar os acolhidos sobre os efeitos do uso abusivo de substâncias e o impacto social na saúde e na família;
- ✓ Firmar parceria com o setor da saúde, para que os acolhidos do serviço tenham prioridade no atendimento, em razão da vulnerabilidade que vivenciam, sem a exigência de acompanhante efetivo, em razão do número de colaboradores disponíveis. Necessário ainda que os serviços de saúde (CAPS e Consultório na Rua) se façam presentes dentro dos serviços, principalmente para os casos que

necessitam de tratamento em saúde mental, sem aderir, desgastando os colaboradores frente à impotência de atuação, além de correrem riscos de violência, em casos de possíveis surtos.

- ✓ Parceria com empresas, através de articulação do Poder Público, a fim de que vagas sejam disponibilizadas para a população em situação de rua, visando o processo de saída das ruas, mostrando para a sociedade que são sujeitos de direito e que necessitam do apoio de todos para sair da situação de vulnerabilidade em que se encontram, com a oferta de empregos e cursos de capacitação para o mercado de trabalho.

Recursos Humanos envolvidos: No que se refere aos recursos humanos envolvidos, tendo em vista as dificuldades internas relacionadas ao tema, é imprescindível que a equipe de apoio contemple profissionais para cobrir férias anuais, de acordo com respectivas atribuições e funções (cuidadores, portaria, serviços gerais), conforme previsto pela NOB-RH/SUAS.

3.5 - PARTICIPAÇÃO DOS (AS) ACOLHIDOS (AS) E FAMILIARES NO PLANEJAMENTO, EXECUÇÃO E AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Conforme tabela de atividades apresentada no item “Quadro das atividades executadas no período entre janeiro a junho de 2026”, os acolhidos foram envolvidos na execução diária das atividades, através dos grupos desenvolvidos e também individualmente, por meio da escuta de opiniões e sugestões quanto aos temas apresentados, de forma democrática para incentivá-los quanto ao exercício da participação nos espaços coletivos.

Embora seja fomentada a participação, a maioria dos acolhidos ficou alheia a algumas atividades rotineiras, sendo necessário a insistência da equipe para a participação nas atividades propostas.

É indiscutível a importância da participação das famílias, necessária para os processos de desligamento dos acolhidos e, principalmente, para o restabelecimento dos vínculos familiares, normalmente iniciando com contatos telefônicos e construção de estratégias de ação e acolhimento. O retorno à família raramente ocorre, por conta de

laços fragilizados e/ou rompidos, devidos ao histórico de dependência química, enfrentado pela maioria dos acolhidos.

Em diversos momentos o público foi resistente quanto à realização de contatos com seus familiares, relatando sentimento de impotência e vergonha quanto à condição de rua e dependência química, sendo que alguns relatam situações vivenciadas em suas famílias de violência, abusos e abandono.

Quando possível a retomada de vínculos, a equipe atua para que se fortaleça a relação entre serviço, acolhido e família, já que isso possibilita a reconstrução dos vínculos. Cada caso é avaliado pela equipe para não haver ruptura de vínculo com os acolhidos, atuando no sentido de que façam novos contatos, sendo essa uma metodologia utilizada há anos pelo serviço de acolhimento.

Em razão da instabilidade e inconstância da permanência do público atendido no serviço, há dificuldade na execução de atividades de longa duração com os acolhidos, até mesmo para estabelecer rotina diária de autocuidado, somado à rotatividade das pessoas atendidas, principalmente em razão de dependência química, mas ainda assim, a equipe organiza atividades dentro das realidades apresentadas.

3.6 ARTICULAÇÕES E ENCAMINHAMENTOS DA EQUIPE TÉCNICA COM A REDE SOCIOASSISTENCIAL E INTERSETORIAL

A equipe fez articulações com as unidades de serviço de saúde, mais efetivamente com o CAPS AD III Renascer, CAPS III Florescer, Centro Oftalmológico, Consultório na Rua e Centro Pop, Ministério Público, Defensoria Pública e Sociedade Civil, Secretaria de Educação, Secretaria de Desenvolvimento, buscando parcerias, encaminhamentos para as demandas trazidas pelos acolhidos, a fim de que os danos causados pela vida nas ruas fossem minimizados ou até mesmo, superados.

Quanto aos encaminhamentos que foram realizados, atenderam às necessidades individuais, sejam elas na área da saúde com o Consultório na Rua, Grupo Santa Casa (Santa Casa, Hospital do Câncer e Hospital do Coração), UBS (principalmente do Bairro Santa Terezinha), UPA's, NGA, AME, Pronto Socorro Municipal, Centro Oftalmológico; na área social com os CREAS, CRAS, Centro Pop, Cadastro Único, Residências Inclusivas, Abordagem Social, Acolhimento Institucional Noturno e Casa de Passagem, SAIPI; na área jurídica foi importante a parceria com a Defensoria

Pública, que auxiliou os usuários encaminhados, realizando atendimento online, em equipamentos disponibilizados pelo serviço de acolhimento.

Como o serviço é referenciado ao Centro POP, as equipes técnicas dos serviços que atuaram com a população de rua se reuniram, a fim de determinar conjuntamente o formato de referenciamento e a articulação entre os serviços. Além disso, já é prática a articulação diária através de ligações telefônicas, WhatsApp e e-mail, realizando intervenções, mediando e propondo melhores condições de atendimento, a partir do conhecimento mútuo entre realidades de serviços e o encaminhamento de usuários de um serviço para o outro.

A articulação com a política de saúde através da UBS Santa Teresinha, Hospital do Coração e do Câncer, SAMU, UPA's, Consultório na Rua, Pronto Socorro Municipal, Grupo Santa Casa, CAPS AD III Renascer, CAPS III Florescer, NGA 16, Centro Oftalmológico, AME, Secretaria da Saúde, possibilitou zelar pela qualidade de vida dos usuários, apesar de todas as dificuldades encontradas como falta de documentação e histórico médico, falta de contato com familiares, falta de adesão ao tratamento, dentre outros.

Continuou atuante a parceria que o serviço tem com uma Ótica da cidade, visando fornecimento de óculos para os usuários. Cumpre registrar ainda, a importante parceria firmada entre o serviço de acolhimento e o Ministério Público, para orientação, informação sobre demandas judiciais dos usuários e articular com os Promotores de Justiça das áreas da Saúde, Direitos Humanos, Pessoa Idosa com o objetivo de garantir direitos das pessoas em situação de rua acolhidas pelo Abrigo Provisório.

A Equipe Técnica participou de reuniões e articulações intersetoriais junto ao Fórum da População de Rua, Rede Pop Rua, Reunião Intersetorial, com discussão de casos entre os serviços que atende a população em situação de rua, participação na subcomissão da RAPS, sendo Comissão de Urgência e Emergência, Comissão Álcool e Drogas, no Fortsuas-RF e Conselho Municipal de Assistência Social.

4. SÍNTESE DO QUADRO AVALIATIVO:

No que diz respeito ao público alvo, a equipe atuou visando a redução de danos, que é um dos objetivos principais do acolhimento. Muitos acolhidos conseguem trabalho, alugam casa, e outros, por motivos diversos, retornam para o acolhimento.

Importante frisar que a maioria do público atendido é dependente químico e, sem adesão ao tratamento junto ao CAPS, que poderia minimizar o consumo e/ou efeitos das substâncias psicoativas e álcool, acaba voltando para as ruas e para o serviço de acolhimento.

Notamos que nos últimos anos, houve um aumento de pessoas vindas de cidades vizinhas, com o objetivo de pleitear benefícios sociais, com o crescente número de pessoas em situação de rua, muitas sem objetivos, demandando atendimento social, de saúde e de outras políticas públicas.

Objetivos	Atividades realizadas	Meta atingida	Resultados Alcançados
1-Ofertar acolhimento provisório e/ou passagem rodoviária a PSR	Atendimento técnico diário para conhecer demandas dos usuários com perfil de Abrigo Provisório e fornecimento de passagem diárias para itinerantes.	Ações cotidianas reorganizadas junto aos usuários, com noções de higiene pessoal e dos pertences dos usuários, bem como noções sobre a convivência entre os acolhidos.	Acolhidos integrados e conscientes sobre suas próprias capacidades de organização e ajuda mútua.
2-Reinserção social e comunitária para restabelecimento e/ou criação de novos vínculos	Atividades externas e internas, como academia ao ar livre e atividades em grupo supervisionadas, atividades voltadas para o mercado de trabalho, sessão cinema, rodas de conversa com a equipe e com estagiários de universidades parceiras.	Dentro da realidade vivenciada pelos acolhidos nas ruas, as metas são instáveis, mas não inatingíveis, variáveis, sendo necessário retomar a atividade em razão de recaídas dos acolhidos. Elaboração de currículos, independente de atividade formal já realizada, bem como criou e-mails para acolhidos, explicando sobre a importância de inserção no mundo digital.	Acolhidos retomaram vínculos familiares através de contatos via WhatsApp, Facebook, após inserção no mundo digital, facilitando o restabelecimento de vínculos familiares. Vagas de emprego e entrevistas para trabalho foram preenchidas, após acolhidos conseguirem manipular equipamentos de informática e celulares, quando o acolhido dispunha do equipamento e, quando não, o serviço disponibilizou notebook e celular.
3-Realização de atividades de autocuidado, fomentando nos usuários o desejo de buscar independência e autonomia	-Rodas de conversa sobre limpeza dos quartos, das áreas comuns e higienização dos pertences; -Oficina de beleza e Confecção de bijuterias pelas acolhidas, com materiais disponibilizados pelo serviço	Boa adesão por maior parte dos acolhidos e, embora nem todos permaneçam nas atividades até o final, aqueles que conseguem, relatam os ganhos e a visualização de que podem fazer algo diferente em suas vidas, com as atividades executadas.	Acolhidos aptos a se enxergarem como pessoas com potenciais, que são capazes de aprender coisas novas e que podem conquistar dignidade para suas vidas.

4-Promoção e incentivo à cultura, lazer, esportes e ocupações internas e externas, de acordo com interesses, vivências e possibilidades os acolhidos	Rodas de conversa com equipe técnica, bem como com grupos de estagiários de psicologia, que atuam com dinâmicas de grupo	Os acolhidos participam, ainda que não seja na totalidade, mas trazem com devolutiva aquisição de novas formas de pensar possibilidades de atuação em suas vidas, com o apoio do serviço, a fim de que tenham de volta sua dignidade.	Acolhidos buscando novas maneiras de atuação em suas vidas, principalmente com relação à saúde e dependência química, sentindo-se empoderados e capazes de optar por não voltar para as ruas.
5-Estimular desenvolvimento de aptidões, capacidades e oportunidades para atuação e fortalecimento dos acolhidos para reescreverem suas histórias.	-Nas diversas oficinas ofertadas para os acolhidos, a equipe direciona perguntas a fim de captar demandas ocultas nos atendimentos individuais, sendo este importante canal de escuta; -Através de jogos dirigidos procurou despertar a sensibilidade, criatividade e criticidade, visando maior convivência e estreitamento de vínculos, regras, memorização, coordenação motora, sequência, estratégias, entre outros, relacionando com a vida de cada um.	Acolhidos engajados na busca de solução das demandas trazidas, participando e sendo estimulados a pensar quais os melhores caminhos para o êxito.	Acolhidos com mais autonomia e disposição para buscar possibilidades fora das ruas.
6-Promover o acesso à rede socioassistencial, órgãos de garantia de direitos e demais políticas públicas, bem como à rede de qualificação profissional, visando inclusão produtiva e novas perspectivas de convivência.	Agendamentos de atendimentos junto ao Cadastro Único, Defensoria Pública, Poder Judiciário, CRAS, CREAS, Centro Pop.	Não há 100% de adesão, em razão da rotatividade dos acolhidos, em sua maioria dependentes químicos, mas incansavelmente as atividades são propostas e realizadas a fim de que o acolhido tenha a oferta do que for necessário para que tenha de volta sua vida fora do acolhimento institucional.	Acolhidos conseguindo planejar sua vida fora do acolhimento, conseguindo administrar o benefício recebido, visualizando as possibilidades de retomada social, principalmente junto à família.

5. RECURSOS HUMANOS (ABRIGO PROVISÓRIO / PONTO DE APOIO DA RUA E ACOLHIMENTO NOTURNO E CASA DE PASSAGEM

31. Indique o nome, data de nascimento, CPF, RG, e-mail, sexo, escolaridade, profissão, vínculo, função e carga horária de cada membro da equipe:

Nº	Nome completo	DN	S	CPF/ CIN	Dados do RG			E-mail	INFORMAÇÕES SOBRE O PROFISSIONAL (preencher com o número da legenda e com a nomenclatura correspondente, conforme exemplo)					Início do Exercício Função (DD/MM/AA)	Data de desligamento da Função (DD/MM/AA)
					N	Emissor	UF		Escolaridade	Profissão (Quando se tratar da opção "Outro profissional de nível superior", favor identificar qual a formação acadêmica do profissional)	Vínculo	Função (Quando se tratar da opção "Outros", favor identificar qual a função executada pelo profissional)	CH Semanal		
1	Adair Moreira da Silva	01/03/1965	F	083.37 9.108- 79	16766 3550	SSP	S P	vieiragrazielly 2@gmail.co m	Ensino Médio Completo	Profissio nal de Nível Fundame ntal	Empregad o Público Celetista - CLT	Auxiliar de Cozinha	12x36	23/10/ 2025	
2	Alyne Cristina Perini dos Santos Oliveira	18/06/1981	F	324.91 0.058- 75	19851 2375	SSP	S P	alyneperini@ gmail.com	Ensino Médio Completo	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Cuidador Noturno	12x36	01/07/ 2025	
3	Anaelton Oliveira Silva	09/03/1998	M	473.23 8.068- 95	54381 595X	SSP	S P	Anaeltonolive ira99@gmail. com	Ensino Médio Completo	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Porteiro Noturno	12x36	01/07/ 2025	
4	Andresa Aparecida Barbosa de Oliveira	18/02/1983	F	319.40 7.708- 23	33462 1598	SSP	S P	dresay1983@ gmail.com	Ensino Médio Completo	Profissio nal de Nível Fundame ntal	Empregad o Público Celetista - CLT	Auxiliar de Cozinha	12x36	01/07/ 2025	
5	Andressa Galante Caetano	20/08/1980	F	327.75 7.988- 37	33237 399X	SSP	S P	andressagala nte2028@gm ail.com	Ensino Médico Completo	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Cuidador Diurno	12x36	18/12/ 2025	
6	Arnaldo de Paula Leme	10/08/1959	M	020.60 9.388- 80	14191 7076	SSP	S P	arnaldodepa ualeme@gm ail.com	Ensino Fundamenta l Incompleta	Profissio nal de Nível Fundame ntal	Empregad o Público Celetista - CLT	Ajudante Geral	44 horas	01/07/ 2025	14/03/2026
7	Audria Silvia Santos Moscardini	10/03/1978	F	277.14 9.538- 45	28756 3649	SSP	S P	audria963@g mail.com	Ensino Superior Incompleto	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Cuidador Diurno	12x36	01/07/ 2025	
8	Daiane Gristina Portela Guliete	30/12/1987	F	353.63 0.118- 59	45.82 6.234 -1	SSP	S P	dc692574@g mail.com	Ensino Médio Completo	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Educador Social	44 horas	01/07/ 2025	Afastada INSS
9	Davi Ribeiro Cardoso	11/09/1990	M	378.84 2.738- 88	47505 782X	SSP	S P	davi_drc2@h otmail.com	Ensino Médio Completo	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Porteiro Noturno	12x36	01/07/ 2025	
10	Edemilson de Sousa Custodio	01/10/1975	M	177.95 4.568- 12	25645 0778	SSP	S P	Edemilson.el etro@gmail.c om	Superior Incompleto	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Cuidador Noturno	12x36	01/07/ 2025	

11	Eduardo Junior Diogo Coelho	15/01/1996	M	427.53 4.008-65	45516 941	SSP	S P	eduardodiog o891@gmail. com	Ensino Médio Completo	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Cuidador Diurno	12x36	01/07/ 2025	08/01/2026
12	Eduardo Rosa dos Santos	08/01/1991	M	391.78 6.618-89	47104 4982	SSP	S P	erosa7053@ gmail.com	Pós Graduação Completa	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Cuidador Noturno	12x36	01/07/ 2025	
13	Erica Santos de Oliveira	02/08/1985	F	332.64 3.458-89	45663 495	SSP	S P	santasvaried ades@gmail. com	Ensino Médio Completo	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Cuidador Noturno	12x36	01/07/ 2025	
14	Frederico Nair Martins Alves	13/01/1997	M	143.01 2.646-98	19338 313	SSP	M G	fredericomart ins137@gma il.com	Ensino Superior Incompleto	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Cuidador Noturno	12x36	01/07/ 2025	
15	Gabriel Rodrigues	24/12/1996	M	441.99 7.618-70	55349 966	SSP	S P	gabriel.r25.gr @gmail.com	Ensino Fundamenta l Incompleto	Profissio nal de Nível Fundame ntal	Empregad o Público Celetista - CLT	Motorista	44 horas	03/10/ 2025	29/06/2026
16	Gustavo Schizari Ferreira	04/08/1970		138.51 9.598-33	19405 7707	SSP	S P	gustavosc68 490@gmail.c om	Ensino Médio Completo	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Cuidador Diruno	12x36	04/03/ 2026	
17	Heitor Eduardo dos Santos Barbosa	04/02/2004	M	462.02 4.078-83	57061 9749	SSP	S P	heitor2004ed uardo@gmail .com	Ensino Médio Completo	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Educador Social	44 horas	08/04/ 2026	
18	Hélio Vicente Pimenta	28/12/1961	M	040.22 7.868-25	15574 6406	SSP	S P	heliopimenta 156@gmail.c om	Ensino Médio Incompleto	Profissio nal de Nível Fundame ntal	Empregad o Público Celetista - CLT	Ajudante Geral	12x36	01/07/ 2025	
19	Jacqueline Gonçalves de Souza Morais	08/01/1984	F	040.22 7.868-25	15574 6406	SSP	S P	Jacquigonca lvesmorais@ gmail.com	Ensino Médio Completo	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Cuidador Diurno	12x36	01/07/ 2025	
20	Jean Carlos da Silva	04/09/1988	M	351.62 1.098-27	44611 9672	SSP	S P	jean.carlos02 1@hotmail.c om	Superior Completo	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Educador Social	44h	09/03/ 2026	07/04/2026
21	José Aparecido de Paula	08/12/1959	M	045.61 3.158-29	11637 545	SSP	S P	joseapaula59 @gmail.com	Superior Completo	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Cuidador Diurno	12x36	11/12/ 2025	
22	José Luis da Conceição	21/10/1977	M	275.80 7.758-24	28125 5532	SSP	S P	jldaconceicao 48@gmail.co m	Superior Incompleto	Profissio nal de Nível Fundame ntal	Empregad o Público Celetista - CLT	Auxiliar Operacional	44 horas	13/03/ 2026	
23	Lauani Caetano de Lima	03/09/1997	F	437.17 5.048-60	437.1 75.04 8-60	SSP	S P	lauanicaetan o@gmail.co m	Superior Completo	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Auxiliar Administrativ o	44 horas	01/07/ 2025	
24	Leonardo de Paula Figueiredo	26/06/1996	M	441.20 5.668-62	45899 3025	SSP	S P	leopfigueired o23@gmail.c om	Pós Graduação Incompleta	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Psicologo	30 horas	22/07/ 2025	
25	Leonardo de Souza Silva	12/01/1987	M	364.49 0.768-44	45656 1638	SSP	S P	leossouza87 @gmail.com	Superior Incompleto	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Porteiro Noturno	12x36	01/07/ 2025	
26	Lívio Edson Freitas e Matrangolo	30/01/1985	M	327.83 1.858-73	40628 8082	SSP	S P	livioassa@g mail.com	Superior Incompleto	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Cuidador Noturno	12x36	01/07/ 2025	27/02/2026
27	Luciana Aparecida de Souza	19/09/1979	F	216.83 2.068-35	36205 6596	SSP	S P	luluaparecida 506@gmail.c om	Ensino Médio Incompleto	Profissio nal de Nível	Empregad o Público Celetista - CLT	Auxiliar Operacional	12x36	21/01/ 2026	

										Fundame ntal					
28	Luciano Sousa Malta	19/10/1991	M	029.18 4.431- 66	20545 860	SSP	S P	lucianosousa yasmin2016 @gmail.com	Superior Incompleto	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Cuidador Diurno	12x36	07/10/ 2025	10/02/2026
29	Lucineia Aparecida Conde	17/03/1976	F	183.32 5.858- 48	26148 8788	SSP	S P	Lucineiacond e17@gmail.c om	Ensino Médio Completo	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Cozinheira	12x36	01/07/ 2025	
30	Luis Felipe Cândido Costa	10/05/1996	M	439.38 7.758- 66	52194 6931	SSP	S P	luis100ufc@h otmail.com	Ensino Médio Completo	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Educador Social	44 horas	14/01/ 2026	
31	Magda Batista da Silva	14/04/1975	F	186.56 3.228- 77	25448 390	SSP	S P	magdabatista dasilva14@g mail.com	Pós Graduação Completa	Profissio nal de Nível Superior	Empregad o Público Celetista - CLT	Psicologo	30 horas	01/07/ 2025	
32	Maria Genaria de Souza Avelar	14/03/1969	F	122.45 7.058- 82	22109 597	SSP	S P	genariaavelar 158@gmail.c om	Ensino Fundamenta l Completo	Profissio nal de Nível Fundame ntal	Empregad o Público Celetista - CLT	Auxiliar de Cozinha	12x36	01/07/ 2025	
33	Maria Inacia Garcia Silva	12/04/1970	F	299.36 0.838- 06	22972 018	SSP	S P	inacia120419 70@gmail.co m	Ensino Fundamenta l Incompleto	Profissio nal de Nível Fundame ntal	Empregad o Público Celetista - CLT	Cozinheira	12x36	03/07/ 2025	
34	Maria Messias Gomes Rosa	07/06/1967	F	141.94 2.598- 66	30900 2679	SSP	S P	Mariamessia sgome@gma il.com	Ensino Fundamenta l Incompleto	Profissio nal de Nível Fundame ntal	Empregad o Público Celetista - CLT	Cozinheira	12x36	02/07/ 2025	
35	Pedro Henrique de Souza Theodoro	23/05/1987	M	345.19 2.718- 78	32824 7765	SSP	S P	pedrinhotryp ac@gmail.co m	Ensino Superior Incompleto	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Cuidador Noturno	12x36	01/07/ 2025	18/02/2026
36	Peterson Meneghetti Ferreira	14/07/1985	M	344.73 6.278- 29	40348 022X	SSP	S P	petsensurado petsensurado @gmail.com	Ensino Médio Completo	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Porteiro Noturno	12x36	01/07/ 2025	
37	Rafael Vinicius da Cunha Silva	23/11/1993	M	389.11 9.418- 83	49167 8459	SSP	S P	rafael.77.vini cius@gmail.c om	Superior Completo	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Auxiliar de Administrativ o	44 horas	01/07/ 2025	
38	Regina Celia Braulio	25/05/1969	F	098.84 6.158- 70	22898 9097	SSP	S P	reginabraulio 3@gmail.co m	Ensino Médio Incompleto	Profissio nal de Nível Fundame ntal	Empregad o Público Celetista - CLT	Auxiliar de Cozinha	12x36	02/10/ 2024	
39	Roberta Martins Rezende	04/03/1972	F	141.52 1.048- 99	22110 1780	SSP	S P	martinsrezen de.roberta@ gmail.com	Ensino Fundamenta l Completo	Profissio nal de Nível Fundame ntal	Empregad o Público Celetista - CLT	Auxiliar de Cozinha	12x36	20/03/ 2026	03/04/2026
40	Roberta Muniz Piotto de Oliveira	14/05/1968	F	117.80 6.128- 00	1,178 E+10	SSP	S P	betapiotto@h otmail.com	Pós Graduação Completa	Profissio nal de Nível Superior	Empregad o Público Celetista - CLT	Assistente Social	30 horas	22/09/ 2025	
41	Rodrigo de Oliveira Ferreira	24/11/1997	M	438.87 9.418- 02	55231 583	SSP	S P	rodrigooliver2 497@gmail.c om	Superior Completo	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Cuidador Noturno	12x36	02/03/ 2026	
42	Rogério Fernandes Cardoso	12/07/1984	M	226.56 9.988- 83	40433 0320	SSP	S P	rogerio44214 4@hotmail.c om	Ensino Médio Incompleto	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Porteiro Noturno	12x36	01/07/ 2025	
43	Rosana Alves Gonçalves de Melo	04/10/1977	F	289.80 1.738- 81	34757 1633	SSP	S P	rosanaagde melo@gmail. com	Ensino Superior Completo	Profissio nal de	Empregad o Público Celetista - CLT	Assistente Social	30 horas	01/07/ 2025	

										Nível Superior					
44	Rubiana Ingrid Izaia Silva	11/06/1996	F	401.12 6.388-56		SSP	S P	rubianaingrid50@gmail.com	Ensino Superior Completo	Profissio nal de Nível Superior	Empregad o Público Celetista - CLT	Assistente Social	30 horas	25/07/ 2025	08/01/2026
45	Sandra Juliana Fernandes Melauro Silva	14/02/1986	F	341.23 5.028-14	41249 888	SSP	S P	Julianairyswilian@gmail.com	Ensino Médio Completo	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Cuidador Diurno	12x36	01/07/ 2025	
46	Silvia Helena Gonçalves Stefani	21/04/1959	F	035.53 6.898-62	13833 783	SSP	S P	Silvia.hgstefani21@gmail.com	Ensino Superior Completo	Profissio nal de Nível Superior	Empregad o Público Celetista - CLT	Coordenado ra Administrativa	44 horas	08/09/ 2025	
47	Suellen de Moura Souza	20/04/1990	F	386.10 2.048-39	47569 7327	SSP	S P	su_h_demoura@hotmail.com	Ensino Médio Completo	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Auxiliar Administrativo	44 horas	23/02/ 2026	15/05/2026
48	Sueli Costa de Oliveira	30/06/1973	F	325.72 8.748-81	33424 3919	SSP	S P	scostaoliveira037@gmail.com	Ensino Fundamental Incompleto	Profissio nal de Nível Fundamental	Empregad o Público Celetista - CLT	Ajudante Geral	12x36	01/07/ 2025	
49	Vanessa Ferreira Araújo	17/11/1999	F	390.34 0.568-05	55349 790X	SSP	S P	vanessaferreira050966@gmail.com	Pós-Graduada	Profissio nal de Nível Superior	Empregad o Público Celetista - CLT	Assistente Social	30 horas	01/07/ 2025	
50	Victor Hugo Aguiar	18/06/2004	M	470.46 2.648-21	57577 2931	SSP	S P	Aguiarvzn11@gmail.com	Ensino Médio Completo	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Cuidador Diurno	12x36	23/07/ 2025	
51	Vitor Queiroz de Souza	17/11/1999	M	419.27 9.448-99	55231 918	SSP	S P	vitorqueiroz1711@gmail.com	Ensino Superior Completo	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Educador Social	44 horas	01/07/ 2025	28/02/2026
52	Waleska Orsini Andrade Kokura	06/06/1980	F	291.75 5.728-18	29667 3079	SSP	S P	waleska.orsini@gmail.com	Pós Graduação Completa	Profissio nal de Nível Superior	Empregad o Público Celetista - CLT	Coordenado ra Administrativa	44 horas	01/07/ 2025	
53	Wellington Luiz da Silva	26/03/1973	M	173.55 9.018-50	24448 774-2	SSP	S P	wellingtonluizsdd@gmail.com	Ensino Médio Completo	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Cuidador Noturno	12x36	14/02/ 2026	24/06/2026
54	Wilton Wesley Garcia Tavares	20/03/1990	M	396.54 2.238-30	46372 2024	SSP	S P	wiltonwesley6@gmail.com	Ensino Médio Completo	Profissio nal de Nível Médio	Empregad o Público Celetista - CLT	Cuidador Diurno	12x36	01/07/ 2025	

6. AQUISIÇÕES USUÁRIOS

Aquisições do Usuário/Família após inclusão no Serviço*	Quantidade
Acesso à convivência comunitária	295
Fortalecimento de vínculos familiares	
Acesso à renda (BPC, benefícios de transferência de renda, etc)	
Conhecimento sobre seus direitos	295
Maior autonomia para as atividades diárias	
Ampliação da rede de apoio	
Rompimento de situações de violência/negligência	
Acesso à Rede SUAS (CRAS, CREAS, Cadastro Único e demais serviços)	295
Acesso aos serviços da Rede Intersetorial (Saúde, Educação, etc)	295
Redução da sobrecarga familiar	
Melhores condições de vida (alimentação, cuidados diários, proteção)	295
Desenvolvimento de habilidades e potencialidades	
Ampliação do universo informacional e cultural	

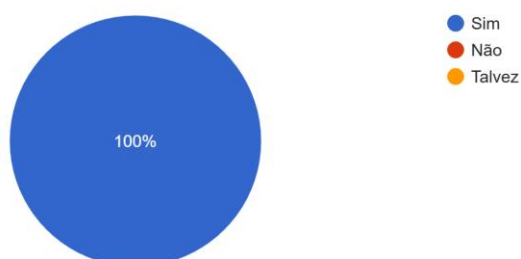
Ampliação da participação social durante as atividades e demais espaços	
Prevenção de agravos após a inclusão no serviço	295
Prevenção à institucionalização	

***Permite mais de 1 resposta.**

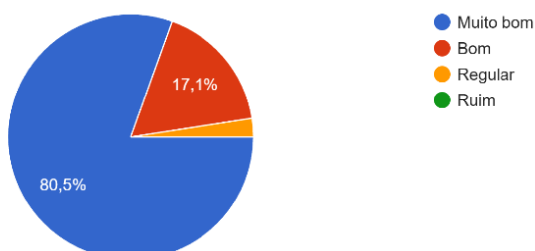
PESQUISA DE SATISFAÇÃO

A pesquisa de satisfação foi realizada através de um questionário elaborado pela coordenação e aplicado no dia 30/06/2026, onde os acolhidos possuem liberdade de expressão ao responder às questões abertas e fechadas. Havendo as seguintes respostas entre os acolhidos entrevistados:

1 - Você se sente bem acolhido no Abrigo Provisório?
40 respostas

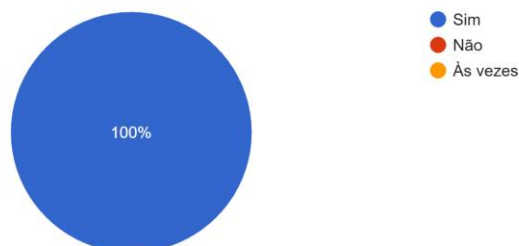


2 - Como você avalia o atendimento da equipe do Abrigo Provisório?
41 respostas



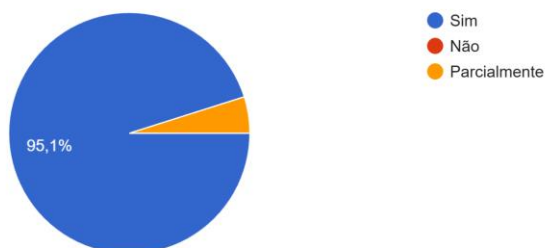
3 - Você se sente respeitado pela equipe do Abrigo Provisório?

41 respostas



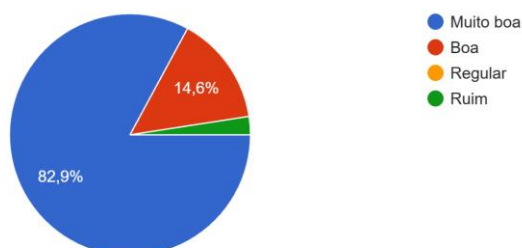
4 - A alimentação oferecida atende as suas necessidades?

41 respostas



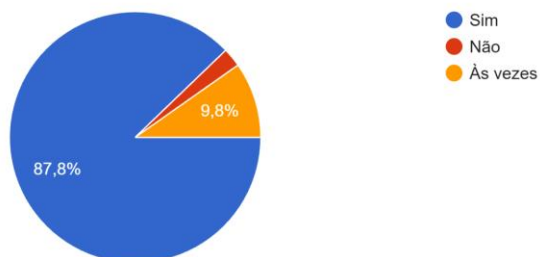
5 - Como você avalia a limpeza e organização do Abrigo Provisório?

41 respostas



6 - Você se sente seguro (a) no Abrigo Provisório?

41 respostas



FOTOS DE ATIVIDADES



06/01/2026 - Reunião intersetorial



07/01/2026 - Oficina Janeiro Branco



07/01/2026 - Oficina Janeiro Branco



14/01/2026 - Passeio no SESC



15/01/2026 - Roda de conversa com o tema: Metas para 2026



03/02/2026 - Reunião Intersetorial



11/02/2026 - Oficina de Máscaras



12/02/2026 - Comemoração Carnaval



06/03/2026 - Cine Pipoca



20/03/2026 - Oficina de Música



02/04/2026 - Oficina de decoração de Páscoa



11/04/2026 - Flash Back



11/04/2026 - Flash Back



13/04/2026 - Grupo de psicologia social: trabalhando a ressocialização



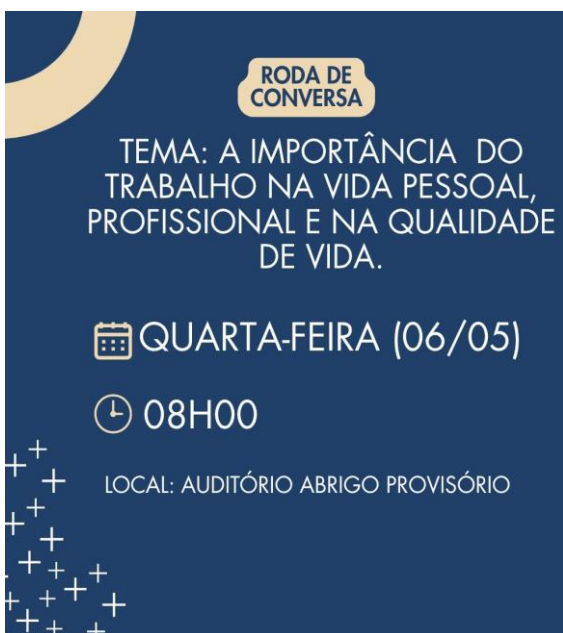
13/04/2026 - Oficina de Autocuidado em parceria com Instituto Sabin



28/04/2026 - Cine Pipoca



28/04/2026 - Roda de Conversa com o tema: Identificação com música.



06/05/2026 - Roda de conversa com a temática: a importância do trabalho na vida pessoal, profissional e na qualidade de vida



08/05/2026- Roda de conversa com o tema: Manejo do stress



13/05/2026 - I Jornada de Saúde Mental de Franca e região

ENCONTRO

DINÂMICA: "ÁRVORE DA VIDA"

15 DE MAIO | 8:30 | ABRIGO PROVISÓRIO

OBJETIVO:
Visualizar a própria história, recursos e sonhos.

RAÍZES
De onde eu venho? (Origens, família, valores).

SOLO
Onde estou agora? (Atividades atuais, o que me sustenta hoje).

TRONCO
Quais são minhas habilidades e forças? (O que eu sei fazer bem).

RAMOS
Quais são meus projetos e desejos? (Para onde quero ir).

FRUTOS E FLORES
Quais são os presentes/legados que já recebi ou dei? (Conquistas).

FECHAMENTO:
Compartilhar para o grupo, apenas o que se sentirem confortáveis. O foco deve ser no "TRONCO" (habilidades).

Compartilhar histórias fortalece. Você é parte dessa árvore!




15/05/2026 Dinâmica Árvore da vida



09/06/2026 - Junho Violeta: combate e prevenção à violência contra a pessoa idosa



12/06/2026 - Festa Junina



12/06/2026 - Festa Junina

RELATÓRIO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO SEMESTRE

PERÍODO 01/01/2026 A 30/06/2026

1 - IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Nº do Termo de Colaboração: 0026/2025

Nome do Serviço, conforme Tipificação: Acolhimento Noturno e Casa de Passagem / Ponto de Apoio da Rua (PAR) – Serviço de Alta Complexidade.

Endereço de execução: *Acolhimento Noturno e Casa de Passagem:* Avenida Dr. William Azzuz, nº 5460, Recreio Campo Belo – Franca-SP.

Ponto de Apoio da Rua (PAR): Avenida Dom Pedro I, nº 5549, Vila Gosuen – Franca-SP.

Público: Pessoas adultas que se encontram em situação de rua e desabrigo por abandono, migração e ausência de residência, ou ainda pessoas em trânsito e sem condições de autossustento.

Ciclo etário: Maiores de 18 anos.

Meta cofinanciada: Acolhimento Noturno e Casa de Passagem: Em média 1.200 pernoites por mês e 40 pessoas / noite. Ponto de Apoio a Rua: Em média 1.100 por mês e 50 pessoas / dia.

(X) Região de abrangência territorial: Municipal, com atendimento de público originário de todas as regiões da cidade de Franca-SP e migrantes e itinerantes, de outros Municípios, Estados e Países.

Unidade Estatal de Referência: CREAS POP (Centro POP)

2 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE EXECUTORA DO SERVIÇO

Nome: Pastoral do Menor e Família da Diocese de Franca - PAMEN

Endereço: Acolhimento Noturno e Casa de Passagem: Avenida Dr. William Azzuz, nº 5460, Recreio Campo Belo – Franca-SP. Ponto de Apoio da Rua (PAR): Avenida Dom Pedro I, nº 5549, Vila Gosuen – Franca-SP. / **CNPJ:** 56.885.262/0002-16.

Endereço eletrônico: coord.acolhimento@pastoralmenorfranca.com.br

Telefones para contato: (16) 3704-4195

Representação Legal: Ovídio José Alves de Andrade

Coordenadora: Waleska Orsini Andrade Kokura

3 - DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES REALIZADAS

No primeiro semestre de 2026, conforme Plano de Trabalho, foram realizadas atividades visando oferecer atendimento de forma qualificada contribuindo para a prevenção do agravamento e redução das violações de direitos, garantindo proteção integral a essa população, tendo em vista o respeito à privacidade, aos costumes, tradições e à diversidade, tanto no Acolhimento Noturno e Casa de Passagem, quanto no PAR – Ponto de Apoio da Rua.

Segue abaixo, descrições das atividades realizadas de ambos os serviços citados acima, neste 1º semestre de 2026:

3.1 ACOLHIMENTO NOTURNO E CASA DE PASSAGEM

O Acolhimento Noturno e Casa de Passagem atua com a População em Situação de Rua, na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, bem como está integrado às demais políticas públicas, como saúde, habitação, educação e órgãos de defesa de direitos como Ministério Público, Poder Judiciário, Defensoria, entre outros com o objetivo de efetivar o acesso aos direitos.

O serviço funciona **todos os dias da semana, das 19h às 7h, com o número de 40 atendidos por noite**, porém com capacidade para até 50 atendimentos.

O local é composto por 05 quartos, sendo 01 deles feminino e os 04 demais, masculinos, já que a demanda maior se enquadra nesse perfil; 01 banheiro feminino com 01 chuveiro e 01 vaso sanitário; 02 banheiros masculinos, sendo um deles com 02 chuveiros e 02 vasos sanitários e o outro com 02 chuveiros e 03 vasos sanitários. Possui também, 01 sala de TV e convivência, 01 sala de kits pernoite, 01 bagageiro para guardar em segurança pertences dos acolhidos, 01 lavanderia, 01 área externa com refeitório, além das salas e banheiros administrativos.

A acolhida / recepção inicial, iniciava por volta das 18:00 e até 18:20, todos já se encontravam na casa. A acolhida / recepção é realizada pelo porteiro e / ou cuidadores que acolhendo o usuário do serviço, verificava-se se a pessoa apresentava ou não alteração de comportamento e se necessitava de cuidados específicos, além de identificarem se possuem

documentação e medicamentos, fazendo orientação de que pode fazer uso apenas com receita médica. Realizou-se a verificação dos pertences, se portava álcool e drogas ilícitas ou objetos que possam servir de armas, visando sempre a segurança de todos. Posteriormente, realizou-se um cadastro inicial como instrumental de pré-atendimento para identificação do usuário que ingressa no serviço, sendo explicado sobre a rotina diária, regras de convivência, organização e sinalização do espaço.

Ocorreram também orientações sobre horários das atividades, refeições e o quarto que pernoitam, pois são ocupados de acordo com a ordem de acolhimento na lista de espera, exceto aqueles que necessitam pernoitar em cama baixa, por exemplo, acolhidos com questões de saúde e idade. No segundo momento, por volta das 18:50, o acolhido era encaminhado até o balcão de atendimento dos cuidadores, onde tiveram acesso ao kit de higiene (sabonete, creme hidratante, shampoo, condicionador, escova e creme dental, absorvente higiênico e aparelho de barbear) e kit pernoite (lençol, fronha, cobertor e toalha de banho), que são higienizados a cada sete dias ou conforme necessidade. Em posse do kit higiene, o acolhido se dirigia ao banho e logo após, aproximadamente 19:15, o jantar era servido com a apoio da equipe da cozinha. Após o jantar, um ou dois acolhidos organizavam o espaço e higienização das louças, para o dia seguinte, com a supervisão de um funcionário.

Aos cuidados do serviço, foram armazenados e ministrados nos horários corretos, medicamentos dos atendidos que fazem uso, somente com a apresentação de receita médica atualizada, além de preenchimento de instrumental com entrada e saída dos mesmos, contendo assinatura do acolhido e do funcionário responsável.

Junto dos acolhidos, os profissionais desenvolveram atividades que os levaram à reflexão e prática da coletividade, bem como sobre a necessidade e importância da limpeza, organização e manutenção dos espaços de convivência (quartos, banheiros, lavanderia, refeitório e áreas livres), com enfoque maior sobre os cuidados necessários com a higiene e organização dos pertences e espaço.

Foram identificadas demandas para atendimentos individuais ou coletivos da Assistência Social, com orientações sobre o atendimento, bem como encaminhamentos necessários para a rede e fornecimento de passagens rodoviária.

Na acolhida, verificava-se também se o acolhido possuía documentos pessoais e na falta destes, foi realizada orientação para fazer um boletim de ocorrência, registrando eventual perda, furto ou roubo, tanto por parte dos cuidadores quanto da assistente social e ainda e se havia medicação em posse da pessoa, que só pode fazer uso conforme receita e prescrição médica. E para aqueles que possuíam medicações com receitas, os cuidadores preencheram o instrumental desenvolvido para organizar os horários / dias das medicações, assim como receitas médicas e orientações pertinentes. É importante ressaltar que vários acolhidos foram atendidos pela assistente social, para serem orientados a buscar equipamentos de saúde para passar por atendimento médico, facilitando o acesso à saúde.

Com relação ao tempo de acolhimento, se dá de forma rotativa, conforme o preenchimento das vagas disponíveis, exceto para acolhidos imigrantes, que se enquadra como Casa de Passagem, na qual o prazo para organização pessoal ou retirada de passagem rodoviária, são 02 meses a partir da data de orientação da Assistente Social.

Alguns acolhidos possuíam atividade informal, como: coleta de material reciclável, carregador e descarregador de cargas, vendas ambulantes, vendas de artesanatos, ajudante de pedreiro e pintor, etc e cabe destacar que essas pessoas assinaram Declaração de Trabalho ou afins, informando o contato do contratante, o horário de retorno (máximo permitido 19h), e as regras da permissão.

Com esse instrumento realizou-se o monitoramento e o controle de entradas mais tarde para o pernoite. Caso os acolhidos não retornem, aplica-se a medida suspensiva, correspondente a 07 dias, não podendo marcar trabalho por 15 dias, porém, todos os casos foram encaminhados para a coordenação e assistente social, que realiza a escuta com todos os envolvidos. A justificativa dessa medida impactou positivamente, pois diminuiu a incidência daqueles que reservavam vagas e não compareciam, terminando assim por retirar vagas de outras pessoas, onde a depender da demanda aguardam dias para serem acolhidos, principalmente migrantes / itinerantes.

O serviço de limpeza e higienização da casa, bem como a lavagem de roupas dos acolhidos que pernoitaram, foram realizados durante o dia, pelos auxiliares operacionais, visando condições dignas de trabalho e um acolhimento humanizado.

Segue abaixo, demonstrativos de total de acolhidos, acolhimentos, refeições e kits higiene pessoal fornecidos:

ACOLHIMENTOS E DEMANDA REPRIMIDA – 1º SEMESTRE 2026				
Mês de referência	Acolhidos	Acolhimentos	Demanda Reprimida Franca	Demanda Reprimida Migrantes
Janeiro	142	1.383	55	76
Fevereiro	134	1.067	12	38
Março	145	1.256	12	17
Abril	151	1.154	0	31
Mai	136	1.155	05	04
Junho	139	973	0	0
TOTAL	847	6.988	84	166

Fonte: Relatório nominal mensal

REFEIÇÕES / KITS HIGIENE PESSOAL – 1º SEMESTRE 2026			
Mês de referência	Jantar	Café da manhã	Kit Higiene
Janeiro	1.330	1.280	1.351
Fevereiro	1.046	983	1.046
Março	1.239	1.180	1.239
Abril	1.103	1.080	1.147
Mai	1.117	1.078	1.142
Junho	940	828	965
TOTAL	6.775	6.429	6.890

Fonte: Relatórios de controles internos

3.2 – PERFIL DOS ATENDIDOS

No 1º semestre de 2026, podemos observar que atendemos mais munícipes de Franca com relação a migrantes e itinerantes, conforme quadro abaixo:

ACOLHIMENTOS MIGRANTES / ITINERANTES X MUNÍCIPES DE FRANCA HÁ MAIS DE 01 ANO		
Mês de referência	Munícipes de Franca há mais de 01 ano	Migrantes / Itinerantes
Janeiro	690	692
Fevereiro	513	554
Março	675	582
Abril	693	461
Maiο	718	434
Junho	623	346
TOTAL	3.912	3.069

Fonte: Relatório nominal mensal

Com relação a Faixa Etária atendida no Acolhimento Noturno, observamos que a maior parte de atendidos possui entre 30 e 59 anos, conforme tabela abaixo:

FAIXA ETÁRIA – 1º SEMESTRE 2026	
Faixa Etária	Atendidos
18 a 29 anos	104
30 a 59 anos	657
Acima de 60 anos	71
Não informado	15
TOTAL	847

Fonte: GESUAS / Relatório nominal mensal

Se tratando de Gênero, a maior população atendida se declara Homem Cis, conforme demonstrado abaixo:

GÊNERO – 1º SEMESTRE 2026	
Gênero	Atendidos
Homem Cis	766
Mulher Cis	68
Homem Trans	0
Mulher Trans	06
Não informado	07
TOTAL	847

Fonte: GESUAS / Relatório nominal mensal

Ao que diz respeito a Raça, podemos observar que a maior parte de atendidos se auto declaram Brancos, conforme quadro abaixo:

RAÇA – 1º SEMESTRE 2026	
Raça	Atendidos
Branca	416
Preta	179
Amarela	0
Parda	235
Indígena	0
Não informado	17
TOTAL	847

Fonte: GESUAS / Relatório nominal mensal

Ainda neste semestre, também ocorreram desistências do Acolhimento Noturno, podendo ser apontados vários motivos: dependência em drogas lícitas e ilícitas, optando por não entrar no serviço, e outros, pessoas que não estavam em condições de serem acolhidos devido a alteração de comportamento, demonstrando irritabilidade, agressividade e apresentando sinais e sintomas do uso abusivo de álcool e / ou outras drogas. Outros motivos de desistências de vagas são as saídas após o acolhimento quando solicitam, devido a problemas de saúde, para irem ao Pronto Atendimento, ou após o jantar devido à própria abstinência ou não retornam dos empregos onde exercem suas atividades laborais. Nestes casos apontados acima, há a previsão nas Regras de Convivência da suspensão de 07 dias do Acolhimento Noturno e Casa de Passagem, mas com o acompanhamento da assistente social que realizava a escuta e as orientações cabíveis, resultava na diminuição das desistências dessas naturezas.

3.3 - ATENDIMENTOS TÉCNICOS

No Acolhimento Noturno e Casa de Passagem, a figura do assistente social tem como objetivo central a garantia de direitos, no cuidado imediato e na articulação com a rede socioassistencial.

No 1º semestre, foram realizados 381 atendimentos individuais pela técnica, conforme registrado no Sistema Gesuas e acompanhamento continuado aos que permanecem utilizando o serviço por um tempo maior.

Nos serviços ofertados, recebemos os atendidos de forma humanizada, sem julgamentos, realizamos uma escuta ativa e sensível, respeitando a história, demandas e limites, atendendo as necessidades imediatas, como: alimentação, banho, kit higiene pessoal, descanso e segurança.

Nos atendimentos, identificamos as vulnerabilidades sociais, rompimento de vínculos, violência, uso abusivo de substâncias, ausência de documentos e questões de saúde. Sendo assim, procuramos construir junto ao atendido, estratégias possíveis de cuidado e proteção.

Orientamos sobre direitos socioassistenciais e acesso a políticas públicas, quando necessário encaminhamos para CRAS / CREAS, Saúde: UBS, CAPS, hospitais, emissão de documentos, benefícios sociais (quando cabível), entre outros.

Registramos e comunicamos situações de risco ou violação de direitos dos atendidos, trabalhando de forma integrada com a equipe técnica da rede socioassistencial.

Foram confeccionados registros e relatórios técnicos dos atendimentos; relatórios e pareceres sociais quando necessário, sempre garantindo sigilo profissional e uso ético das informações dos

acolhidos.

Auxiliamos também na mediação de conflitos, orientando os atendidos sobre regras do serviço, sempre de forma construtiva, contribuindo para um ambiente seguro e respeitoso.

Participamos de reuniões técnicas avaliando fluxos, demandas recorrentes e limites do serviço, para contribuir para o aprimoramento das práticas de acolhimento e melhorias constantes no serviço.

O Acolhimento Noturno e Casa de Passagem não é apenas oferta de pernoite, mas um espaço de proteção social especial, onde o assistente social atua para reduzir danos, fortalecer vínculos e construir possibilidades de saída da rua, respeitando o tempo e a autonomia de cada pessoa.

Foram atendidos consideráveis casos de saúde mental, com usuários acometidos por transtornos, com diagnósticos em esquizofrenia e histórico de internações psiquiátricas, depressão, ideação e tentativas de suicídio, além de doenças neurológicas e outros em situação de convalescência, sempre articulando possibilidades com a rede.

Visto o perfil da população acolhida constituem desafios para programas, projetos e serviços no âmbito do SUAS, assim como, as demais políticas públicas para a população em situação de rua, sendo o principal objetivo do serviço da PAMEN, reconhecer este público como sujeito de direitos.

De forma geral, no Acolhimento Noturno e Casa de Passagem, ocorreram os seguintes atendimentos / encaminhamentos, conforme quadro abaixo:

ENCAMINHAMENTOS	
Locais	Quantidade
Abrigo Provisório	09
Benefícios Eventuais Concedidos (Cobertor)	23
Cadastro Único	11
CAPS 3 Florescer	06
CAPS AD 3 Renascer	11
Centro POP	129
CRAS / CREAS	12
Currículos para o mercado de trabalho	17

Escuta ativa em atendimento individualizado	381
Núcleo Reconhecer	02
POUPATEMPO	28
SAMU	10
Unidades do Sistema Único de Saúde	11

Fonte: GESUAS / Livro de Ocorrências / Relatórios internos

3.4 - CONCESSÃO DE PASSAGENS

O benefício eventual de passagem rodoviária tem como objetivo proporcionar o retorno às cidades de origem ou para outros destinos, através da concessão de passagem rodoviária, com avaliação da equipe técnica e respeitando a autonomia dos usuários do serviço.

A concessão do benefício possui como critério o fornecimento para até 200km de Franca, uma vez ao ano, observando as linhas disponibilizadas pelas empresas conveniadas com a Pastoral do Menor, sendo elas: São Bento e Guerino Seiscento.

Quando o usuário buscava o fornecimento de passagem, a assistente social realizava a triagem, pois para a concessão do benefício, é necessário o atendido portar documento original com foto ou Boletim de Ocorrência, para os casos de perda ou roubo de documentos, emitido dentro de 30 (trinta) dias do embarque e posteriormente é realizado o relatório de justificativa, sendo a pessoa encaminhada diretamente à rodoviária de Franca, na qual contamos com a presença de um colaborador de segunda à sábado para emissão das passagens.

Em casos excepcionais, o benefício poderá ser concedido mais de uma vez ao ano e acima da quilometragem retro mencionada, mediante avaliação técnica, sendo a maioria pelo motivo de retorno familiar.

3.5 - PAR – PONTO DE APOIO DA RUA

O Ponto de Apoio da Rua é um local com ofertas de diversos serviços como lavanderia, banheiro, bebedouro e bagageiro. Esses serviços são voltados para as atividades de cuidado e higiene pessoal, que são essenciais para a saúde, autoestima, dignidade e devem ser prestados nos equipamentos voltados à população em situação de rua.

O serviço iniciou seus atendimentos em 01 de julho de 2025 e funciona de segunda a sexta, das 11h às 13h, com o número de 50 atendimentos por dia.

O espaço destinado para o Ponto de Apoio da Rua, possui 03 banheiros, masculinos (sendo cada um com 01 chuveiro e 01 vaso sanitário cada) e 01 feminino com 01 chuveiro e 01 vaso sanitário, 01 refeitório com bebedouro de água e 01 lavanderia.

A acolhida / recepção foi realizada pelo orientador social ou cuidador, e na falta de um dos dois, a coordenação atuou. Após a acolhida, foi realizado o levantamento das demandas: solicitação de documentos e outros dados importantes para compor o cadastro individual de cada acolhido.

Posteriormente, receberam uma ficha para retirarem o almoço e acesso ao kit higiene (sabonete, creme hidratante, shampoo, condicionador, escova e creme dental, absorvente higiênico e aparelho de barbear), e se necessário, kit de limpeza para higienização de seus pertences pessoais. Nesse momento, também são realizadas doações de roupas, sapatos, etc.

No mesmo momento, foram passadas orientações sobre a rotina diária do atendimento, como listas para alimentação e solicitação de vaga para o Acolhimento Noturno, assim como orientações relacionadas ao serviço de fornecimento de passagens, saúde e se necessário, encaminhamentos para a assistente social.

O serviço de limpeza e higienização do local, foi realizado após o atendimento, pelos ajudantes gerais, visando condições dignas de trabalho e um acolhimento humanizado.

Os instrumentais do serviço, para preenchimento da relação nominal mensal foi realizada pelo orientador social.

No primeiro semestre de 2026, foram atendidas 1.315 pessoas no Ponto de Apoio da Rua. Em média, foram alimentadas 50 pessoas diariamente, sendo ofertadas 6.109 refeições e 2.796 kits de

higienes, conforme quadro abaixo:

ATENDIMENTOS TOTAIS PONTO DE APOIO DA RUA – 1º SEMESTRE 2026			
Mês de referência	Atendidos	Refeições	Kit Higiene
Janeiro	221	1.076	663
Fevereiro	173	949	126
Março	243	1.084	426
Abril	238	984	326
Mai	212	1.026	534
Junho	228	990	721
TOTAL	1.315	6.109	2.796

Fonte: GESUAS / Relatório nominal mensal

3.6 – PERFIL DOS ATENDIDOS

Com relação a Faixa Etária atendida no Ponto de Apoio da Rua, observamos que a maior parte de atendidos possui entre 30 e 59 anos, conforme tabela abaixo:

FAIXA ETÁRIA – 1º SEMESTRE 2026	
Faixa Etária	Atendidos
18 a 29 anos	166
30 a 59 anos	780
Acima de 60 anos	93
Não informado	276
TOTAL	1.315

Fonte: GESUAS / Relatório nominal mensal

Se tratando de Gênero, a maior população atendida se declara Homem Cis, conforme demonstrado abaixo:

GÊNERO – 1º SEMESTRE 2026	
Gênero	Atendidos
Homem Cis	970
Mulher Cis	191
Homem Trans	0
Mulher Trans	08
Não informado	146
TOTAL	1.315

Fonte: GESUAS, Relatório nominal mensal

Ao que diz respeito a Raça, podemos observar que a maior parte de atendidos se auto declaram Pardos, conforme quadro abaixo:

RAÇA – 1º SEMESTRE 2026	
Raça	Atendidos
Branca	316
Preta	207
Amarela	0
Parda	464
Indígena	0
Não informado	328
TOTAL	1.315

Fonte: GESUAS / Relatório nominal mensal

3.7 – ATIVIDADES MENSAIS

Mês	Descrição das principais atividades
Janeiro	Confraternização de ano novo com os acolhidos; Reunião Intersetorial, Reunião Censo 2025; Reunião CMAS; Reunião de equipe; Participação na Formação do Apoio Pedagógico da Pastoral, com o tema “Educação, Rua e Humanização”; Treinamento online GESUAS; Visita Tribunal de Contas do Estado; Oficinas Centro POP; Comemoração de aniversariantes.
Fevereiro	Reunião Intersetorial; Reunião GESUAS; Comemoração de Carnaval com os acolhidos; Retiro Formativo PAMEN; Oficinas Centro POP, Reunião de equipe; Reunião de Referenciamento; Assembleia com os acolhidos, Oficinas com estagiárias de Psicologia; Comemoração de aniversariantes.
Março	Reunião Intersetorial; Reunião GESUAS; Participação de palestras na Penitenciária de Franca com o tema “Ressocialização e Projeto de Vida”; Formação administrativa PAMEN; Reunião de equipe; Oficinas Centro POP e CAPS; Oficinas com estagiárias de Psicologia; Reunião de Referenciamento; Comemoração de aniversariantes.

Abril	Reunião de Referenciamento; Live GESUAS; Comemoração de Páscoa com os acolhidos com entrega de chocolates e exibição do filme “Paixão de Cristo”; Reunião Intersetorial; Reunião de equipe; Encontro dos Afetos Centro POP; Oficinas Centro POP; Oficinas com estagiárias de Psicologia; Treinamento Prestação de Contas (Portal das Parcerias); Formação Centro POP; Comemoração de aniversariantes.
Mai	Reunião Intersetorial; Treinamento GESUAS; Oficina Amarja; Visita integrantes Instituto Encanto dos Manacás; Reunião de equipe; Reunião de Referenciamento; Oficinas Centro POP; Atedimento CAPS; Oficinas com estagiárias de Serviço Social; Comemoração de aniversariantes.
Junho	Reunião Intersetorial; Oficina enfeites juninos e copa do mundo; Reunião de Referenciamento; Reunião de Equipe; Oficinas Centro POP; Oficina Amarja; Jogos do Brasil com pipoca e cachorrom quente para os acolhidos; Terço católico com o grupo Hacoré com os acolhidos; Visita Conselho da Assistência e setor de Monitoramento da SEDAS; Reunião online SEDAS; Comemoração de aniversariantes; Festa junina.

3.8 – IMPACTOS SOCIAIS ATINGIDOS

- Acesso aos serviços socioassistenciais, intersetoriais, reduzindo violações de direitos, seus agravamentos ou reincidências;
- Restabelecimento dos vínculos familiares e comunitários, viabilizado pelo serviço de acolhimento, já que muitas vezes essa sociabilidade fica fragilizada com a vivência da situação de rua;
- Fornecimento do benefício eventual de passagem rodoviária, para pessoas em situação de rua que passaram pela cidade, seja em busca de trabalho, ou porque estão de passagem e necessitam seguir viagem rumo às famílias ou para tratamento de saúde;
- Pessoas protegidas, incluídas em serviços e com acesso a oportunidades, têm maiores possibilidades de romper com ciclo de violência, refletindo na redução do número de pessoas vivendo a miséria da situação de rua;
- As parcerias com a rede de saúde foram importantes formas de acesso dos acolhidos, que além de atender, sempre orientam a equipe nas demandas de saúde atendidas no serviço de acolhimento;
- A equipe atuou junto aos usuários incentivando a qualificação profissional, com a reinserção no mercado de trabalho, além de promover orientações a benefícios previdenciários e assistenciais, oportunizando

perspectiva de vida, pois o trabalho quando desenvolvido de forma adequada, em condições de legalidade, garante minimamente a segurança de sua existência, tudo isso como parte da construção da autonomia.

- Avaliou-se a qualidade do serviço ofertado pela observação das citações ao longo do relatório, e como indicadores das ações executadas, utilizando o que segue:

- O acesso aos serviços da rede socioassistencial e intersetorial;
- Os instrumentais utilizados para mensurar tais resultados: relatórios (pernoite, refeições, atividades), encaminhamentos, atendimentos assembleias, grupos, relatos informais e, registro no sistema GESUAS.

A qualidade do serviço também foi avaliada através da relação entre colaboradores e acolhidos, considerando a forma com que as ações foram executadas pela equipe e a adesão do público. Para tanto, foi investido em capacitação profissional e reuniões mensais dos colaboradores, promovendo diálogo com os integrantes da equipe, a fim de alinhar e sanar as dificuldades, discussões de casos, intervenções, planejamentos, traçando estratégias de atuação, inclusive com orientações e direcionamentos da SEDAS e Centro POP, em especial o Setor de Monitoramento, como importante apoio para alinhar procedimentos e estudar novas maneiras de atuação para facilitar a articulação da rede, e melhoria na qualidade do serviço.

Importante registrar que o serviço de Acolhimento Noturno e Casa de Passagem e Ponto de Apoio da Rua, é visto como referência para reduzir vulnerabilidades, com demandas diversas, inclusive para obter informações.

A parceria entre o Abrigo Provisório, Abordagem Social e Moradia Primeiro, foi de extrema importância, já que o serviço é integrado, além das articulações para atendimentos urgentes de pessoas em situação de rua, bem como para aqueles que perderam a condição de usuário do programa.

4 – SÍNTESE DO QUADRO AVALIATIVO

Objetivos	Atividades realizadas	Meta atingida	Resultados alcançados
Promover o acesso das pessoas em situação de rua e em risco pessoal, ao serviço de pernoite no Acolhimento noturno e Casa de Passagem.	1 - Acolhimento noturno, com disponibilização de pernoite, higiene pessoal, jantar e café da manhã; 2 - Relatórios e formulários; 3 - Registros no GESUAS.	Meta pactuada: 1.200 atendimentos mensais.	Melhoria no atendimento prestado a população em situação de rua, fortalecimento de vínculos, respeito a dignidade humana e efetivação de direitos.
Promover o acesso das pessoas em situação de rua e em risco pessoal, ofertando o serviço de almoço, higiene pessoal e de seus pertences pessoais no PAR – Ponto de Apoio da Rua.	1 – Recepção de atendidos, disponibilizando ficha de almoço, kit higiene e kit higiene para roupas e calçados e uso do banheiro, além de fornecimento de água potável; 2 - Relatórios e formulários; 3 - Registro no GESUAS.	Meta pactuada: mais de 250 atendidas mensalmente.	Melhoria no atendimento prestado a população em situação de rua, fortalecimento de vínculos, respeito a dignidade humana e efetivação de direitos.
Atendimento técnico às pessoas em situação de rua.	1 - Atendimento individual e coletivo; 2 - Escuta qualificada; 3 - Encaminhamento a rede socioassistencial; 4 - Relatórios e formulários; 5 - Contatos telefônicos; 6 - Concessão de passagens rodoviárias; 7 - Registro no GESUAS.	Todos os acolhidos, atendidos e encaminhamentos realizados.	1 - Organização de fluxos com os serviços da assistência social; 2 - Redução de danos; 3 - Resgate de vínculo familiar; 4 - Resgate da auto-estima, projeto de vida e sonhos.
Participar ativamente	- Reuniões	Participação efetiva nas	- Melhor articulação

de reuniões com o Centro POP e demais serviços da rede de assistência, saúde, educação e órgãos de defesa e de direitos para definição de fluxos.	intersectoriais com a rede.	reuniões.	com o sistema de garantia de direitos; - Organização de fluxos com os serviços da rede.
---	-----------------------------	-----------	--

5 – AQUISIÇÕES USUÁRIOS

AQUISIÇÕES	Quantidade
Aquisições do Usuário/Família após inclusão no Serviço*	
Acesso à convivência comunitária	847
Fortalecimento de vínculos familiares	07
Acesso à renda (BPC, benefícios de transferência de renda, etc)	
Conhecimento sobre seus direitos	381
Maior autonomia para as atividades diárias	
Ampliação da rede de apoio	07
Rompimento de situações de violência/negligência	
Acesso à Rede SUAS (CRAS, CREAS, Cadastro Único e demais serviços)	80
Acesso aos serviços da Rede Intersectorial (Saúde, Educação, etc)	21
Redução da sobrecarga familiar	
Melhores condições de vida (alimentação, cuidados diários, proteção)	847
Desenvolvimento de habilidades e potencialidades	
Ampliação do universo informacional e cultural	
Ampliação da participação social durante as atividades e demais espaços	

Prevenção de agravos após a inclusão no serviço	03
Prevenção à institucionalização	

06 – AVALIAÇÃO DO TRABALHO

As avaliações do trabalho ocorreram através de reuniões de alinhamento com a Coordenação do Centro POP, Diretoria da Proteção Social, setor de Fiscalização, Monitoramento e Avaliação da SEDAS e Coordenação da Pastoral do Menor, com ajustes pontuais no Acolhimento. Ocorreram também orientações através de e-mails, contatos telefônicos, reuniões e visitas técnicas.

07 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de todos os variados contextos e experiências vivenciadas no 1º semestre de 2026, vale ressaltar que houve a contribuição para a elaboração de melhoria de todos os instrumentais que compõe o serviço, aperfeiçoamento no atendimento, uma comunicação mais clara e assertiva com todos os membros da equipe, um refinamento na articulação com os demais serviços que atuam com a população em situação de rua e a melhoria no espaço de trabalho, bem como, dos equipamentos utilizados para exercer o mesmo.

Ao que compete com os atendidos dos serviços, se faz importante ressaltar os aspectos florescentes como o desenvolvimento de autonomia, acesso as políticas públicas básicas, a superação de algumas vulnerabilidades como, por exemplos, insegurança de renda, insegurança alimentar, retomada / fortalecimento dos vínculos familiares, superação de vivência de rua, bem como, a situação de rua.

O Ponto de Apoio da Rua, ao longo do semestre, promoveu acesso ao atendimento digno, alimentação saudável, água potável, acesso a banheiro e higiene pessoal, bem como higiene de pertences pessoais, conforme o Plano de Ação e Monitoramento para Efetivação da Política Nacional para a População e Situação de Rua (Plano Nacional Ruas Visíveis).

As ações seguiram os princípios da assistência social, com trabalho intersetorial,

reuniões periódicas, escuta qualificada e mediação de conflitos.

O processo de inserção de dados em relatórios mensais, foi transparente, com critérios claros e fidedignos à realidade.

O programa fortaleceu a rede de proteção social, garantiu atendimento integral e buscou a superação das vulnerabilidades, reafirmando o compromisso com a dignidade, cidadania e inclusão social dos atendidos, em conformidade com as normativas vigentes.

Importante ressaltar que toda a equipe atuante, participou da construção do presente relatório.

REGISTROS ACOLHIMENTO NOTURNO E CASA DE PASSAGEM

CONFRATERNIZAÇÃO DE ANO NOVO



CELEBRAÇÃO ANIVERSARIANTES DO MÊS



**PASTORAL
DO MENOR**
A serviço da vida!



CARNAVAL



CINE PIPOCA



OFICINA CAPS



OFICINAS TEMÁTICAS COM ESTAGIÁRIAS DE PSICOLOGIA



OFICINAS TEMÁTICAS COM ESTAGIÁRIAS DE SERVIÇO SOCIAL



OFICINA ENFEITES DE FESTA JUNINA



FESTA JUNINA



REGISTROS PAR – PONTO DE APOIO DA RUA





**PASTORAL
DO MENOR**
A serviço da vida!



FRANCA, 30 DE JUNHO DE 2026

Lindsay Lemos Gonçalves Ferreira
Coordenadora Abordagem Social e Moradia Primeiro

Silvia Helena Gonçalves Stefani
Coordenadora Abrigo Provisório

Waleska Orsini Andrade Kokura
Coordenadora Acolhimento Noturno e Casa de Passagem /
Ponto de Apoio da Rua

Ovídio José Alves de Andrade
Presidente Pastoral do Menor e Família da Diocese de Franca

ANEXO II

DEMONSTRATIVO FÍSICO DOS RECURSOS FINANCEIROS APLICADOS

Despesas	Recurso de Cofinanciamento	Valores de Contrapartida
Pessoal/RH contratado	R\$ 1.708.937,67	R\$ 0,00
Serviços de Terceiros – Pessoas Físicas/Jurídicas – Contrato Temporário	R\$ 86.004,06	R\$ 0,00
Lanche/Gêneros Alimentícios	R\$ 223.549,14	R\$ 0,00
Material de Limpeza e Higiene/ EPI	R\$ 65.262,81	R\$ 0,00
Material Educativo/Esportivo	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Material Didático/Pedagógico	R\$440,20	R\$ 0,00
Cama, Mesa e Banho	R\$ 9.228,24	R\$ 0,00
Material de Copa e Cozinha	R\$ 1.015,29	R\$ 0,00
Gás Engarrafado	R\$ 10.635,00	R\$ 0,00
Combustível/Lubrificantes Automotivos	R\$ 26.488,49	R\$ 0,00
Material de Expediente e Processamento de Dados	R\$ 9.829,38	R\$ 0,00
Serviços de Terceiros – Água, Esgoto, Energia Elétrica, Comunicação	R\$ 7.450,77	R\$ 0,00
Serviços de Terceiros – Manutenção e Conservação de Máquinas, Equipamentos, Veículos e Bens Móveis	R\$ 64.534,78	R\$ 0,00
Equipamentos e Material Permanente	R\$ 11.142,00	R\$ 0,00
Material para Manutenção dos Veículos, Equipamentos e Predial	R\$ 40.941,00	R\$ 0,00
Serviço de Transporte - Passagens	R\$ 52.697,28	R\$ 0,00
Locação de Máquinas e Equipamentos	R\$ 3.694,20	R\$ 0,00
Seguros	R\$ 7.069,55	R\$ 0,00
Materiais Festividade Temáticas	R\$77,00	R\$ 0,00
Vestuário, Uniformes, Tecidos e Aviamentos	R\$28,50	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 2.329.025,36	R\$ 0,00

Relação de Despesas - Bens Móveis/Equipamentos Adquiridos com Recursos Públicos no Semestre

Natureza das Despesas – Equipamentos e Bens Móveis Adquiridos	Quantidade	Data do Documento Fiscal	Nº do Documento Fiscal	Fornecedor	Valor Total da Despesa
Cadeira de escritório	1	05/01/2026	2995	Office Fran móveis para escritório	R\$170,00
Mesa escrivaninha	1	05/01/2026	2995	Office Fran móveis para escritório	R\$450,00
Notebook Acer Intel Core I5 8GB SSD 256	1	06/01/2026	2844	Marcos Voiti Oliveira ME	R\$ 3.100,00
Bebedouro Esmalt Piso EGC35 110V	1	09/01/2026	3299052	Lojas Cem S.A.	R\$ 828,00
Bebedouro Esmalt Piso EGC35 110V	1	10/01/2026	3299052	Lojas Cem S.A.	R\$ 828,00
Ventilador de Parede Oscil 60cm 210w Preto	2	18/2/2026	408724	R. A. Produtos Hidráulicos LTDA	R\$ 691,01
Ventilador de Parede Oscil 60CM 210W BIV GR/FE Preto (SCG) Ventex	2	17/04/2026	1079140	R. A. Produtos Hidráulicos LTDA	R\$ 691,01
Ventilador de Parede Oscil 50CM 135W 127V Preto Monta Fácil (SCG) Ventisol	1	17/04/2026	1079140	R. A. Produtos Hidráulicos LTDA	R\$ 293,98
Liquidificador Walita RI2242 110V Preto	2	22/04/2026	4190970	Lojas Cem S.A.	R\$ 678,97
Aspirador de Pó Electrolux Acqua Power 110V	1	22/04/2026	4190970	Lojas Cem S.A.	R\$ 321,03
Fogão M.14 04 bocas 2QS 2QD P.PANELA 40X40 P. 6,5	1	26/05/2026	28875	Água Fresca Comércio de Refrigeração Ltda	R\$ 3.090,00
TOTAL					R\$11.142,00